

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS

**TERRITORIALIDADES CAMPONESAS E REFORMA AGRÁRIA POPULAR EM
CAMPO DO MEIO-MG**

Alfenas/MG

2023

LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS

**TERRITORIALIDADES CAMPONESAS E REFORMA AGRÁRIA POPULAR EM
CAMPO DO MEIO-MG**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Dinâmica dos espaços Rurais e Urbanos.

Orientador: Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Alfenas/MG

2023

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Unidade Educacional Santa Clara

Santos, Leonardo Lencioni Mattos.

Territorialidades camponesas e Reforma Agrária Popular em Campo do Meio-MG / Leonardo Lencioni Mattos Santos. - Alfenas, MG, 2023.

179 f. : il. -

Orientador(a): Estevan Leopoldo de Freitas Coca.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2023.

Bibliografia.

1. Campesinato. 2. Território. 3. Reforma Agrária. 4. Reforma Agrária Popular. 5. Agroecologia. I. Coca, Estevan Leopoldo de Freitas, orient. II. Título.

LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS**TERRITORIALIDADES CAMPONESAS E REFORMA AGRÁRIA POPULAR EM CAMPO DO MEIO-MG**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Análise sócio-espacial e ambiental.

Aprovada em: 01 de março de 2023

Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Prof. Dr. Adriano Pereira Santos
Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Instituição: Universidade Estadual Paulista (Unesp)



Documento assinado eletronicamente por **Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Professor do Magistério Superior**, em 01/03/2023, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Pereira Santos, Professor do Magistério Superior**, em 01/03/2023, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Mançano Fernandes, Usuário Externo**, em 02/03/2023, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0920641** e o código CRC **9C47129B**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família por todo o suporte durante o tempo que me dediquei a esta pesquisa, sem eles seria impossível ter concluído meu trabalho. Aos meus pais e meus avós o meu mais sincero agradecimento.

Também sou grato aos amigos e amigas que estiveram ao meu lado durante todo esse trajeto, sem eles a produção do meu trabalho não teria acontecido. Foram eles e elas que, nos momentos mais difíceis de minha trajetória de mestrado, me ajudaram a suportar as dificuldades. Agradeço profundamente Paula Pedini, Elvira Braga, Ana Benvenuti, Nicole Messias, Maria Eduarda Cotrufo, José Bertti e Levi Bellini por tudo o que me proporcionaram, pela paciência e pelo carinho.

Muito do que consegui alcançar em minha trajetória acadêmica e pessoal em Alfenas se deu graças à presença de três pessoas em minha vida, as quais serei eternamente grato: Kevin Corrêa, Rodrigo de Paulo e Laís Mendes. Não há gratidão no mundo que pague tudo o que essas pessoas fizeram por mim, sem elas eu jamais teria alcançado os meus objetivos da mesma forma.

Além dessas pessoas, agradeço demais por todo esforço e atenção que meu orientador, Estevan Coca, me dedicou desde que iniciamos nossa primeira pesquisa, ainda enquanto eu me encontrava na graduação. Desde então, nossas trocas me ensinaram muito sobre ser pesquisador, militante e, principalmente, sobre humanidade e dedicação. A você, professor, meu eterno agradecimento.

Também agradeço aos camaradas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do qual faço parte, sem eles e elas a minha capacidade enquanto militante e pesquisador nunca teria sido a mesma. Obrigado por todos os debates, todas as militâncias e todo afeto revolucionário que construímos nestes dois anos.

Dedico um agradecimento mais do que especial aos companheiros e companheiras do MST. Essa pesquisa, antes de ter sido escrita por mim, foi criada pela resistência e existência de todos vocês. É uma honra poder dividir o peso da luta com pessoas assim, que nos ensinam tanto sobre a vida, a militância e a ciência com tanto afeto, dedicação e cuidado com o ser humano. Agradeço especialmente à Kallen, Débora, Hellen, Érika e Ricarda, mulheres que, com sua força e carinho, inspiram e transpiram a luta dos(as) oprimidos(as) pela construção de um novo mundo possível e, mais do que isso, necessário.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos pesquisadores(as), militantes(as), estudantes e extensionistas do Núcleo de Estudos sobre Trabalho Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA) e da Rede DATALUTA por todos os debates e ações que desenvolvemos neste período. Sem eles e elas, minha pesquisa não conseguiria atingir os objetivos propostos, sem contar no que aprendi acerca da ciência, de nosso papel enquanto cientistas e também no trato com os seres humanos. Um agradecimento especial à Marcos Bertachi, companheiro de luta e de pesquisa, à Bernardo Mançano, Janaina Vinha e Adriano Santos, professores que me ajudaram muito em todo esse processo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Quilombo Campo Grande. Estamos em Luta!

Frente ao crime,
uma muralha de gente.
Brava, destemida, combativa.
Atravessando a violência sangrenta do agressor de mais de 500
anos.
Defendendo a vida.
Violada, ressurgida, revoltada!
Um Brasil atordoado diante da truculência, selvagem e covarde,
de um Estado assassino,
de uma justiça vendida,
de governos que gerenciam a morte.
Um quilombo em luta, aguerrido, altivo.
Produzindo esperança,
empunhando bandeira,
mobilizando solidariedade,
parindo resistência,
dissolvendo ilusões,
abrindo horizontes.
Não é mais tempo de defender migalhas pútridas da democracia.

(LOPES, 2020, não-paginado)

RESUMO

Apesar de ser pensada no Brasil desde os anos finais do século XIX, a reforma agrária continua sendo um tema complexo. Dentro da academia são diversas as formas de analisar as experiências de reforma agrária ocorridas no país até os dias de hoje. Considerando os projetos de reforma agrária adotados pelos governos brasileiros como insuficientes para a resolução dos problemas agrários do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passou a construir uma nova forma de se pensar e fazer reforma agrária (MST, 2007). Em 2007 aparece pela primeira vez nos documentos do MST referências a uma Reforma Agrária Popular (RAP), destinada a ser mais do que um instrumento de distribuição e desconcentração de terras. A RAP engloba temas como a agroecologia e a soberania alimentar, sendo a ação popular o motor do processo de reforma agrária. Neste sentido, em um contexto político de refluxo de políticas públicas voltadas ao campesinato, desponta a necessidade de se avaliar o projeto de reforma agrária popular a partir das lentes de análise da Geografia. Assim, propõe-se nesta pesquisa compreender a RAP enquanto um modelo de desenvolvimento territorial alternativo, de modo a delimitar as disputas e as territorialidades que envolvem o projeto de RAP no município de Campo do Meio-MG. Para isso, nos utilizaremos de dados secundários provenientes dos relatórios anuais da Rede DATALUTA, além daqueles oriundos das pesquisas realizadas no âmbito do programa de extensão “Semeando a Terra: ações de fortalecimento da cadeia agroecológica e da soberania alimentar no sul de Minas Gerais”, do qual fazemos parte. Por fim, aplicamos entrevistas semiestruturadas com camponeses(as) acampados(as) e dirigentes do MST buscando relacionar os debates teóricos acerca do programa de RAP com os aspectos práticos observados em Campo do Meio.

Palavras-chave: Campesinato; território; reforma agrária; reforma agrária popular; agroecologia.

ABSTRACT

Despite it has been discussed in Brazil since the late 19th century, agrarian reform remains a complex and unfinished topic. Within the academy, there are several ways to analyze the experiences of agrarian reform that have occurred in the country to this day. Considering the agrarian reform projects adopted by Brazilian governments as insufficient to solve the country's agrarian problems, the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Landless Rural Workers Movement - MST) began to build a new way of thinking and doing agrarian reform. In 2007 appears for the first time in the MST documents a reference to the Reforma Agrária Popular (Popular Agrarian Reform - RAP), intended to be more than an instrument of distribution and deconcentration of land. RAP encompasses themes such as agroecology and food sovereignty, the popular action is the engine of this agrarian reform process. In this sense, in a political context of the reflux of public policies aimed at peasantry agriculture, the necessity to evaluate the project of RAP emerges from the lenses of geography analysis. Thus, it is proposed in this research to understand RAP as a model of alternative territorial development, to delimit the disputes and territorialities that involve the RAP project in the Acampamento Popular Quilombo Campo Grande (Quilombo Campo Grande Popular Camp - APQCG), in Campo, do Meio, State of Minas Gerais. For this, we used secondary data from the annual reports of the DATALUTA Network, in addition to those from the research carried out under the extension program "Sowing the Earth: actions to strengthen the agroecological chain and food sovereignty in southern Minas Gerais", of which we were part. Finally, we applied semi-structured interviews with peasants and MST leaders seeking to relate the theoretical debates about the RAP program with the practical aspects observed in the APQCG. The results indicate that RAP presents limits and possibilities for overcoming the classical paradigm of agrarian reform. From a policy idealized and carried out by the State in the classical paradigm, RAP evolves the role of the peasantry in this process. This change modifies its content and its territories, bringing limits such as the lack of legal guarantee about land ownership, in the case studied, and the absence of public policies aimed at such territories. The advances concern the model of territorial development of RAP, based on the agroecological transition and which seeks to overcome the understanding of territories in a one-dimensional perspective, where rural spaces are seen exclusively through the productive dimension.

In this sense, the multidimensionality of the RAP territories and the territorialities developed are conditions and conditioning factors of this new approach to agrarian reform in Brazil. These territorialities, such as diversified production, agroecological transition, the women's collective "Roots of the Earth" and the seedling nursery allow APQCG peasants to have their social reproduction and political organization. Based on the territorialities, of which agroecological production stands out, the MST becomes able to politically use the mediation of urban space and the resulting spatialities as a tool to fight for overcoming social inequalities in the Brazilian countryside and cities.

Keywords: Peasantry; territory; agrarian reform; popular agrarian reform; agroecology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Representação da tabela utilizada para a sistematização dos dados referentes ao eixo 1.....	23
Figura 2 –	Representação da tabela utilizada para a sistematização dos dados referentes ao eixo 2.....	23
Figura 3 –	Representação da tabela utilizada para uma das abas da sistematização dos dados referentes ao eixo 3.....	24
Figura 4 –	Representação da tabela utilizada para uma das abas da sistematização dos dados referentes ao eixo 4.....	25
Figura 5 –	Representação da tabela utilizada para uma das abas da sistematização dos dados referentes ao eixo 5.....	26
Figura 6 –	Notícia veiculada pelo portal G1 acerca dos casos de trabalho análogo à escravidão no Sul de Minas Gerais em 2021.....	70
Figura 7 –	Localização da Mesorregião do Sul de Minas Gerais e do Município de Campo do Meio em sua base Microrregional.....	78
Figura 8 –	Mapa de espacialização dos Assentamento Primeiro do Sul e Nova Conquista II e do Assentamento Popular Quilombo Campo Grande, em 2022.....	79
Figura 9 –	Notícia do portal Sul21 retratando a ordem de despejo para parte das áreas do conjunto de acampamentos Quilombo Campo Grande em 2018.....	80
Figura 10 –	Fotografia retratando a mobilização da sociedade civil e do MST contra o despejo de parcela do conjunto de acampamentos Quilombo Campo Grande em 2018.....	81
Figura 11 –	Crianças “sem-terrinha” de Campo do Meio protestando com cartazes contra a ordem de despejo e a demolição da Escola Popular Eduardo Galeano em 2020.....	86
Figura 12 –	Ação de plantio de mudas de árvores pelo coletivo de mulheres “Raízes da terra” em Alfenas-MG no ano de 2022.....	95
Figura 13 –	Produtos comercializados na feira agroecológica da Reforma Agrária Popular, ocorrida em ocasião da IX JURA na UNIFAL-MG, em 2022.....	97
Figura 14 –	Roda de conversa realizada pelo coletivo de mulheres “Raízes da Terra” em ocasião da IX JURA na UNIFAL-MG, em 2022.....	98

Figura 15 –	Ação de solidariedade do MST com a doação de alimentos nas periferias de Campo do Meio em ocasião da campanha Abril Vermelho, 2021.....	134
Figura 16 –	Notícia do portal do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC retratando o aumento do número de pessoas em situação de rua no Brasil, com destaque para São Paulo, em 2023.....	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Número de propriedades de empresas do agronegócio no Brasil com capital internacional por atividade em 2019.....	68
Gráfico 2 –	Porcentagem do número de membros por família acampada no “Quilombo Campo Grande” em 2021.....	91
Gráfico 3 –	Gênero dos(as) acampados(as) do “Quilombo Campo Grande” em 2021.....	92
Gráfico 4 –	Unidade Federativa de origem dos(as) acampados(as).....	99
Gráfico 5 –	Nível de instrução de acampados e acampadas do Quilombo Campo Grande com mais de 18 anos em 2021.....	105
Gráfico 6 –	Material de construção das moradias no Quilombo Campo Grande em 2021.....	107
Gráfico 7 –	Porcentagem de famílias acampadas que acessam algum tipo de benefício social, em 2021.....	114
Gráfico 8 –	Porcentagem de famílias acampadas que possuem telefone fixo ou móvel.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Processo histórico de formação dos acampamentos e dos assentamentos em Campo do Meio-MG	77
Quadro 2 –	Quadro comparativo acerca das características dos modelos de reforma agrária clássica e popular.....	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Conflitos rurais entre 2011 e 2015 e entre 2016 e 2021 no Brasil.....	67
Tabela 2 –	Área média dos lotes e dos acampamentos, por hectares, no Quilombo Campo Grande.....	102
Tabela 3 –	Número de famílias acampadas no Quilombo Campo Grande e sua porcentagem, por ano de residência, em 2021.....	103
Tabela 4 –	Faixa etária dos(as) acampados(as) por porcentagem e número de pessoas, em 2021, no Quilombo Campo Grande.....	104
Tabela 5 –	Diversidade produtiva no conjunto de acampamentos “Quilombo Campo Grande”, em 2021.....	109
Tabela 6 –	Produção animal no conjunto de acampamentos “Quilombo Campo Grande”, em 2021.....	110
Tabela 7 –	Canais de comercialização, por lote, dos produtos vendidos por acampados e acampadas do “Quilombo Campo Grande”, em 2021.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAs	Áreas de Proteção Ambiental
APQCG	Assentamento Popular Quilombo Campo Grande
CADÚNICO	Cadastro Único
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPIA	Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRDH-SUL	Centro de Referência em Direitos Humanos - Sul de Minas Gerais
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
I PNRA	I Plano Nacional de Reforma Agrária
II PNRA	II Plano Nacional de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JURAs	Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
N.I.	Não Informado
NETASA	Núcleo de Estudos sobre Trabalho Agroecologia e Soberania Alimentar
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDF	<i>Portable Document Format</i>
PDSs	Projetos de Desenvolvimento Sustentável
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSD	Partido Social Democrático
PSF	Programa Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
QA	Questão Agrária
RAP	Reforma Agrária Popular
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	METODOLOGIA	20
3	O ESPAÇO GEOGRÁFICO ENQUANTO CATEGORIA PARA A COMPREENSÃO DO CAMPESINATO E DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR	29
3.1	TERRITÓRIO ENQUANTO CONCEITO PARA COMPREENSÃO DO CAMPESINATO.....	35
3.2	A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO E DO TERRITÓRIO PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	40
4	O CONJUNTO DE DETERMINAÇÕES QUE IMPACTAM A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	49
4.1	A QUESTÃO AGRÁRIA E O CASO BRASILEIRO.....	52
5	O CONJUNTO DE ACAMPAMENTOS QUILOMBO CAMPO GRANDE	71
5.1	CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DO CAMPESINATO NO QUILOMBO CAMPO GRANDE A PARTIR DOS DADOS DO “CENSO SEM- TERRA”.....	90
6	REFORMA AGRÁRIA CLÁSSICA NO BRASIL	116
6.1	A REFORMA AGRÁRIA POPULAR: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA EM CAMPO DO MEIO-MG.....	127
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
	REFERÊNCIAS	166

1 INTRODUÇÃO

A questão sobre a viabilidade e/ou necessidade de uma reforma agrária no Brasil sempre foi controversa. Fato é que tal questão nunca deixou de ser uma realidade para os movimentos socioterritoriais camponeses que vivenciam cotidianamente as violências reproduzidas pelo modelo de desenvolvimento territorial capitalista, o latifúndio-agronegócio. As formas e conteúdos da reforma agrária se modificaram ao longo da história brasileira, partindo da necessidade de se alcançar o desenvolvimento das forças produtivas do campo até os dias de hoje, onde a centralidade dessa questão envolve novos fatores.

Com a modificação da Questão Agrária (QA) nacional desde meados da década de 1990, a partir da adoção do agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento territorial hegemônico vinculado ao grande capital internacional, o MST compreendeu que a luta pela reforma agrária ganhava novos contornos. Da disputa pela democratização do acesso à terra o movimento passou a incorporar novas questões ao seu modelo de desenvolvimento territorial, das quais destacamos o feminismo camponês popular, a agroecologia e a soberania alimentar.

Desta forma, por meio da crítica às experiências de reforma agrária realizadas por governos brasileiros e alinhando-se aos preceitos defendidos pela Via Campesina, o MST propôs a construção de uma Reforma Agrária Popular (RAP) (ENGELMANN, 2018; MST, 2007). Esse projeto visa uma transição da agricultura tradicional para um modelo de desenvolvimento territorial de base sustentável (agroecológico). A RAP preconizada pelo MST busca garantir o acesso e a manutenção dos trabalhadores na terra tendo como centralidade a agroecologia, apontando para a necessidade de modificar o modelo de desenvolvimento territorial brasileiro no sentido da superação das desigualdades sociais como um todo. Se antes a reforma agrária era uma política que tinha no Estado seu agente idealizador e promotor, a RAP parte da construção do campesinato organizado em movimentos socioterritoriais, no caso, o MST.

A importância de se analisar a RAP em Campo do Meio vai no sentido de compreender a centralidade da luta pela/na terra para a reprodução da agricultura camponesa e para a garantia de qualidade de vida à esses sujeitos. As terras onde se encontram os 11 acampamentos que compõe o Assentamento Popular Quilombo Campo Grande (APQCG) estão em disputa desde meados da década de 1990,

configurando-se como um dos conflitos por terra mais duradouros do país (VALE *et al.*, 2019). Dada a inoperância do Estado para garantir às famílias a posse da terra, os próprios camponeses definiram que a área deve ser chamada de assentamento popular, demonstrando como o campesinato se configura enquanto agente idealizador e promotor da reforma agrária no país.

Os camponeses que ocupam essas terras continuam resistindo mesmo após diversos processos de reintegração de posse, o último deles realizado em 2020, durante a pandemia de COVID-19, que culminou no despejo de diversas famílias e na demolição da escola que atendia à comunidade (SANTOS, 2020). Essa resistência se materializa em sua vontade de produzir que, hoje, se dá através da transição agroecológica (VALE *et al.*, 2019) e das demais formas de territorialidades desenvolvidas no APQCG.

Cabe a esta pesquisa, portanto, avaliar os limites e as possibilidades que a RAP apresenta para a reprodução política e econômica do campesinato no município de Campo do Meio-MG, desde a discussão sobre territórios e territorialidades.

Nesse contexto, a atual pesquisa tem como objetivo principal compreender as implicações da QA contemporânea na luta pela reforma agrária e nas territorialidades das áreas de RAP na localidade. Buscamos delimitar a relação entre a QA atual e o projeto de RAP do MST, assim como compreender se as territorialidades nas áreas de RAP apresentam respostas aos problemas impostos pela QA. Também investigamos algumas das disputas nas quais o projeto de RAP está inserido no país e na localidade a fim de produzirmos um quadro comparativo entre a reforma agrária clássica e a RAP.

Para isso, dividimos o presente trabalho da seguinte maneira. Na primeira parte realizamos uma discussão sobre espaço geográfico e território, a forma como compreendemos tal categoria e conceito e como essa leitura pode ser utilizada para a compreensão da reforma agrária. Pontuamos como o uso do conceito de movimentos socioterritoriais pode favorecer uma melhor compreensão da RAP, entendendo que esta se configura enquanto um modelo de desenvolvimento territorial camponês.

Na segunda parte do trabalho discutiremos alguns dos condicionantes que entendemos ser de extrema importância para a compreensão da disputa entre os modelos de desenvolvimento territorial do campesinato e da agricultura industrial.

Partindo da compreensão do processo de desenvolvimento histórico brasileiro, bem como das características da burguesia nacional e de nossa QA, pretendemos destacar como a relação imperialismo e dependência se constitui enquanto um dos motes centrais do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, tendo como

resultado a violência contra os povos do campo e os altos níveis de insegurança alimentar enfrentados pela população brasileira.

Essa relação (imperialismo-dependência), a priori, nos parece ser o condicionante central para a incapacidade de realização de uma reforma agrária, independentemente do modelo, pelo Estado brasileiro ao longo de sua história. Do mesmo modo, esta relação influi diretamente na QA nacional por meio do condicionamento do sistema alimentar, das formas de financiamento da agricultura nacional, bem como nos modelos de desenvolvimento territorial fomentados pelo Estado brasileiro.

Ao passo que o modelo de desenvolvimento territorial capitalista adotado no país, representado pelo latifúndio-agronegócio, atinge certo auge produtivo, observamos um aumento vertiginoso nos conflitos por terra, bem como na taxa de pessoas em situação de insegurança alimentar e fome.

Neste sentido, a pretensa forma de solução dos problemas do campo brasileiro adotada pela burguesia nacional e internacional, e profundamente aplicada pelo Estado, vem suscitando e aprofundando novas contradições. Baseada na liberalização dos mercados, na adoção de pacotes tecnológicos oriundos da revolução verde, no aprofundamento da internacionalização das cadeias produtivas (seja por meio da demanda externa por *commodities* ou por meio do investimento direto de capital), essa “solução” tem apresentado inúmeros limites.

A terceira parte da dissertação busca apresentar alguns dos aspectos mais gerais da luta pelo território do APQCG, destacando o processo de conflitualidade que dura mais de 20 anos pelo controle das terras da ex-usina de açúcar e etanol “Ariadnópolis” e sua relação com os mandatos presidenciais entre 1995 e 2020. Ademais, também apresentamos nesta parte os dados relativos ao “censo sem-terra”, realizado pelos próprios acampados e acampadas, destacando as territorialidades do APQCG e o uso da espacialidade enquanto tática de sua luta.

Após a discussão dos aspectos gerais do território do APQCG e das territorialidades ali presentes, a quarta parte do trabalho fica por conta do debate sobre a reforma agrária. Ou seja, discutimos a reforma agrária no Brasil a partir de um resgate histórico sobre o tema tendo como centralidade o paradigma da reforma agrária clássica, dando ênfase ao primeiro e segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (I e II PNRA) e seus limites. Discutimos também o que vem a ser a RAP a partir de uma comparação entre seu programa (MST, 2013) e as formas que tal projeto é pensado e materializado no contexto local de Campo do Meio.

Por fim, apresentamos um quadro comparativo entre os modelos de reforma agrária clássica e RAP como forma de aprofundarmos os debates entre as diferenças entre tais modelos de desenvolvimento territorial e suas implicações nos territórios e territorialidades da reforma agrária em Campo do Meio.

Com essas discussões pretendemos destacar as conexões entre as dinâmicas política e econômica com o desenvolvimento e territorialização da proposta de Reforma Agrária Popular formulada pelo movimento. Ao passo que a reforma agrária nos moldes clássicos não representa mais uma alternativa desejada para o capital nacional, se é que algum dia o foi, a Reforma Agrária Popular nos parece ser de fundamental importância para a superação de alguns dos entraves gerados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, representado pelo binômio latifúndio/agronegócio.

No mesmo sentido, nos parece ser importante analisar como a adoção de novas formas de desenvolvimento territorial pelo MST e, conseqüentemente, as territorialidades e relações sociais daí desenvolvidas, apresentam possibilidades para a superação das contradições postas pelo modelo de agricultura industrial. Do mesmo modo, entender os limites que a Reforma Agrária Popular apresenta também se configura enquanto um aspecto fundamental para o aprofundamento desta proposta.

Portanto, entendemos que a utilização das categorias analíticas “território”, “territorialidades” e “movimentos socioterritoriais” nos permite avançar no sentido de compreender como as dinâmicas histórica, econômica e política influem nas áreas de RAP; dialeticamente, apresentamos algumas questões referentes a como estes territórios e suas territorialidades apresentam limites e respostas para a superação das contradições existentes no campo brasileiro.

2 METODOLOGIA

Acerca de nossa metodologia, destacamos que esta é uma pesquisa quali-quantitativa, baseada no materialismo-histórico-dialético, onde são analisadas as características da QA atual, a maneira como suas características são condição e condicionante da luta atual do MST por reforma agrária e o conseqüente impacto gerado por estas relações na territorialização e na territorialidade do movimento em Campo do Meio.

Partimos do princípio de que nenhuma ciência é neutra, sendo que as escolhas dos objetos de análise, dos referenciais teóricos e das metodologias são permeadas pelas ideologias e intencionalidades dos(as) pesquisadores(as) (CAMPOS, 2012). A pretensa neutralidade científica já foi utilizada, incluso na Geografia, para justificar a opressão, por isso a consideramos enquanto estratégia de dominação de uma determinada visão de mundo: “[...] a neutralidade científica nega os conflitos entre as classes sociais, mantém o *status quo* e não valoriza a diversidade de relações sociais, modos de vida e produção, saberes e cosmologias” (COCA *et al.*, 2021, p. 5). Neste sentido, entendemos que a presente pesquisa congrega aspectos metodológicos do que se convencionou denominar de pesquisa militante.

A pesquisa militante pode ser caracterizada enquanto a produção de conhecimento com fins de transformação social a partir da articulação entre pesquisadores e movimentos sociais (BRINGEL; VARELLA, 2016). Entendemos que a importância da militância para a pesquisa científica se dá em dois sentidos: i) ao fomentar novas questões e reflexões teóricas capazes de gerar avanços nas pesquisas e; ii) a *práxis* contida nessa relação pode favorecer a produção de conhecimentos científicos e a própria militância (BARTHOL, 2018).

Portanto, consideramos que a presente pesquisa pode ser enquadrada nesta metodologia dada a nossa ligação, dentro da academia e fora dela, com a militância do MST na mesorregião Sul de Minas Gerais. Isso nos permitiu uma delimitação mais clara dos objetivos, referenciais teóricos e formas de compreensão da realidade que, sem este processo coletivo, seria impossível. Deixamos claro logo de início que nossa pesquisa não pretende, se é que isso é possível, ser isenta de posicionamento político. Desde já destacamos que nossa posição política é em defesa da classe trabalhadora urbana e rural, por isso, adotamos um paradigma de pesquisa que apresenta esta intencionalidade: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) (CAMPOS, 2012; VINHA, 2014).

Dito isso, para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma ampla revisão bibliográfica sobre: regimes alimentares, QA, movimentos socioterritoriais, experiências brasileiras e internacionais de reforma agrária, a conceituação de território e territorialidade e acerca das dimensões e definições dos projetos de RAP no Brasil desde 2007. Tomamos este ano como referência pelo fato de as discussões e definições sobre a RAP se iniciarem neste período.

Para isso, realizamos a leitura de livros relacionados ao tema, bem como a análise de periódicos por meio da base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com *qualis* mínima de nível B, além de teses e dissertações produzidas sobre os temas estudados. Além disso, foram utilizados mecanismos de pesquisa como o *Google Acadêmico* e da plataforma *Researchgate*. Selecionamos os artigos que apresentavam relação direta com os conceitos e com o método empregado nessa pesquisa.

Os trabalhos e livros selecionados foram separados e agrupados em pastas e subpastas, a partir disso buscamos criar um quadro, por meio do *software Microsoft Excel*, para representar as diferenças e semelhanças entre a reforma agrária clássica e a RAP, como consta no último capítulo da presente obra.

Também realizamos um levantamento documental de textos elaborados pelos movimentos socioterritoriais, principalmente o MST e a Via Campesina, acerca de temas como: i) soberania alimentar; ii) reforma agrária; iii) QA; iv) agroecologia. Destacamos que também nos utilizamos de livros de intelectuais orgânicos dos movimentos citados acima.

A pesquisa também abarca o uso de dados secundários provenientes dos relatórios anuais da Rede DATALUTA sobre movimentos socioterritoriais, ocupações, assentamentos rurais, estrangeirização de terras, estrutura fundiária, bem como os dados sobre as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA). Com isso, busca-se contextualizar a relação entre QA, empresas transnacionais, o sistema alimentar global e as disputas territoriais ocorridas em escala local e nacional.

Também nos utilizamos dos dados secundários levantados por meio de pesquisas desenvolvidas no âmbito do programa de extensão “Semeando a Terra: ações de fortalecimento da cadeia agroecológica e da soberania alimentar no sul de Minas Gerais”, desenvolvido junto à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alfenas, em parceria com acampados e acampadas do conjunto de acampamentos “Quilombo Campo Grande”. Programa este idealizado e aplicado pelo Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA), núcleo do qual fazemos parte.

Esses dados secundários foram obtidos por meio de um questionário produtivo e socioeconômico. O questionário foi elaborado pelo conjunto de extensionistas do programa em questão, juntamente com dirigentes do APQCG, a partir da demanda dos camponeses e camponesas sobre a necessidade de conhecer a condição produtiva e socioeconômica das pessoas residentes na área. O questionário foi aplicado no ano de 2021 pelos próprios dirigentes e moradores dos acampamentos, que, após a aplicação, nos enviaram os dados para sistematização e análise.

Para a elaboração das tabelas e gráficos que compõe a presente pesquisa foi utilizado o programa *Microsoft Excel*. Os formulários físicos aplicados nas entrevistas foram digitalizados pelos acampados no formato PDF e disponibilizados a nós pelo MST por meio da plataforma *Google Drive*.

Em seguida os formulários foram baixados em nosso computador, sendo separados de acordo com o acampamento em questão. Portanto, foram criadas em nosso computador 11 pastas, referentes aos 11 acampamentos que compõem o Quilombo Campo Grande: Sidney Dias, Rosa Luxemburgo, Tiradentes, Girassol, Fome Zero, Chico Mendes, Betinho, Irmã Dorothy, Vitória da Conquista, Potreiro e Resistência.

Em cada uma destas pastas, além dos formulários, foram criadas e adicionadas tabelas padronizadas referentes a cada eixo temático que compõe os formulários. Os eixos são divididos em: 1) dados da pessoa entrevistada; 2) dados do grupo familiar; 3) infraestrutura e benfeitorias; 4) dados da produção; 5) acesso a políticas públicas e saúde. Dessa forma, dentro da pasta de cada acampamento foram colocadas e preenchidas uma tabela para cada eixo temático, o que resultou em 5 tabelas para cada acampamento.

Para o eixo 1 a tabela (FIGURA 1) apresentou as seguintes colunas: a) nome do acampamento; b) número do lote; c) área do lote; d) município(s) de origem da família; e) naturalidade; f) município onde residiu antes; g) n° de pessoas da família; h) n° de homens; i) n° de mulheres; j) tempo de residência na área; k) trabalhou na usina Ariadnópolis?; l) alguém da família trabalhou na usina?; m) se sim, tem dívidas trabalhistas a receber?

Para o eixo 2 a tabela (FIGURA 2) apresentou as seguintes colunas: a) acampamento; b) número do lote; c) nome; d) vínculo familiar; e) idade; f) gênero; g) raça autodeclarada; h) escolaridade; i) renda mensal.

Figura 1 – Representação da tabela utilizada para a sistematização dos dados referentes ao eixo 1

Eixo 1 - Dados da pessoa entrevistada												
Acampamento	Número do lote	Área do lote	Município(s) de origem da família	Naturalidade	Onde morou antes?	Nº de pessoas da família	Nº de homens	Nº de mulheres	Tempo de residência na área	Trabalhou na usina?	Alguém da família trabalhou na usina?	Se Sim, tem dívidas trabalhistas a receber?

Fonte: NETASA (2021).

Figura 2 – Representação da tabela utilizada para a sistematização dos dados referentes ao eixo 2

Eixo 2 - Dados do grupo familiar								
Acampamento	Lote	Nome	Vínculo familiar	Idade	Gênero	Raça	Escolaridade	Renda mensal

Fonte: NETASA (2021).

No caso do eixo 3, devido ao grande número de dados a serem alocados na tabela, esta foi dividida em 5 abas: 1) informações sobre a residência; 2) máquinas e equipamentos; 3) benfeitorias; 4) acesso à água; 5) fossa sanitária. Como se tratam de 5 abas neste eixo, utilizaremos de uma figura representativa de apenas uma destas (FIGURA 3).

Para a primeira aba (informações sobre a residência) foram criadas as seguintes colunas: a) acampamento; b) número do lote; c) material da construção (ex: alvenaria, madeira, lona, entre outros); d) metragem da construção; e) valor em R\$; f) acesso à energia elétrica. Para a segunda aba (máquinas e equipamentos) foram criadas as seguintes colunas: a) acampamento; b) número do lote; c) uso de bomba d'água; d) uso de roçadeira; e) uso de trator; f) outros equipamentos; g) tanques para peixe.

Para a terceira aba (benfeitorias) foram criadas as seguintes colunas: a) acampamento; b) número do lote; c) cerca (metros); d) curral (m²); d) galinheiro (m²); e) agroindústria (m²); f) estrada (m).

informações relevantes à pesquisa” (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 332).

Atingimos a saturação teórica ao constatarmos a inexistência de novas informações adicionadas ao conjunto da coleta, ou seja, quando não aparecerem novas categorias de análise. Assim, a saturação ocorre quando as informações obtidas junto aos novos participantes da pesquisa não mais contribuam para a reflexão teórica acerca dos dados que estão sendo coletados (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

Destacamos que, a princípio, nosso objetivo era entrevistar ao menos um camponês ou camponesa de cada um dos acampamentos, porém, isto não foi possível. Devido ao tamanho do APQCG e à intensidade de tarefas que a militância do MST se encontrava em decorrência da organização do ato político-cultural da Escola Popular Eduardo Galeano e, também, de sua mobilização para trabalhos de base referentes ao período eleitoral de 2022. Portanto, o conjunto amostral utilizado por nós foi de 10 pessoas, sendo 4 dirigentes e 6 acampados(as), estes últimos residentes dos acampamentos Rosa Luxemburgo, Sidney Dias, Tiradentes, Resistência e Potreiro.

As entrevistas, realizadas presencialmente com os acampados e acampadas, seguiram todos os protocolos de prevenção e segurança indicados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Alfenas.

Nossa opção pelas entrevistas enquanto metodologia de pesquisa decorreu do fato de que estas são uma maneira de buscar compreender a perspectiva que os movimentos socioterritoriais possuem da reforma agrária, da relação de forças existentes entre as classes sociais e suas aspirações para o futuro. Portanto, visa-se compreender, através de sua aplicação, quais são as formas de divisão do trabalho nos lotes, as territorialidades, as características atuais da reforma agrária no país, as formas de resistência e reprodução do campesinato e a importância de se discutir/implementar projetos de reforma agrária no país.

É necessário reconhecer as limitações que as entrevistas, enquanto metodologia, possuem. Por outro lado, é a partir do reconhecimento destas que o pesquisador passará a buscar formas de aumentar o alcance de seu instrumento de coleta de informações (COLOGNESE; MELO, 1998).

Os dados obtidos com a transcrição das entrevistas foram organizados de maneira a se identificar as categorias que nos permitiriam a leitura e escolha dos dados relevantes para a pesquisa. Como as perguntas elaboradas são semiabertas, no caso de respostas muito diferentes entre si, optamos por classificá-las de acordo com grupos de afinidade (COLOGNESE; MELO, 1998), como territorialidades, relação entre agroecologia e RAP, as formas de divisão do trabalho nos lotes, entre outros.

Por fim, após a organização e categorização dos dados, os seguintes procedimentos foram adotados: i) organização de um sumário com o ordenamento do texto a ser produzido (a partir das categorias levantadas); ii) comparação entre os aspectos pertinentes delimitados na revisão de bibliografia e os levantados por meio dos dados colhidos nas entrevistas; iii) delimitação das similaridades e diferenças entre os referenciais teóricos e os dados colhidos nas entrevistas (COLOGNESE; MELO, 1998).

Destacados os aspectos metodológicos de nossa pesquisa, passaremos então à discussão teórica.

3 O ESPAÇO GEOGRÁFICO ENQUANTO CATEGORIA PARA A COMPREENSÃO DO CAMPESINATO E DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Ao longo do desenvolvimento do pensamento geográfico o espaço, tido enquanto uma categoria analítica, foi definido de diversas formas (LEFEBVRE, 1991; MOREIRA, 2007; SANTOS, 2009). Neste sentido, cabe destacar a maneira como entendemos esta categoria e sua importância enquanto lentes de análise da realidade.

Em nossa perspectiva, o espaço geográfico é formado originalmente pela natureza e constantemente transformado pelas relações sociais (FERNANDES, 2005a). A partir dessas relações sociais, que se desenrolam no espaço, são produzidos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como os espaços políticos, culturais, econômicos, entre outros.

O espaço geográfico é composto pela relação entre as diversas dimensões que compõem a realidade, o que lhe confere o caráter da multidimensionalidade. Isso significa que diversas dimensões lhe formam, ao mesmo tempo em que também são conformadas pela dimensão espacial.

Aqui se assenta a base de nossa análise sobre a RAP: ao passo em que as dimensões econômica, política, histórica, cultural, entre outras, influenciam nas formas e usos dos espaços – e, conseqüentemente, dos territórios –, sejam eles fixos ou fluxos, as formas de resistência e reprodução do campesinato em seus territórios (territorialidades) também podem influenciar aquelas dimensões.

Como, em nossa perspectiva, o espaço é multidimensional, há a necessidade de se analisar a partir da sua composicionalidade. A composicionalidade significa que o espaço "[...] compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem" (FERNANDES, 2005a, p. 26). Esta forma de análise do espaço pode ser comparada à maneira com que Marx estabelece o processo de como conhecer profundamente o objeto de análise em uma pesquisa científica, ou seja, seu método. Ao estudar o processo de análise da realidade utilizado pela Economia Política clássica, Marx (2008) compreende que este método não é suficiente para uma representação profunda da realidade.

Paulo Netto (2011, p. 42, *italico original*), ao apresentar o método da Economia Política, nos aponta que este começa: “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como *dados*; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples”.

Marx (2008) considerava esse método insuficiente para a reprodução teórica do real e do concreto, já que para ele é necessário, após este procedimento, realizar a viagem de modo inverso. Assim, é preciso, após a abstração inicial, compreender a totalidade de determinações e as diversas relações que influenciam na produção e reprodução do objeto de análise (NETTO, 2011, p.43), ou seja, suas dimensões:

O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método [Economia Política], a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 2008, p. 258-259).

Portanto, a partir do que foi exposto acima, nos parece ser fundamental compreender o espaço e o território a partir de suas multidimensionalidades, das múltiplas dimensões/determinações que condicionam e são condicionadas pelo processo de produção do espaço e dos territórios.

Da mesma forma que as dimensões que compõe o espaço geográfico influem nas formas de uso dos territórios camponeses (territorialidades), as formas de uso destes territórios também podem influir sobre as dimensões que os condicionam. Daí a potência transformadora da RAP quando analisadas as relações sociais e as relações de produção desenvolvidas nesses territórios.

No mesmo sentido, o espaço deve ser analisado enquanto uma completitude: ele possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte da realidade (FERNANDES, 2005a). O espaço geográfico é composto tanto pelos elementos naturais quanto pelas dimensões produzidas pelas relações sociais (redes, temporalidades, cultura, política, educação, economia, entre outros). Ao se relacionarem de formas tão diversas entre si e com a natureza, as pessoas produzem espaços/territórios múltiplos, construindo-os ao mesmo tempo em que vão sendo formadas (subjetiva e objetivamente) por essa multidimensionalidade.

As diversas relações sociais que se dão no espaço o produzem e o transformam. Ao mesmo tempo, a subjetividade e a objetividade humana são conformadas pelas dimensões do espaço. Assim, tanto o espaço é produzido e reproduzido pelas relações sociais, quanto estas relação são produzidas e reproduzidas ao longo desse processo.

Esta ideia se assemelha ao entendimento da ontologia do processo de trabalho proposta pelo marxismo (LUKÁCS, 1978; MARX, 2015). Sem nos aprofundarmos em como esse processo ocorre dentro do modo de produção capitalista (através da subsunção do trabalho ao capital), o trabalho consiste em toda ação humana que envolva a modificação ou a apropriação da natureza para fins de satisfação de suas necessidades.

Marx (2015) diferencia o trabalho humano daquele realizado pelos animais por meio da teleologia. Esta é a propriedade que pertence exclusivamente ao trabalho humano, seria sua capacidade de idealizar a ação antes de sua execução, como forma de determinar como e quando realizar certa atividade de acordo com os fins a que esta se propõe. Em suas palavras:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2015, p. 188).

Ao modificar a natureza – e aqui também podemos colocar o espaço e o território – para fins dos mais diversos, por meio do processo de trabalho, o ser humano também modifica a si próprio. Daí a conexão com o fato de que as pessoas e os movimentos, ao produzirem espaços e territórios, também produzem e reproduzem sua subjetividade.

Para que o trabalho possa ocorrer, em uma perspectiva marxista (LUKÁCS, 1978; MARX, 2015), é necessário que o ser humano coloque em ação uma série de mediações internas (reflexões sobre as possíveis formas e objetivos do trabalho) e externas (relações com outros indivíduos e com a natureza). Essas mediações:

[...] transformam ininterruptamente tanto a natureza que circunda a sociedade, quanto os homens que nela atuam, as suas relações recíprocas etc.; e isso porque elas tornam praticamente eficientes forças, relações, qualidades etc., da natureza que, de outro modo, não poderiam exercer essa ação, ao mesmo tempo em que o homem liberando e dominando essas forças - põe em ser um processo de desenvolvimento das próprias capacidades no sentido de níveis mais altos (LUKÁCS, 1978, p. 6).

E aqui reside uma de nossas teses principais: entendemos que ao propor uma outra forma de relação com a natureza, um outro metabolismo sociedade-natureza, a proposta de RAP (MST, 2013) representa um avanço no modelo de desenvolvimento territorial se comparada ao padrão proposto pelo modo de produção capitalista, o

latifúndio-agronegócio.

Caberá a nós, nos capítulos posteriores, aprofundarmos este debate. Dessa forma, entendemos que o espaço é produzido a partir das relações sociais que se dão "[...] no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento" (FERNANDES, 2005a, p. 26). Portanto, o espaço social pode ser compreendido enquanto uma das dimensões do espaço geográfico, o que lhe garante a qualidade da completividade. Isso quer dizer que o espaço social complementa o espaço geográfico. Esse movimento aponta para outra característica que o espaço possui, qual seja, a composicionalidade: suas dimensões são igualmente espaços completos e completivos (FERNANDES, 2005a).

Algumas relações sociais podem – e muitas vezes o fazem – realizar leituras ou ações fragmentárias do/no espaço geográfico. Essas ações e formas de análise são limitadas, pois demandam alguma forma de delimitação do espaço. A questão central aqui não reside na delimitação por si, mas na intencionalidade responsável por tal delimitação e, conseqüentemente, a qual projeto político-econômico essa delimitação atende (FERNANDES, 2008).

Certas leituras espaciais fragmentárias podem promover desigualdades e exclusão, bem como justificar formas de dominação (MOREIRA, 2007). Assim, "A superação dessa visão de mundo exige ponderabilidade na criação de métodos que desfragmentem o espaço e que não restrinjam as qualidades composicionais e completivas dos espaços" (FERNANDES, 2005a, p. 26).

Algumas relações sociais podem ser entendidas enquanto "[...] predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos" (FERNANDES, 2005a, p. 27). Desta forma, o processo de análise/entendimento ou de produção do espaço de maneira fragmentária pode ser resultado de algumas intencionalidades que permeiam as relações sociais.

Compreendemos o conceito de intencionalidade, de modo simplificado, enquanto as formas de pensamento e de compreensão da realidade por parte dos indivíduos, coletivos e, principalmente, das classes sociais; as intencionalidades, portanto, impactam diretamente nas ações, na escolha dos paradigmas, das correntes teóricas e também dos modelos de desenvolvimento por parte de indivíduos, coletivos, movimentos e instituições (FERNANDES, 2008). Em um trabalho anterior, conceituamos a intencionalidade enquanto:

[...] a visão de mundo ou os paradigmas que guiam os sujeitos na construção de suas vidas e de seus territórios, seria, portanto, o elemento subjetivo que as pessoas empregam na criação e na consolidação de seus espaços de vida. É por meio das intencionalidades que os sujeitos criam e propõem diversas leituras da realidade, gerando assim conflitualidades, outro elemento fundamental para a leitura dos territórios (SANTOS, 2020, p. 32).

Entendemos que essas intencionalidades fragmentárias determinam as leituras e as ações propositivas (como as políticas públicas) que entendem a totalidade enquanto uma parte, ou seja, entendem o espaço enquanto uma fração ou fragmento (MOREIRA, 2007).

Um exemplo dessas intencionalidades fragmentárias reside no culto à propriedade privada dos meios de produção, do qual ressaltamos a propriedade privada da terra. A tendência é que as intencionalidades permeadas pelas ideologias do modo capitalista de produção tendam a enxergar o campo unicamente a partir das relações de produção que nele se desenrolam, pautando a natureza unicamente enquanto fonte de recursos (OLIVEIRA, 2007).

Isso favorece a ideia (ou mito) de que o agronegócio beneficia o desenvolvimento econômico brasileiro (MITIDIERO JÚNIOR; GOLDFARB, 2021), ignorando-se a conflitualidade, o impacto ambiental e a miséria gerada pelo processo de expansão do setor.

Neste sentido, o “ataque” à propriedade privada por meio das ocupações de terras realizadas pelos movimentos camponeses são vistos enquanto atos de extrema violência, uma vez que estas visões fragmentárias do espaço e da realidade compreendem a terra unicamente enquanto local de produção e exploração privada.

A partir dessas visões, seriam as ocupações de terras – e demais formas de resistência do campesinato, das populações indígenas, quilombolas e tradicionais – as causas dos surgimentos dos conflitos (FERNANDES, 2005b), quando, na realidade, os dados apontam para o fato de que é a expansão do capital que fomenta a conflitualidade (CPT, 2022).

Assim, cabe a nós pontuarmos o que seria a conflitualidade e seus desdobramentos nos embates entre a agricultura capitalista (latifúndio-agronegócio) e as outras formas de produção citadas acima pelo controle do espaço e dos territórios.

Concordamos com Fernandes (2005b) acerca do entendimento da conflitualidade enquanto um processo gerado pelo desenvolvimento das relações capitalistas de produção:

A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento. A agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promovem conflitos e desenvolvimento. A agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento (FERNANDES, 2005b, p. 6).

O que o autor busca demonstrar é que o conflito é somente um dos momentos nos quais as contradições geradas pelo desenvolvimento de relações capitalistas no campo se materializam. A conflitualidade, processo do qual o conflito ou enfrentamento é tributário, é gerada por uma série de fatores estruturais do próprio processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, como a expropriação, a concentração fundiária e a grilagem de terras.

E aqui se insere novamente a questão da propriedade privada da terra. O processo histórico de privatização da propriedade foi e segue sendo marcado pela expropriação e pela violência (ENGELS, 2012; LINHARES; SILVA, 2021; MARX; ENGELS, 2015). A assim chamada acumulação primitiva de capital (LUXEMBURGO, 1970; MARX, 2015) ocorre a partir da expropriação das populações de suas terras, ou seja, a partir da monopolização da terra pelo capital.

Harvey (2004) dá sequência às leituras de Marx e Luxemburgo ao propor que a acumulação primitiva, ou, em sua perspectiva, acumulação por espoliação, não é um estágio inicial do desenvolvimento capitalista, mas sim um processo central para o capital em todas as suas etapas de desenvolvimento. Essa análise será aprofundada por nós nos capítulos subsequentes, haja vista sua centralidade para a compreensão da QA brasileira contemporânea e da relação dependência- imperialismo.

E como essas questões importam para a presente pesquisa? Pois o conflito pelas terras da ex-usina Ariadnópolis, entre latifúndio-agronegócio e campesinato (no caso, o conjunto de acampamentos Quilombo Campo Grande), não surge com as ocupações de terra. Antes disso, foram as formas de exploração do campesinato pelo latifúndio-agronegócio que materializaram a conflitualidade através da disputa territorial.

Isso significa que não são as ocupações de terra e as outras formas de resistência do campesinato e dos povos tradicionais que geram os conflitos no campo. São as contradições do modo de produção capitalista que fomentam os processos de violência, por parte das burguesias e do Estado, contra essas populações (LINHARES; SILVA, 2021). De fato, os conflitos são, muitas das vezes, a única forma que estas pessoas encontram para reproduzir suas formas de produção e, conseqüentemente, suas vidas.

Portanto, ao atuar no processo de determinação da representação do espaço geográfico por parte de um indivíduo ou coletivo, a intencionalidade pode ser entendida enquanto uma forma de poder. Ou seja, as intencionalidades de empresas, instituições, pesquisadores(as), políticos(as), professores(as), entre outros, determinam a forma como o espaço geográfico é representado em seus trabalhos e transformado por suas ações. Para Fernandes (2005a) essa é uma relação social que pode fortalecer o entendimento do espaço enquanto fração.

A intencionalidade, portanto, impacta diretamente nas nossas formas de ver e agir no mundo. É uma espécie de identidade que, por isso mesmo, pode acabar precisando delimitar para então poder ser diferenciada e identificada. A partir desse movimento de diferenciação e delimitação a intencionalidade gera uma leitura parcial de espaço que acaba sendo apresentada enquanto totalidade (FERNANDES, 2005a; MOREIRA, 2007).

Assim, a multidimensionalidade do espaço passa a ser restringida a partir da intencionalidade do sujeito, classe, Estado-nação ou dos pesquisadores que lhe referenciaram. Ou seja, o espaço passa a ser compreendido a partir da intencionalidade da relação social que criou tal leitura: "A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais" (FERNANDES, 2005a, p. 27).

3.1 TERRITÓRIO ENQUANTO CONCEITO PARA COMPREENSÃO DO CAMPESINATO

Ao embutirmos nossas intencionalidades na leitura ou produção do espaço geográfico também estamos criando, material e/ou imaterialmente, um território (CAMPOS, 2012; VINHA, 2014). Portanto, o território pode ser entendido enquanto um espaço que foi apropriado por uma determinada relação social. Esta relação social é responsável por produzir e manter o território a partir de uma forma de poder. Neste sentido, os debates de Raffestin (1993) são bem elucidativos.

O autor nos aponta que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993). Ou seja, que o território é resultante da apropriação e transformação do espaço geográfico, sendo formado a partir das relações sociais que se dão durante o processo de produção do espaço. Deste modo, ao se apropriarem do espaço os indivíduos se territorializam.

Assim, “[...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Nesta perspectiva, o território é compreendido enquanto uma parte do espaço geográfico. Sendo parte do espaço, o território compartilha suas qualidades composicionais e completivas:

A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade (FERNANDES, 2005a, p. 27).

Assim, entendemos que o território é formado a partir da produção e/ou transformação do espaço, que se dá através da ação material ou imaterial das relações sociais (VINHA, 2014). Da mesma maneira que a produção/transformação do espaço e do território são originadas pelas relações sociais, estas são diretamente impactadas/produzidas pelo espaço e pelos territórios.

Acreditamos na tese de que uma das potências transformadoras do projeto de RAP resida nessa dialética entre relação social e espaço/território. Isso pois o campesinato produz seus territórios a partir de relações diferentes da dinâmica da propriedade capitalista (CHAYANOV, 1966; Van der PLOEG, 2008):

A propriedade camponesa não é estruturada como um empreendimento capitalista; não está fundamentada em uma relação capital-trabalho. O trabalho, dentro dela, não é assalariado. E o capital não é capital no sentido marxista (isto é, não é capital que precisa gerar valor excedente a ser investido a fim de gerar mais valor excedente). Na unidade camponesa, “capital” são as ferramentas disponíveis, as instalações, os animais e os estoques. Entretanto, esse “capital” não é de modo algum “um valor que gera valor excedente”, como Kautsky (1974, p.65) interpretou. As instalações, os equipamentos etc., são os instrumentos (ou meios) de facilitar e aprimorar o processo de trabalho (ver Box 5.1, p.113). É a ausência da relação capital-trabalho que transforma determinadas unidades de produção agrícola em propriedades camponesas (Van der PLOEG, 2008, p. 21).

Assim, as formas de envolvimento com o alimento, a natureza e os outros seres humanos nas propriedades camponesas trazem aspectos importantes para a superação das contradições geradas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura. Como discutiremos de maneira mais aprofundada nos próximos capítulos, as relações de produção camponesas, apesar de seus limites, apresentam formas de superação de algumas das contradições da agricultura industrial por meio da agroecologia e da soberania alimentar (COCA *et al.*, 2019; FABRINI, 2017). Contradições estas que abarcam o fato de um dos países que mais produz alimentos e carne do mundo (Brasil) possuir milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e fome (PENSSAN, 2022).

Dematteis (*apud* SAQUET, 2015) destaca que o território é construído social e politicamente. Indica, portanto, uma realidade material resultante tanto das relações sociais quanto das relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza. Essa questão nos permite compreender que a diferença entre os territórios camponeses e os do latifúndio-agronegócio remonta ao fato de que, por serem produzidos e transformados por intencionalidades e relações sociais diferentes, seus espaços e territórios são continuamente produzidos de formas “contraditórias, solidárias e conflitivas” (FERNANDES, 2005a, p. 28).

Outro elemento fundamental para que possamos compreender o território é a soberania. Muitos trabalhos na Geografia e em outras ciências, que se utilizam do conceito de território, tratam a soberania em suas vinculações com o Estado-nação, ou seja, nos espaços de governança (GOTTMAN, 1973; 2012).

Contudo, o conceito de território não se limita aos espaços de governança, indo além destes. Portanto, apesar de ser de extrema importância entendermos a soberania em seus vínculos com o Estado-nação, trazemos uma discussão sobre soberania que não se limita ao poder dos Estados sobre seus territórios:

Soberania é um princípio do conceito de território. Todavia, antes de ser um princípio, ela é uma necessidade humana para a liberdade. A soberania é uma construção histórica dos povos e suas nações, como também é uma construção das classes sociais e seus grupos internos. Todavia, a soberania não é poder político exclusivo do Estado sobre o território. A soberania do Estado é garantida pelas soberanias das múltiplas forças sociopolíticas que garantem o Estado. Considerando a multiterritorialidade, podemos falar em soberanias, cujas existências garantem a do Estado. O território do Estado é uma totalidade, mas não é totalitário. Uma nação livre não será uma nação centralizadora. As instituições que formam o Estado Nação, como também seus Poderes, os partidos, os sindicatos, as igrejas, as fundações, as cooperativas, as empresas, os movimentos e as ONGs, constroem espaços e territórios no interior no território do Estado, constituindo assim diferentes soberanias. O Estado e seu território são disputados pelas instituições também por meio de seus territórios. A relação jurídica entre as instituições é regida pelo poder político do Estado e pelos poderes políticos de cada instituição (FERNANDES, 2009, p. 5-6).

Neste sentido, achamos importante salientar a ideia de soberania enquanto condição humana para liberdade, como apontado no trecho acima. Para nosso objeto de análise, uma questão que nos parece pertinente é se e como a proposta de RAP favorece ou limita a liberdade dos camponeses e das camponesas.

Mais do que darmos respostas concretas, esse questionamento nos parece válido na medida em que nos impulsiona a tentar compreender quais seriam os fatores que favoreceriam a liberdade do campesinato.

Expressa-se aqui a unidade - contida de modo contraditoriamente indissolúvel no ser social - entre liberdade e necessidade; ela já opera no trabalho como unidade indissolúvelmente contraditória das decisões teleológicas entre alternativas com as premissas e conseqüências ineliminavelmente vinculadas por uma relação causal necessária. [...] Por isso, Marx fala do período inicial da autêntica história da humanidade como de um "reino da liberdade", o qual, porém, "só pode florescer sobre a base do reino da necessidade" (isto é, da reprodução econômico-social da humanidade, das tendências objetivas de desenvolvimento à qual nos referimos anteriormente). Precisamente essa ligação do reino da liberdade com sua base sócio-material, com o reino econômico da necessidade, mostra como a liberdade do gênero humano seja o resultado de sua própria atividade. A liberdade, bem como sua possibilidade, não é algo dado por natureza, não é um dom do "alto" e nem sequer uma parte integrante - de origem misteriosa - do ser humano. É o produto da própria atividade humana [...] (LUKÁCS, 1978, p. 16-17).

A partir da perspectiva marxista, a liberdade humana somente pode ser alcançada em sua plenitude na medida em que as necessidades individuais, sendo elas materiais ou imateriais, sejam atendidas. Para se atingir a liberdade, portanto, é central a reprodução econômico-social; a liberdade é tida enquanto fruto do trabalho humano e da capacidade de apropriação das classes sociais dos resultados desse trabalho.

Neste sentido, deixamos em aberto a questão de como a RAP pode favorecer, ou não, a liberdade de camponeses e camponesas. Quais seriam os elementos capazes de fomentar esse processo?

Pensamos que o controle da terra, a soberania exercida em seus territórios (mesmo que esta seja limitada), a forma de produção e sua conseqüente forma de relação com a natureza, no caso da agroecologia, bem como as relações sociais desenvolvidas nas áreas de RAP, a exemplo da centralidade que o feminismo apresenta para esse projeto, podem nos dar pistas para essa questão. Retornaremos a este debate no capítulo sobre RAP.

Porém, sabemos que a soberania do Estado também influi diretamente na soberania dos outros tipos de territórios. Enfrentamos um contexto histórico de acentuação da ofensiva do capital contra o campesinato, bem como de ataque direto do governo Bolsonaro aos camponeses e povos dos campos, florestas e água (SANTOS

et al., 2021).

A partir do reconhecimento deste quadro, entendemos que a modificação da forma de produção e das relações sociais no interior dos territórios devem estar relacionadas com um processo de disputa do Estado e do consenso da sociedade sobre qual modelo de desenvolvimento é necessário para a superação das contradições geradas pelo latifúndio-agronegócio.

Não acreditamos que a superação deste quadro histórico se dará apenas pela vitória eleitoral de candidatos à esquerda, haja vista o rápido desmonte das políticas públicas realizado após 2016 e a aplicação de políticas voltadas para o engessamento do Estado, como o teto de gastos, a reforma da previdência e a reforma trabalhista. Menos ainda, acreditamos que o momento seja de conciliação com setores da burguesia nacional que participaram diretamente deste desmonte.

Exemplo disso é que frações do agronegócio financiaram e seguem financiando movimentos, manifestações e atos golpistas contra o atual governo de Lula desde os resultados das eleições de 2022 e adentrando ao ano de 2023 (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2023). Soma-se às frações nacionais do agronegócio no avanço dessas política destrutivas e golpistas o grande capital internacional:

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) compõe o *lobby* mais poderoso do congresso; controla metade da Câmara e do Senado. O Instituto Pensar Agro (IPA) é um *think tank* que assessora a FPA e a conecta com o setor privado. Produz minutas e relatórios para os Projetos de Lei ambientais submetidos por políticos da FPA, como os PLs do Veneno, do Licenciamento Ambiental e da Mineração em Terras Indígenas. A estrutura do IPA é mantida por 48 associações do agronegócio, que contribuem com um valor mensal para apoiar as despesas de *lobby*. [...] As multinacionais são as líderes ocultas por trás do lobby do agronegócio: JBS, Basf, Cargill, Bayer, Syngenta, Nestlé, Bunge e LDC são afiliadas a múltiplas associações, onde ocupam cargos executivos e de liderança. Durante o governo de Jair Bolsonaro, executivos do IPA e políticos da FPA se reuniram pelo menos 160 vezes com servidores do Ministério da Agricultura, incluindo 20 audiências com a ministra Tereza Cristina, ex-presidente da FPA. [...] Os fundos internacionais Blackrock, JP Morgan Chase, Bank of America, Citigroup e Dimensional investiram US\$ 4,12 bilhões em empresas ligadas ao IPA (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022, p. 4).

Uma reforma agrária ampla, independentemente de seu conteúdo (seja em moldes clássicos, radical ou popular), como nos mostra nossa história, não será feita pelo Estado brasileiro dentro das configurações atuais que ele apresenta, menos ainda a partir de alianças com o latifúndio-agronegócio. Os governos Lula foram exemplo disso e seu novo governo enfrentará novamente limites, desta vez mais aprofundados dada a conjuntura política (reacionarismo e golpismo de setores nacionais e internacionais do agronegócio) e econômica (teto de gastos e ajustes fiscais baseados em uma racionalidade Ultraliberal).

É neste quadro que a luta pela reforma agrária se insere no contexto atual. Sendo assim, as possibilidades para uma ampliação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e o campesinato, mesmo que não sejam medidas reformistas, são reduzidas dentro de um governo de coalizão tão ampla. Esse contexto requer a força das lutas de massa (LUXEMBURGO, 1906) enquanto um contraponto ao poder dos setores da burguesia nacional e internacional no sentido da determinação das políticas voltadas ao campo e do modelo de desenvolvimento territorial a ser adotado pelo país nos próximos anos.

Portanto, caberá a nós no próximo capítulo discutir de que forma espaço e território se configuram enquanto fatores fundamentais para a (re)produção do campesinato e de suas lutas e, também, enquanto contraponto ao modelo de desenvolvimento territorial do latifúndio-agronegócio.

3.2 A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO E DO TERRITÓRIO PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Já pontuamos que o espaço e o território são produzidos pelas relações sociais. Estas relações sociais são permeadas por intencionalidades que determinam as formas de ver e agir no mundo. Assim, ao produzirem seus espaços e territórios e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços e territórios. Deste modo, pode-se afirmar que os processos geográficos são também processos sociais, e vice-versa (FERNANDES, 2005a).

É neste sentido que passaremos a abordar a atuação dos movimentos sociais no espaço e nos territórios por meio dos conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais.

Estes conceitos possuem sua origem na busca, por parte de teóricos da Geografia, em analisar os movimentos sociais através de uma abordagem geográfica (FERNANDES, 2005a; PEDON, 2009). De acordo com Fernandes, movimento social e movimento socioespacial/territorial:

[...] são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005a, p. 31).

Os conceitos de movimentos socioespaciais/territoriais se baseiam na ideia de que os movimentos sociais podem ser analisados a partir da sua atuação enquanto “[...] produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios” (FERNANDES, 2005a, p. 30).

Segundo Fernandes (2005a), o uso desses conceitos visa superar o conteúdo sociológico que o conceito de movimento social possui. Ao buscar a superação dessa perspectiva, a utilização de duas categorias geográficas se mostra fundamental: espaço e território.

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento. Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (FERNANDES, 2005a, p. 30).

Alguns dos pontos trazidos acima por Fernandes são de extrema importância para entendermos melhor como o uso dos conceitos de movimentos socioespaciais/territoriais podem ser úteis para a presente pesquisa.

Podemos dizer que é mais importante para a Geografia compreender como o espaço e o território são elementos fundamentais para a organização e reprodução dos movimentos sociais. Isso não quer dizer que devemos ignorar os elementos organizacionais dos movimentos, muito pelo contrário. A ideia é ir para além disso, trazendo os conceitos e as categorias de análise que são caras à Geografia para o centro das análises (MILLER, 2000). A respeito disso, Pedon nos diz que:

Os movimentos socioterritoriais são, portanto, mobilizações coletivas com considerável nível de organização e com uma agenda que sintetiza as propostas do movimento. É importante apontar o caráter condensador desses dois elementos constitutivos dos movimentos socioterritoriais porque eles compreendem, de forma relacional, os processos de conformação identitária e as espacialidades e territorialidades desse tipo especial de mobilização. O que significa dizer que, os movimentos socioterritoriais se estruturam a partir das agendas de luta por meio das quais são relacionados as ideologias, os propósitos, os interlocutores (as negociações com o Estado e com os agentes capitalistas) e as estratégias de ação (a exemplo das táticas de luta), e que, ao mesmo tempo, desempenham papel de

instrumentos de conformação identitária. No processo de constituição das mobilizações sociais, a conquista do território é um elemento definidor da identidade dos movimentos socioterritoriais. Diversamente dos movimentos socioespaciais, cuja constituição se encerra na sua estrutura organizativa, o espaço é concebido como base na qual se assentam seus elementos, não sendo, ele próprio, definidor de sua identidade (2009, p. 187-188).

Logo, compreende-se que os territórios por si só não são capazes de definir os sujeitos e/ou os movimentos sociais, do mesmo modo que não é possível se definir e compreender os sujeitos e/ou os movimentos sociais ao se desconsiderar os territórios onde vivem/atuam (FERNANDES, 2009). O mesmo é válido para pensarmos a atuação dos movimentos e a dimensão espacial como todo: através da espacialidade que estes materializam suas lutas e (re)produzem suas identidades.

O espaço é produzido e transformado a partir das relações sociais, ao mesmo tempo em que estas relações também são influenciadas e transformadas pelo processo de produção do espaço. Isso também fica claro quando Fernandes (2005a) nos aponta como, no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, os sujeitos e os movimentos também vão sendo construídos e modificados objetiva e subjetivamente.

Ao destacar que a produção ou construção do espaço/território acontece por meio da ação política, Fernandes (2005a) nos lega elementos para a compreensão de como a mudança na conjuntura política e econômica nacional e internacional impactou no programa político do MST, o que, por sua vez, se reflete na modificação dos processos de espacialidade e territorialização do movimento.

A partir do entendimento das novas dinâmicas da luta de classes no país (STEDILE, 2013), bem como do processo de financeirização da agricultura nacional (GOLDFARB, 2015) e seus impactos na QA, o movimento reformula suas diretrizes de atuação (MST, 2013), modificando diretamente as formas de uso de seus territórios (territorialidades) e as ações políticas adotadas no campo e nas cidades (a exemplo da distribuição de alimentos e marmitas durante a pandemia).

Ou seja, em seu programa agrário o MST aponta os impactos causados pela financeirização da agricultura – como *Land Grabbing*, a corrida mundial por terras e o regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016; PEREIRA; ORIGUÉLA, 2021; SAUER; BORRAS JR, 2016) – enquanto fatores importantes de determinação da QA brasileira e da dinâmica de luta pela/na terra.

Em consequência, passou a apontar mais enfaticamente para novas questões dentro do processo de construção da reforma agrária, como o feminismo, a soberania alimentar, a agroecologia, propondo o projeto de RAP (MST, 2013).

Esse processo de análise de conjuntura se materializa na forma como os

territórios de reforma agrária são organizados e (re)produzidos, bem como nas táticas necessárias para a efetivação de tais diretrizes. Portanto, as dimensões política e econômica são determinantes fundamentais no processo de produção de novas territorialidades nas áreas de RAP, do mesmo modo que estas territorialidades podem impactar diretamente no conjunto mais amplo da política e da economia nacional.

Em segundo lugar, ao tratar dos movimentos socioespaciais/territoriais, Fernandes (2005a) não considera o território enquanto uno. A perspectiva adotada por ele é de que existem diversos territórios e não somente um território, comumente entendido enquanto o espaço de um Estado-nação.

Por isso, é fundamental apontarmos o princípio da pluriescalaridade (ou multiescalaridade). Este princípio demonstra a necessidade de compreensão das diferentes escalas do território, ou seja, que os territórios são produzidos em diferentes escalas (Estado-nação, estados, municípios, propriedades) que se relacionam.

Essa ideia fica mais clara a partir da proposta de tipologia dos territórios formulada por Fernandes (2009, p. 10). Para ele, os três tipos são interdependentes, sendo esta tipologia uma forma de recorte analítico voltada para facilitar a compreensão de suas interrelações. O primeiro território é apontado enquanto os espaços de governança (federal, estadual, municipal, entre outros); o segundo território é o espaço das propriedades, sejam elas particulares ou comunitárias e, por fim, o terceiro território seria composto pelos espaços relacionais.

A pluriescalaridade também nos permite compreender o processo de conflitualidade existente entre as diferentes escalas e também entre os diferentes tipos de territórios:

E estes territórios estão em permanente conflitualidade por disputas territoriais. Territórios–propriedades estão disputando o território espaço de governança. Eles estão organizados principalmente em escalas municipais, mas pela pluriescalaridade, podem superar esses limites. Não estamos falando de uma propriedade jurídica, mas de um conjunto de propriedades que podem ser contínuas e descontínuas em vários espaços de governança, em escalas diversas, desde a municipal até a internacional (FERNANDES, 2009, p. 8).

Portanto, os territórios são organizados e produzidos em diversas escalas, as quais podem se relacionar de inúmeras formas. Neste sentido, o território do Estado-nação é disputado política e economicamente pelos territórios-propriedades, sejam estas propriedades privadas ou comunitárias, capitalistas ou não-capitalistas.

Este processo envolve a disputa pelo controle do próprio Estado (MOREIRA, 2018) e pela implementação de políticas públicas que favoreçam seus modelos de desenvolvimento territorial (FERNANDES, 2009).

Como já destacamos, o espaço e o território são totalidades. Da mesma forma como não podemos compreender o território somente enquanto espaço de governança, tradicionalmente ligado ao Estado-nação, a compreensão do Estado brasileiro não será completa se ignorarmos “[...] as diferencialidades das relações e territórios e mapear as conflitualidades para compreender melhor os sentidos das disputas territoriais” (FERNANDES, 2009, p. 8).

Por isso, compreender o projeto de RAP em profundidade requer uma análise que leve em consideração a pluriescalaridade. A conflitualidade entre latifúndio-agronegócio e campesinato em Campo do Meio não abarca somente os condicionantes locais. Esse processo está inserido em uma rede de relações sociais, políticas e econômicas que reproduzem, no contexto local, contradições mais amplas geradas pelas escalas nacional e internacional.

Daí a importância, para nós, do eixo terra-território-Estado (MOREIRA, 2018). Segundo Moreira, nossa formação social tem como base a reafirmação e a permanência desse eixo, que se reedita ao longo do tempo. Ele é responsável por recriar uma lógica onde "o monopólio fundiário que se faz monopólio do território, e que, por lógica, se faz monopólio do Estado: quem monopoliza a terra domina o território e quem domina o território controla e põe a seu serviço o Estado (MOREIRA, 2018, p. 49).

Esse processo é ainda permeado pelas determinações externas ao país, reproduzidas por setores da burguesia nacional, a partir da relação dialética entre imperialismo e dependência.

A respeito disso, destacamos que, no Brasil, desenvolvimento e modernização econômica se deram com base na hegemonia de relações capitalistas de produção somadas a aspectos conservadores (FERNANDES, 2005). Nosso “subdesenvolvimento” não se caracteriza pela falta de tecnologias e nem contrário às relações capitalistas de produção.

Assim, é necessário compreender o processo de subdesenvolvimento enquanto parte mesma do processo de desenvolvimento capitalista dos países centrais do sistema (FRANK, 1966). A dependência pode ser compreendida enquanto uma série de determinações políticas, culturais e econômicas que atuam em um movimento dialético entre a parte e o todo, entre o capitalismo brasileiro e sua burguesia, em conjunto com o imperialismo e as burguesias das nações ditas desenvolvidas (MARINI, 2017).

Essa formulação nos permite compreender as desigualdades e a dependência, bem como a QA, enquanto elementos do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil condicionados pela burguesia nacional e pelo imperialismo.

Portanto, as conflitualidades locais, como em Campo do Meio, também são reflexos diretos das disputas territoriais (materiais e imateriais) ocorridas em escala nacional e internacional. O próprio programa de RAP (MST, 2013) deixa claro a relação existente entre as suas proposições e os condicionantes nacionais e internacionais.

Campesinato e latifúndio-agronegócio disputam o primeiro território na medida em que as relações sociais e produtivas desenvolvidas em seus espaços, bem como suas territorialidades, são modelos de desenvolvimento territorial distintos.

Os espaços de governança são territórios fixos e fluxos como, por exemplo: o território da nação, os palácios dos presidentes e governadores, seus aviões, carros e navios. Da mesma forma podemos nos referir às propriedades fixas e móveis. O terceiro território é formado pelas multiterritorialidades do segundo no primeiro território ou pode ir além da escala nacional, como é o caso dos transterritórios. É importante destacar que não compreendemos o primeiro território como espaço absoluto, na acepção unidimensional. Reafirmo: compreendo o espaço de governança como o território da nação, gerador de multiterritorialidades por conter todos os outros tipos de territórios. O segundo território ou território–propriedade é compreendido pela diversidade e possibilidades dos tipos de propriedades. Ele é construído pelas diferentes relações sociais praticadas pelas classes sociais (FERNANDES, 2009, p. 10).

Neste sentido, outro fator fundamental é a perspectiva da multiterritorialidade. Compreendemos que a territorialidade abarca não somente o processo de construção dos territórios, como também as formas de uso, controle e manutenção dos mesmos (COCA *et al.*, 2019; ELDEN, 2019). Ademais, desde a perspectiva de Dematteis (*apud* SAQUET, 2015, p. 52) as territorialidades podem ser definidas enquanto um conjunto de relações sociais (econômicas, culturais e políticas) definidas historicamente. Envolvem também o aspecto da organização e da mobilização política com a finalidade da conquista de “autonomia-ativa”, o que ficará mais claro em relação à RAP ao longo dos capítulos posteriores.

Cada território possui diversos usos de acordo com os sujeitos e as classes sociais que o constroem:

Considerando que cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos nos mostram as múltiplas territorialidades. É por essa razão que as políticas executadas no território como propriedade atingem o território como espaço de governança e vice-versa. A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representados como camadas sobrepostas (*layers*), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional (FERNANDES, 2008, p. 280).

Portanto, entendemos que a multiterritorialidade (ou pluriterritorialidade) se refere à existência de uma ampla gama de territorialidades geradas a partir dos diferentes usos e das diferentes relações sociais que compõe, criam e são criadas por determinado território.

Dematteis (1964 *apud* SAQUET, 2015, p. 50-51) caminha em um sentido similar ao propor o conceito de territorialidades cotidianas:

Giuseppe Dematteis destaca as interações territoriais (transescalares) entre diferentes lugares e pessoas. No mundo rural, efetivam-se as relações com a terra, a família, com os vizinhos, com a comunidade e com os sujeitos da cidade. Esses indivíduos interagem, em particular, culturalmente (psicologicamente) e economicamente: essas relações são territorialidades cotidianas. A família organiza a casa de acordo com as características e regras de seu grupo social: as relações de vizinhança influenciam a organização da casa; A comunidade exerce influência com vista a uma coesão (unidade) do grupo, perpetuando o seu patrimônio cultural. A territorialização transcende e supera certas características do ambiente natural, compreendidas em uma concepção relacional de geografia e território, ratificada em seu trabalho posterior, no qual Dematteis (1969) também reconhece o processo histórico das relações entre cidade e campo. O território é fundado em comportamentos humanos que envolvem comunicação, cooperação e intercâmbio, todas as formas de socialização em cada formação territorial.

No caso da RAP, tais territorialidades cotidianas são influenciadas e influenciam o processo de produção do território camponês. Como ficará mais claro nos capítulos posteriores, as relações familiares são condicionadas pelas relações desenvolvidas pelo conjunto da militância, a exemplo da reconfiguração do papel feminino nas unidades familiares a partir do ingresso das mulheres na militância e no coletivo de mulheres. A perpetuação do patrimônio cultural (sua coesão) é diretamente influenciada pela organização política do campesinato, a exemplo da dimensão educacional e de seu papel para a reprodução política e econômica do campesinato. Por outro lado, a organização política somente é possível pelas territorialidades desenvolvidas nesses territórios, que se dão a partir da mobilização e da organização do campesinato em busca de sua autonomia.

Portanto, o conceito de territorialidades cotidianas presente em Dematteis se mostra importante para nossa análise da RAP na medida em que destaca que, ao interagirem entre si e com o espaço, os indivíduos constroem territorialidades de formas diversas. Ao mesmo tempo, é a diversidade de territorialidades desenvolvidas que permitirá ao campesinato sua organização política. Caberá a nós no decorrer das discussões demonstrarmos como as territorialidades desenvolvidas nas áreas de RAP, em especial no conjunto de acampamentos Quilombo Campo Grande, são ao mesmo

tempo tributárias das relações sociais e das características do próprio programa de RAP e condicionantes de tais aspectos.

Assim, considerando a sociedade enquanto uma sociedade de classes (MARX; ENGELS, 2015), a perspectiva teórica que utilizamos neste trabalho entende que o espaço e os territórios são produzidos e transformados de acordo com as intencionalidades dos sujeitos e/ou coletivos. Por esses motivos, os diferentes espaços e territórios construídos com racionalidades e intencionalidades diferenciadas são atravessados pela conflitualidade. Portanto, a disputa por direitos, pelos espaços e pelos territórios é uma das formas que os movimentos socioterritoriais camponeses encontram para se organizar e se reproduzir.

Elencamos neste capítulo uma série de fatores que entendemos serem fundamentais para a compreensão da RAP a partir de uma lente de análise geográfica.

Consideramos o espaço enquanto um produto das relações sociais e não somente um palco onde as ações humanas se desenrolam. Ao mesmo tempo em que as relações sociais produzem o espaço, este (re)produz objetiva e subjetivamente essas mesmas relações.

O espaço, assim como o território, é uma totalidade com característica multidimensional, neste sentido, diversas dimensões o compõe. Da mesma forma, a realidade pode ser tomada enquanto uma totalidade da qual o espaço faz parte. Por isso, compreender as formas de organização e uso dos espaços e territórios se faz fundamental para uma análise aprofundada da realidade. A partir daí é possível compreender algumas das determinações que produzem e reproduzem o movimento da realidade.

O território, espaço apropriado por uma determinada relação social, envolvendo relações de poder e soberania, pode ser organizado em diferentes escalas. A multiescalaridade nos permite compreender que existem diversos tipos de territórios em permanente conflito, e não somente um território, entendido enquanto o espaço de governança de um Estado-nação.

A multiescalaridade é uma ferramenta analítica que nos possibilita analisar as múltiplas relações e dimensões que influenciam no processo de produção dos territórios. Se configura, portanto, enquanto uma separação mecânica entre os diferentes tipos de escalas nas quais os territórios se realizam.

Esta separação somente pode ser efetiva para uma leitura aprofundada dos territórios na medida em que, após a delimitação, sejamos capazes de compreender que os territórios existem em escalas diferentes na medida em que se interrelacionam. Ou seja, a partir da delimitação de sua escala podemos analisar de forma mais

aprofundada quais são as relações e as determinações entre o todo e a parte que levam à produção e reprodução de um dado território tal qual o observamos.

Deste modo, o território não é somente um espaço apropriado pelas relações sociais que o produzem. Ele é a síntese das determinações locais, regionais, nacionais e globais. É no território que as intencionalidades se materializam e é a partir das determinações políticas, do modo de produção e históricas que se apresentam os limites e as possibilidades para a materialização destas intencionalidades.

Assim, tanto as determinações políticas, econômicas, culturais e históricas configuram as possibilidades de formas e usos dos territórios, como estas formas e usos podem se configurar enquanto ferramentas políticas para a contestação e para a luta contra essas determinações.

Daí a importância para nossa pesquisa do conceito de movimento socioterritorial. É a partir da conquista e produção de seus territórios que o campesinato apresenta suas armas para a luta contra o modo de produção capitalista. Apresentam outras formas de uso dos territórios, relações sociais não baseadas somente na relação capital-trabalho, modos de se relacionar com a natureza que não apenas enxergando-a como recurso produtivo.

Toda essa racionalidade (ou intencionalidade) contesta, na prática, o modelo de desenvolvimento territorial imposto pelo capital: o latifúndio-agronegócio. Porém, esse processo não é homogêneo, haja vista que limites e contradições permeiam a RAP, bem como toda a luta de classes. Neste sentido, buscaremos no próximo capítulo discorrer sobre a relação entre as determinações (em suas diversas escalas) que configuram o conjunto de acampamentos e os limites e possibilidades que a RAP apresenta para a superação dessas questões.

4 O CONJUNTO DE DETERMINAÇÕES QUE IMPACTAM A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Para que seja possível analisarmos de forma mais aprofundada os dados levantados em nosso estudo de caso entendemos ser fundamental a compreensão de alguns elementos do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, das classes sociais, em particular a burguesia e o campesinato, da QA nacional e seus condicionantes internos e externos.

Sendo assim, abordaremos de forma integrada três eixos de análise neste capítulo. Buscaremos discorrer sobre a formação social brasileira, com ênfase no campesinato e na burguesia, a partir das características do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Com isso, pretendemos ressaltar a impossibilidade de realização de uma reforma agrária ampla/massiva no país sem o enfrentamento direto das classes trabalhadoras contra as burguesias nacionais e, atualmente, internacionais.

Discutiremos a QA nacional à luz dos processos acima citados. Nosso objetivo é destacar como a formação espacial brasileira é profundamente determinada pela QA e como a conflitualidade entre modelos de desenvolvimento territorial é causa e consequência do processo de “subdesenvolvimento”.

Por fim, buscaremos desenvolver a tese de que o assim chamado “subdesenvolvimento” não é uma etapa anterior ao desenvolvimento econômico, mas sim sua antítese. É a partir da dependência econômica, processo formado por elementos internos e externos ao Brasil e suas burguesias, que os países ditos “desenvolvidos”, por meio de fatores como o imperialismo, reproduzem nossa condição de país “em desenvolvimento”, “subdesenvolvido” ou qualquer outra denominação que se queira dar.

Nessa relação dialética entre dependência-imperialismo, ao nosso ver, a QA desempenha um papel central, qual seja, de manutenção do poder político e econômico das burguesias nacionais, por um lado, e de outro o “[...] controle do capital internacional sobre os ativos e recursos naturais, com destaque para as fontes hídricas, e sobre as dinâmicas territoriais, as cadeias produtivas e os sistemas de produção na agricultura” (WEISHEIMER; ARAÚJO; LEHER, 2022, p. 260).

Neste sentido, é necessário que iniciemos este debate a partir de uma breve exposição dos conceitos de formação social e formação espacial (ou socioespacial) como forma de explicitarmos nosso entendimento acerca da relação destes conceitos com a QA brasileira e com nosso estudo de caso.

Compreendemos a formação social enquanto uma categoria central do método materialista-histórico-dialético voltada para a compreensão, explicação e transformação da sociedade (IASI, 2019). Se configura enquanto uma totalidade contraditória (tensa e desigual-combinada), que tende a se tornar conflituosa e permeada por antagonismos. Nela se desenrola a combinação de modos de produção, modos estes que se entrecruzam de forma que um deles se torna o integrador (hegemonizador) dos demais, transformando a diversidade em uma só totalidade, um todo orgânico: a formação social (MOREIRA, 2018).

Se pensarmos que uma formação social implica na coexistência de diferentes modos de produção, isso significa que coexistirão diferentes formas de propriedade, de propriedade dos meios de produção e de tudo que daí deriva. Temos, portanto, uma totalidade contraditória a partir do momento em que há a união de modos distintos de produção. Para que esta totalidade seja posta em movimento há que encontrar-se formas de integração desses modos de produção diversos para que eles componham um todo unitário, uma unidade de totalidade, que seria então a formação social (IASI, 2019).

Quem opera essa unidade é um dos modos de produção (em nosso caso, o capitalista), que se torna o integrador dos demais (processo este permeado por conflitualidades) como uma forma hegemônica de produção frente às demais formas (a contradição se transforma em tensão e a tensão se transforma em conflito, que, caso evolua, chega ao estágio do antagonismo ou aos confrontos; a contradição não implica em tensão, mas na sua possibilidade de existir) (MOREIRA, 2018).

Quando pensamos que o espaço é produzido (e também produtor), pensamos na produção de uma estrutura. Se a produção do espaço é a produção de uma estrutura, há que existir uma categoria de totalidade que dê conta da análise desta estrutura e do processo de sua construção, no caso, a formação social ou formação espacial/socioespacial.

Em nossa perspectiva, a formação espacial tem valor metodológico, sendo um recurso para a leitura da totalidade (MACHADO, 2017; SANTOS, 2017). Pode ser entendida, portanto, enquanto a dimensão espacial/territorial da totalidade “formação social”, herdando as características da formação social e se configurando enquanto dimensão de arrumação territorial (MOREIRA, 2018).

Dialeticamente, a formação social determina a arrumação espacial e territorial do país, enquanto que esta mesma arrumação influencia diretamente nas características de nossa formação social. Por isso temos um espaço desigual e combinado, característica que implica em tensão na arrumação da totalidade nacional, ou seja, na conflitualidade discutida por nós anteriormente. Assim, a formação espacial

pode ser entendida enquanto a formação social vista pelas formas visíveis dos objetos espaciais na paisagem; formas a partir das quais as relações dessa formação social existem, ou melhor, se materializam.

Portanto, a formação social é uma categoria da teoria, enquanto a formação espacial é um recurso metodológico para a leitura da formação social (SANTOS, 2017). A formação espacial é uma categoria da imediatez, do empírico. Não é possível apreender a formação social senão através dos objetos espaciais pelos quais ela se materializa. Dos objetos se chega à relação, pois os objetos espaciais somente existem na medida em que estabelecem relações com outros objetos. Há uma combinação do mediato com o imediato, a aparência se transforma em essência.

Mas, de que maneira estes conceitos são importantes para nosso trabalho? Eles nos permitem caminhar no sentido de compreensão da totalidade da sociedade brasileira, ou seja, nos ajudam a entender algumas aparentes contradições como a coexistência de modos de produção (muitas vezes antagônicos) e o peso da QA para as questões econômicas, políticas e territoriais. Demonstraremos essas discussões de forma mais aprofundada ao longo do presente capítulo, mas iniciaremos aqui algumas breves discussões.

Em primeiro lugar, a análise de nossa formação social nos lega elementos para compreendermos a reprodução do campesinato dentro do modo de produção capitalista brasileiro. Diversos autores clássicos, como destacaremos posteriormente, apontavam para o desaparecimento do campesinato a partir do desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo. Diferentemente disso, o campesinato segue resistindo aos processos de violência contra sua classe, tornando-se, no Brasil, uma das classes mais combativas e organizadas politicamente. Isso é possível graças às contradições do modo de produção capitalista, que não necessita da total eliminação do campesinato enquanto modo de produção e classe, mas de sua subsunção (através de elementos como a apropriação da renda da terra camponesa, por exemplo). A reprodução do campesinato também deriva diretamente de sua ação política, como a organização de movimentos socioterritoriais, as ocupações de terra e a construção de seus territórios.

Em segundo lugar, é a partir da compreensão das características da formação social e de sua materialização (os arranjos espaciais e territoriais) que podemos buscar compreender a conflitualidade entre modelos de desenvolvimento territorial e, também, a hegemonia política e econômica do latifúndio-agronegócio. Essa hegemonia, determinada *por* e determinante *de* nossa formação social, pode ser percebida pelo controle territorial do latifúndio-agronegócio, ao mesmo tempo em que é este controle territorial que permite sua dominação política e econômica (MOREIRA, 2018).

É justamente pelo fato de o poder das burguesias nacionais se assentar em grande parte no domínio fundiário (que se faz também domínio político e econômico) que a realização de uma reforma agrária capaz de alterar as estruturas dessa dominação foi e segue sendo atravancada por frações dessa classe.

Passaremos então a discutir de forma mais aprofundada sobre a QA e seus vínculos com nossa formação social/espacial. Com isso, buscaremos analisar algumas das determinações que incidem sobre a luta pela/na terra em nosso país, bem como os limites e possibilidades que a QA nacional impõe ao projeto de RAP do MST.

4.1 A QUESTÃO AGRÁRIA E O CASO BRASILEIRO

Muitos autores já se debruçaram direta ou indiretamente sobre a QA (FERNANDES, 2005a; KAUTSKY, 1986; LÊNIN, 1985; MARTINS, 1981). O início das discussões sobre o tema remonta ao final do século XIX e início do século XX, onde autores como Kautsky (1986) e Lênin (1985) buscavam compreender o processo de desenvolvimento das relações capitalistas no campo e seus possíveis impactos socioeconômicos para as classes trabalhadora e camponesa.

Alguns dos debates clássicos sobre a QA apontavam para o desaparecimento do campesinato por meio de sua proletarização (KAUTSKY, 1986) ou através de sua diferenciação em camponeses ricos e pobres (LÊNIN, 1985). Apesar das limitações que ambos os autores apresentam em suas análises, em parte devido à sua proximidade com os eventos históricos em questão, suas obras trouxeram grandes contribuições para os debates atuais sobre a QA, a agricultura, o capitalismo e o campesinato.

Um dos pontos centrais que gostaríamos de destacar nas obras clássicas citadas acima é a tendência dos autores em compreender o processo de desenvolvimento a partir de uma visão etapista ou linear (SHANIN, 1991).

Muitas vezes suas formas de análise apontavam para o desenvolvimento das relações capitalistas no campo enquanto condição necessária para o desenvolvimento econômico e do proletariado, com fins de se alcançar o socialismo. É como se o processo de desenvolvimento fosse sempre ocorrer da mesma forma – nos moldes europeus – em todos os países.

Diferentemente de previsões presentes no próprio campo marxista, a exemplo dos estudos de Kautsky, discutidos a seguir, a plena incorporação da agricultura no modo de produção capitalista não obedeceu a um vetor industrializante “clássico”, em que a concorrência de grandes capitalistas e a integração ao mercado mundial de *commodities* engendraria, ao mesmo tempo, um proletariado agrícola e a transformação dos maiores camponeses em integrantes de segmentos subsidiários às corporações (tornando-os membros de empreendimentos ou cooperativas capitalistas).

Na perspectiva do marxismo dogmático, transposto para realidades distintas dos casos europeus estudados, sem recontextualizações, o processo do capital paulatinamente destruiria a existência do chamado campesinato, com seus modos familiares de produzir e consumir, seus valores etc. De fato, o processo de concentração e monopolização da agricultura encolheu o território da agricultura camponesa, atualmente reduzido a 2,3% da terra agricultável do país (CANAN *et al.*, 2021). Entretanto, as lutas camponesas, entendidas aqui em sentido amplo, envolvendo ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e trabalhadores rurais sem-terra, são sumamente relevantes nas lutas sociais no Brasil e na América Latina (WEISHEIMER; ARAÚJO; LEHER, 2022, p. 244).

Apesar de algumas tendências identificadas por Lênin e Kaustky acerca do desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo terem ocorrido no campo brasileiro (a exemplo da monopolização da terra pelo capital e a transformação de grandes parcelas do campesinato em trabalhadores assalariados), a dinâmica da luta de classes em nosso país recondicionou tal processo. A luta política do campesinato, em toda sua diversidade de formas e organizações, se tornou um dos principais elementos da reprodução desta classe social e de seu modo de produção.

Sobre a questão da conceitualização de camponês, concordamos com Vergés (2011, p. 74) acerca da dificuldade de se realizar uma definição “precisa” do que vem a ser o campesinato: “Nunca é demais lembrar que camponeses são todos, mas nenhum é ‘o camponês’. E uma classe sem uniforme torna-se difícil de definir”. De forma geral, compreendemos o campesinato, em toda a sua diversidade, enquanto classe social (VERGÉS, 2011). Para nós, a reprodução do campesinato ocorre a partir de sua luta política – por meio de sua territorialização, de suas territorialidades e espacialidades – e das contradições geradas pelo modo de produção capitalista, tal qual a apropriação da renda da terra camponesa pelo capital (OLIVEIRA, 2007). Embora a unidade de produção camponesa seja condicionada e afetada pelo modo de produção capitalista, ela não é diretamente controlada por ele (Van der PLOEG, 2016).

Neste sentido, o campesinato também pode ser compreendido enquanto um modo de produção (Van der PLOEG, 2016) que se reproduz dentro do modo de produção capitalista, na maioria das vezes de forma subalternizada. Este é responsável por hegemonizar (subordinar) o modo de produção camponês, sem que haja a total destruição do último (MOREIRA, 2018).

Acreditamos que a capacidade de reprodução da unidade de produção camponesa está ligada, entre outros fatores, à possibilidade de esta ser gerida a partir de um conjunto de equilíbrios (Van der PLOEG, 2016); estes equilíbrios – ou formas de adaptação às diversidades – via de regra, permitem com que a unidade camponesa se associe ao contexto capitalista mais amplo, de formas complexas e distintas, sem que

haja sua total destruição (inviabilização). Daí a importância de se compreender os territórios e as territorialidades camponesas, é a partir da organização de seus espaços e territórios e de sua luta política (favorecida pelo controle da terra) que o campesinato consegue se reproduzir enquanto classe e modo de produção.

Se de um lado o camponês é visto como atrasado, sendo oprimido e incompreendido, de outro é tido como indispensável e ativo para a superação de uma série de problemas atuais, como aqueles que tangem a questão ambiental (Van der PLOEG, 2016). A respeito das respostas que o campesinato pode dar à questão ambiental, podemos destacar a associação entre soberania alimentar e a agroecologia.

A soberania alimentar é uma das bandeiras de luta da coalizão global de movimentos camponeses denominada Via Campesina, da qual o MST faz parte. Esse “movimento de movimentos” (COCA, 2016) defende um projeto de soberania alimentar a partir de princípios questionadores da concentração de poder do sistema agroalimentar corporativo (LA VIA CAMPESINA, 1996).

Entre os princípios da soberania alimentar estão: i) foco na produção de alimentos para atender as necessidades humanas; ii) valorização dos produtores e produtoras de alimentos; iii) criação de sistemas alimentares de base local; iv) construção de conhecimentos e habilidades; v) trabalhar em harmonia com a natureza (SCHIAVONI *et al*, 2009, p. 685, tradução nossa).

A luta por soberania alimentar foi formada, entre outros fatores, a partir das contradições do regime alimentar corporativo e da reação do campesinato a esse quadro (EDELMAN, 2014; McMICHAEL, 2016). A partir da desigualdade fundiária, de renda, de gênero, de raça, surgem formas de insurreição (Van der PLOEG, 2016). Neste sentido, pensar em soberania alimentar enquanto uma alternativa ao regime alimentar corporativo é, também, pensar em formas de mitigar a concentração de terras, renda e tecnologia. É, portanto, pensar em reforma agrária.

No Brasil, a soberania alimentar está diretamente relacionada com movimentos socioterritoriais organizados em torno da luta por reforma agrária (FABRINI, 2017). Desde os anos 2000, os movimentos socioterritoriais camponeses vêm ampliando suas lutas e formas de produção através da inclusão de pautas ambientais em seu repertório (PICCOLOTTO; PICCIN, 2008).

Assim, a agroecologia pode ser entendida “como um elemento estratégico comum, tanto para fortalecer a resistência nos territórios, como para construir um mundo melhor para toda a humanidade e para a Mãe Natureza” (ROSSET; BARBOSA, 2019, p. 46).

Esta forma de produção tem ganhado amplitude no Brasil desde a década de 2000, sendo utilizada pelos movimentos camponeses em diversas perspectivas, enquanto teoria, prática e movimento político (WEZEL *et al.*, 2009).

Portanto, desponta enquanto um novo paradigma de desenvolvimento territorial rural, não se limitando à dimensão produtiva, uma vez que abarca a relação homem-meio em sua totalidade (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006). A dimensão teórica e prática da agroecologia envolve, portanto, uma outra visão de mundo e da natureza, esta tida não só enquanto fonte de recursos, mas enquanto parte necessária para a existência da humanidade de forma equilibrada. Ou seja, não envolve “apenas” produzir alimentos sem o uso de agrotóxicos ou fertilizantes químicos, mas também uma relação de harmonia das pessoas entre si, com a natureza e com seus territórios.

Assim, a natureza não é vista enquanto uma mercadoria ou enquanto fornecedora de mercadorias, mas como parte mesma da existência cotidiana das pessoas e como possibilidade de viverem com qualidade. Essa forma de relação entre humanidade e natureza possui em si uma dimensão revolucionária ao buscar a superação da relação mercadológica com a natureza, indo no sentido dos aspectos ontológicos do trabalho, como destacamos anteriormente.

Acreditamos que este é um dos pontos fundamentais de contestação e de proposição que a RAP apresenta: as formas de organização dos territórios, as territorialidades e as relações homem-natureza buscam superar as intencionalidades das relações capitalistas de produção ao dar centralidade à natureza por meio de uma visão holística e não somente enquanto fonte de mercadorias.

O território e a natureza, no caso da RAP, tornam-se elementos da própria existência dos camponeses, são parte da experiência de viver e existir para fins de satisfação das suas necessidades objetivas e subjetivas.

Podemos dizer, portanto, que o modo de produção camponês apresenta espacialidades e territorialidades diferentes daquelas desenvolvidas pelo latifúndio-agronegócio. Os aspectos espaciais e territoriais (nossa formação espacial) apontam para o fato de que estes dois modos de produção compõem a formação social brasileira de forma contraditória, conflitiva e, também, subalternizada. A subalternização do modo de produção camponês ao modo de produção capitalista ocorre por meio da apropriação da renda da terra pelo capital (OLIVEIRA, 2007), bem como nos momentos de circulação e venda das mercadorias produzidas pelo campesinato.

A contradição envolve a reprodução de relações sociais e relações de produção muitas vezes antagônicas (a exemplo da monocultura *versus* agroecologia e da relação capital-trabalho), reprodução esta possibilitada por mecanismos citados por

nós anteriormente. Porém, é o aspecto conflitivo que mais salta aos olhos quando analisamos a formação espacial brasileira: para que o latifúndio-agronegócio se expanda territorialmente é necessário que este desterritorialize os outros modos de produção, tal qual o camponês. Dialeticamente, a territorialização do campesinato (e dos outros modos de produção não-capitalistas) também implica na desterritorialização do latifúndio-agronegócio. Esse ciclo deve ser entendido enquanto um processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização.

Se assumirmos a tese de que nossa formação social, materializada na formação espacial, se baseia na reprodução do eixo terra-território-Estado (MOREIRA, 2018) e no conseqüente controle político-econômico pelo latifúndio-agronegócio, a territorialização dos modos de produção não-capitalistas implica em conflitualidade. Conflitualidade esta que é estrutural, haja vista que a manutenção do poder político-econômico do latifúndio-agronegócio e das frações burguesas financeirizadas envolve diretamente o controle de grandes extensões de terra e a subalternização dos outros modos de produção.

Portanto, a urgência de uma reforma agrária no Brasil envolve a necessidade de se superar ou ao menos mitigar o poder político e econômico fomentado pelo controle fundiário das frações da burguesia nacional e internacional. Como discutiremos posteriormente, o tema da reforma agrária não envolve mais o avanço das forças produtivas no campo brasileiro, mas sim a superação das desigualdades sociais, políticas e econômicas e, também, para a geração de um processo de desenvolvimento soberano e autônomo. Porém, para que esse processo reformista possa ser implementado é necessário que haja uma ruptura clara com o latifúndio-agronegócio e as frações da burguesia internacional que se beneficiam diretamente do assim chamado subdesenvolvimento de nosso país, algo que governos de coalizão se mostraram historicamente incapazes de realizar (LINHARES; SILVA, 2021).

Voltando ao tema da QA clássica, outro ponto que merece destaque é que na base das primeiras gerações de pensadores, o discurso marxista sobre esta questão envolveu profundamente o tema do atraso. O atraso era visto como o principal problema a ser resolvido e a industrialização era tida enquanto o remédio necessário para essa superação (MOYO; YEROS; JHA, 2013). Como discutiremos mais a frente, a leitura binária atraso-industrialização se tornou a base do pensamento de muitos autores nos tempos subsequentes sobre a QA brasileira.

Essa leitura binária é um exemplo de visão etapista do desenvolvimento histórico. Pauta-se que algumas relações capitalistas deveriam ser adotadas a fim de se superar as relações sociais e de produção caracterizadas enquanto feudais

(ou atrasadas/arcaicas), o que abriria caminho para uma revolução proletária (MOREIRA, 2018; MOYO; YEROS; JHA, 2013; SHANIN, 1991).

A partir da adoção de uma perspectiva etapista acaba-se negligenciando dois princípios fundamentais para o entendimento da formação espacial brasileira: o desenvolvimento desigual e a relação dependência-imperialismo.

A situação de pauperização desse imenso contingente populacional é uma das faces mais visíveis do desenvolvimento desigual do capitalismo. No meio rural brasileiro, as expressões mais pujantes estão na concentração fundiária; nos poderosos entraves que obstam a reforma agrária; nos assassinatos de lideranças camponesas; na desigualdade educacional das crianças e juventude do campo em relação às chamadas áreas urbanas, e na persistência de fluxos migratórios de jovens para os centros urbanos, acentuando a queda demográfica relativa. Diferentemente do que é apregoado pela publicidade e pelas ações educativas de determinadas frações burguesas, o multifatorial segmento do agronegócio não é cindido entre um setor moderno e um vasto segmento arcaico, pois existe uma imbricação complexa entre arcaico e moderno, entre defensores de uma economia de baixo carbono e negacionistas climáticos, e assim por diante, na manutenção da estrutura fundiária concentrada em poucas mãos e ancorada em circuitos mundiais da economia que acentuam a crise da soberania e da segurança alimentar (WEISHEIMER; ARAÚJO; LEHER, 2022, p. 244-245).

Ou seja, não é possível analisar profundamente os processos históricos e espaciais a partir de uma perspectiva de desenvolvimento que seja linear, em etapas, quase que evolucionista. Torna-se necessário avaliar o desenvolvimento histórico brasileiro por meio das contradições e combinações de modos de produção diferentes, entendendo o modo de produção capitalista como hegemônico (MOREIRA, 2018; MOYO; YEROS; JHA, 2013; SHANIN, 1991) e a dependência enquanto uma série de determinações – principalmente políticas e econômicas – externas e internas à sociedade brasileira (MARINI, 2017; SANTOS, 2021).

São essas características – a coexistência de modos de produção diferentes e as determinações internas (superexploração do trabalho e transferência de valor) e externas (imperialismo e, nos dias de hoje, também a financeirização da economia e da agricultura) – que guiam nosso processo histórico e formam as bases espaciais das estruturas que condicionam a fome e a dependência enquanto fatos politicamente e territorialmente produzidos.

Moreira (2018) caminha neste sentido ao buscar compreender como a formação social brasileira nos permite analisar as raízes e fontes do poder agrário no Brasil. Assim, indaga o significado da enorme presença do campo na vida social

de um país que é preponderantemente urbano-industrial. Essa presença verifica-se tanto no plano econômico, sendo o agronegócio um dos setores mais representativos da economia nacional, quanto no plano político, onde a bancada ruralista representa 45% da Câmara Federal e 33% do Senado (MOREIRA, 2018).

Para compreender a formação social brasileira, Moreira (2018) divide sua estrutura a partir da combinação de três modos de produção: capitalista avançado (hegemônico), o pequeno modo de produção e o modo de produção comunitário.

O capitalista avançado é entendido por ele como o modo de produção capitalista estruturado com base na interação entre produtores de meios de produção e produtores de bens e meios de consumo. É a partir dessa interação que se arruma a totalidade das forças e relações de produção da formação brasileira enquanto uma totalidade.

O pequeno modo de produção e o modo de produção comunitário estão inseridos na trama do modo de produção capitalista avançado, sendo orientados/direcionados a partir do movimento reprodutivo (local, nacional e internacional) do primeiro.

O pequeno modo de produção é caracterizado enquanto as estruturas sociais e produtivas que garantem a subsistência/resistência dos indivíduos frente às relações sociais e de sociabilidade do modo capitalista de produção. Assim, o pequeno modo de produção organiza sua existência a partir de uma modalidade reprodutiva própria, mas que também o insere e o leva a fazer parte da dinâmica global da reprodução capitalista. Ou seja, "É o modo produtor do modo de vida não- capitalista" (MOREIRA, 2018, p. 14).

Aqui se insere o caso do campesinato, uma vez que sua forma de produção, sua relação com a natureza para além da esfera econômica/produtiva, suas intencionalidades e suas lutas, são organizadas em prol da reprodução de seu modo de vida e sua cultura (Van der PLOEG, 2008). Dialeticamente esse processo de reprodução insere o campesinato no mercado capitalista e o leva a fazer parte da dinâmica global desse sistema.

Ploeg apresenta muito bem as contradições que permeiam a reprodução do campesinato no modo de produção capitalista a partir de 3 pontos: i) a unidade camponesa é uma parte subordinada ao sistema capitalista; ii) ela não é uma unidade de produção capitalista em si mesma; iii) funciona de uma forma que muitas vezes é antagonicamente diferente da forma em que os empreendimentos agrícolas capitalistas são administrados (2008, p. 21).

Portanto, a partir da perspectiva de Ploeg, a unidade camponesa pode ser compreendida enquanto um modo de produção não-capitalista. Apesar de estar inserida no capitalismo, de comprar e vender produtos nos mercados e de depender de sua dinâmica, a unidade de produção camponesa não possui uma relação capital-trabalho que a caracterize enquanto um empreendimento capitalista.

Já o modo de produção comunitário é entendido enquanto as múltiplas sociedades formadas a partir das transformações geradas pelo fim do período colonial-escravista ou do conseguinte desenvolvimento do capitalismo no campo. São, portanto, as comunidades indígenas preexistentes ou sobreviventes ao extermínio colonial-escravista, bem como as comunidades surgidas em terras não exploradas ou periféricas pelo avanço intermitente das culturas de exportação.

São as comunidades ribeirinhas, gerazeiras, pequizeiras, quilombolas, entre tantas outras. Estas comunidades são organizadas em torno de uma economia natural mercantil simples, muitas vezes resistindo ao avanço do capitalismo no campo (MOREIRA, 2018).

Assim, o quadro da formação social brasileira se tornou marcado por um aparente paradoxo, qual seja, a coexistência de modos de produção distintos. O modo de produção capitalista se torna hegemônico, mas isso não resulta no total desaparecimento ou desintegração das outras relações sociais e modos de produção.

Estas relações e seus territórios se tornam subalternizados, tendo de se reproduzir através de novas estratégias, como a ocupação de terras por parte do campesinato. Sem compreender profundamente essas contradições, diversos teóricos buscaram analisar e dar significado para esse quadro por meio do entendimento entre o "atraso" e a "modernidade". Ou seja, que para superar nossa condição de país dito subdesenvolvido era necessário superar essas relações sociais e de produção ditas "arcaicas" ou "feudais".

A tendência das análises acadêmicas em voga no Brasil entre os anos 1950 e 1960 tinha como centralidade o "atraso", enquanto que nos anos 1970 e 1980 a perspectiva central era a "modernização". O que essas análises apresentavam em comum, tanto no campo da esquerda (marxista) quanto da direita (liberal-conservadora), era a centralização de seus eixos de análise sobre a formação social a partir da relação indústria-agricultura (MOREIRA, 2018). Essas formas de análise, como dissemos anteriormente, não foram uma exclusividade do Brasil, sendo reflexo de discussões já consagradas em outros países (MOYO; YEROS; JHA, 2013).

Uma das principais discussões sobre esse tema na Europa tratava da necessidade de obtenção, fosse por meios capitalistas ou socialistas, dos resultados

da modernização industrial tal qual nos moldes ingleses. Ou seja, entre a primeira geração de teóricos europeus a tratar do tema (posteriormente considerados os clássicos da QA), a QA era essencialmente a “QA da industrialização” (MOYO; YEROS; JHA, 2013).

Grosso modo, a função da agricultura seria a de possibilitar a acumulação de capital necessária para a realização do processo de industrialização dos países “atrasados”, processo no qual a reforma agrária apresentaria um papel importante dada a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas. Para os teóricos clássicos, a resolução da QA seria a base para o desenvolvimento da industrialização e para a superação do atraso econômico. Nesse contexto histórico começam a se desenvolver os processos clássicos de reforma agrária e, posteriormente, os processos populares e radicais (STEDILE, 2020).

No Brasil ocorreram diversos reflexos dessas formas de análise etapistas, exemplo disso é que uma tendência entre setores da esquerda dos anos 1950-60 via o campo enquanto atrasado ou feudal (WEISHEIMER; ARAÚJO; LEHER, 2022). Esse quadro seria gerado pela existência de relações feudais no meio rural, tendo como exemplo dessas relações o latifúndio improdutivo.

Já o foco liberal-conservador pautava o campesinato enquanto protótipo da agricultura tradicional, ou seja, enquanto classe social e modo de produção destinados ao desaparecimento (MOREIRA, 2018).

Esses discursos se apoiavam no entendimento da necessidade de uma transição ao capitalismo e da revolução burguesa tardia. De ambos os lados, o campesinato não era visto ou pensado enquanto potência transformadora, revolucionária ou capaz de proporcionar um modelo de desenvolvimento territorial alternativo.

Nos anos 1970 e 1980 as teorizações inserem o tema da modernização no centro dos debates brasileiros. Assim, passa-se a analisar a funcionalidade da relação indústria-agricultura, superando o debate anterior sobre feudalismo *versus* capitalismo. A modernização ganha centralidade pois, dentre outros motivos, aquele era um período de transformações nas forças e relações de produção da economia nacional (SANTOS, 2021).

A relação indústria-agricultura era vista enquanto possibilidade para o país alcançar o estágio urbano-industrial do capitalismo. A partir desse momento alarga-se o processo de capitalização do campo e “[...] mais que isso, avança a relação latifúndio-imperialismo, tomada pelos teóricos da feudalidade como a fonte aliada do bloqueio à toda marcha possível do capitalismo para frente, justamente a base de

alavancagem" (MOREIRA, 2018, p. 15).

O processo de modernização da agricultura adotado pela ditadura empresarial-militar, baseado nos ideais da revolução verde, buscava ampliar as forças produtivas através da implantação de novas tecnologias e do acesso ao crédito internacional (LINHARES; SILVA, 2021). Moreira (2018) busca destacar que esse processo não ocorreu apesar das relações entendidas enquanto feudais e arcaicas, mas sim em conjunto com o latifúndio e as burguesias internacionais (imperialistas).

A "revolução agrícola" consumada naquele período "desativou" o significado econômico clássico da reforma (a formação do mercado interno), contribuindo assim para a afirmação da concepção reducionista. A velocidade e natureza do processo de transformação das bases técnicas e econômicas da agricultura não tiveram, porém, correspondência nos planos da justiça social e da democratização política. A terra e a riqueza continuaram sendo concentradas por força dos novos interesses agroindustriais, da expansão da fronteira e dos interesses agrários "tradicionais", que se verificam com maior intensidade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Assim, a "questão" agrária foi sendo empurrada pela "modernidade", pouco se modificando o caráter autoritário e socialmente predatório das relações de poder em todos os níveis. A terra, apesar da tecnificação da produção em algumas áreas, mantém, por outros mecanismos, notável importância econômica e política, o que tem preservado seu caráter de base do sistema patrimonialista (TAVARES, 1996, p. 5).

Na realidade o processo de desenvolvimento brasileiro não se deu como observado pelos teóricos europeus clássicos. Desde o início houve a hegemonia de relações capitalistas de produção enquanto base dos ciclos espaciais de acumulação e da formação espacial brasileira (MOREIRA, 2018). As relações sociais e produtivas baseadas no latifúndio atrasado, na realidade, formaram as bases do processo de acumulação primitiva (espoliação) que conduziu o país ao processo de industrialização e agroindustrialização, por meio dos Complexos Agroindustriais (LINHARES; SILVA, 2021, p. 202). Soma-se a isso o caráter conservador da burguesia nacional, tão bem destacado por Fernandes.

Para o autor, a burguesia brasileira não foi constituída a partir de um processo revolucionário no seio de uma sociedade pré-capitalista, como observado em casos como Inglaterra, França, Estados Unidos da América, mas a partir de sua combinação com elementos das velhas estruturas aristocráticas de poder político e econômico. Neste sentido, a formação da burguesia brasileira é permeada por uma dialética entre o "velho" e o "novo" (FERNANDES, 2005, p. 210).

Assim, a natureza da burguesia brasileira nos parece ter um padrão conservador, haja vista que diversos aspectos da aristocracia e da oligarquia foram combinados com os ditames "modernizadores" oriundos dos países centrais do modo

de produção capitalista. Essa lógica fica muito clara na seguinte constatação:

Aqui, não tínhamos uma burguesia distinta e em conflito de vida e morte com a aristocracia agrária. Doutro lado, o fundamento comercial do engenho, da fazenda ou da estância pré-capitalista engolfou a aristocracia agrária no cerne mesmo da transformação capitalista, assim que o desenvolvimento do mercado e de novas relações de produção levaram a descolonização aos alicerces da economia e da sociedade. Foi graças a esse giro que velhas estruturas de poder se viram restauradas: o problema central tornou-se, desde logo, como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originária, herdadas da Colônia e do período neocolonial, e como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capital (FERNANDES, 2005, p. 210).

No Brasil, desenvolvimento e modernização econômica se deram com base em relações capitalistas. Nosso subdesenvolvimento não se caracteriza pela falta de tecnologias e nem contrário à hegemonia de relações capitalistas de produção.

Assim, é necessário compreender o processo de subdesenvolvimento enquanto parte mesma do processo de desenvolvimento capitalista nos países centrais do sistema. Portanto, a dependência pode ser compreendida enquanto uma série de determinações políticas e econômicas que atuam em um movimento dialético entre a parte e o todo, entre o capitalismo brasileiro e sua burguesia, em conjunto com o imperialismo e as burguesias das nações ditas desenvolvidas (MARINI, 2017).

Essa formulação nos permite compreender as desigualdades e a dependência enquanto elementos do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. A superexploração do trabalho e a transferência de valor se dão em caráter interno, condicionados pelo padrão tecnológico e de acumulação da burguesia nacional, e externo, a partir das determinações do sistema internacional e dos ditames do imperialismo (MARINI, 2017).

A partir dessa lógica podemos analisar a fome enquanto produto das estruturas políticas (clientelismo, paternalismo, patrimonialismo e outras formas de dominação do Estado e da classe trabalhadora pela burguesia), econômicas (em um processo dialético entre dependência e desenvolvimento capitalista; entre burguesias nacionais e internacionais) e culturais (a ideia do camponês atrasado e preguiçoso fez parte do imaginário social que subalternizou e justificou a fome historicamente enquanto condição do “fracasso” social e econômico desta classe).

McMichael (2016) nos lega elementos para a compreensão desse processo histórico ao apontar a relação entre a agricultura nas colônias e industrialização das metrópoles, ao tratar do primeiro regime alimentar. A forma de organização da agricultura e do comércio de *commodities* nas colônias estava diretamente relacionada com as cadeias alimentares, estas interligadas em nível global sob a forma de como os alimentos eram utilizados para o processo de acumulação de capital pelas metrópoles

(BORGES, 2018; McMICHAEL, 2016).

Por um lado, a exportação de *commodities* foi o que sustentou, até certo ponto, a acumulação de capital que posteriormente serviu de base para o processo de industrialização brasileiro (MOREIRA, 2018). Por outro, a grande quantidade de alimentos importados a baixo custo garantiu uma enorme acumulação de capital nos países do Norte global, ao permitir a redução dos custos de reprodução da força de trabalho na manufatura europeia (McMICHAEL, 2016).

No centro do debate sobre a relação entre transição agrária e industrialização reside o papel histórico da acumulação primitiva de capital na transição para o capitalismo industrial. A acumulação primitiva gerada pela exploração colonial foi o determinante básico para a transição industrial da Europa (McMICHAEL, 2016). Sem essa acumulação de capitais gerada pela exploração agrícola e mineral nas colônias, a industrialização poderia ser um processo mais lento nas metrópoles.

É importante assinalar que os processos de industrialização ocorridos na Europa não foram um evento de nível local. Na realidade foram o trabalho escravo (e outros tipos de trabalho forçado nas colônias), os mercados de metais preciosos e de *commodities* agrícolas tropicais as fontes fundamentais para a apropriação de excedentes e para a acumulação de capital nos países imperialistas. Foi esse o processo que por um longo período sustentou o investimento na indústria (McMICHAEL, 2016; MOREIRA, 2018; MOYO; YEROS; JHA, 2013).

Ou seja, a tese de que o subdesenvolvimento do Brasil estava ligado à baixa penetração de relações capitalistas no país nos parece ser falsa. Desde o início foram as relações capitalistas que estiveram na base da formação social brasileira e dos ciclos espaciais de acumulação (MOREIRA, 2018). Entender o latifúndio enquanto atrasado e feudal fez com que diversos teóricos ignorassem a importância desse modelo agrícola para o processo de acumulação de riqueza e poder nas colônias e nas metrópoles.

Delimitar os problemas brasileiros a partir dessa perspectiva nos impede de compreender que não há essa dualidade entre subdesenvolvimento e a falta de relações capitalistas. Para nós, o desenvolvimento do subdesenvolvimento é dialético ao próprio desenvolvimento das relações capitalistas de produção (FRANK, 1966), ou seja, sua antítese.

No caso brasileiro e latino-americano não houve uma diferenciação profunda entre indústria e agricultura, cidade e campo, urbano e rural. Diferentemente disso, o caminho para a compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo nesses países se dá a partir da unidade entre rural-urbano, campo-cidade, agricultura-indústria, desenvolvimento-subdesenvolvimento (MOREIRA, 2018).

Com a predominância dos Complexos Agroindustriais, a velha oposição campo *versus* cidade desaparece, as taxas de investimento tendem à unificação e a atividade agrícola assume o aspecto de grande indústria. Não é mais a velha ineficiência produtiva, a crise de abastecimento e a falta de insumos que dificultam o desenvolvimento econômico. A crise do novo padrão passa agora pela reprodução em larga escala do desemprego, muitas vezes unificando o urbano e o rural, da pauperização e da exclusão social. O novo padrão da Questão Agrária aponta, conseqüentemente, para um novo padrão de reforma agrária. O único dado comum, reunindo os diversos padrões históricos da Questão Agrária entre nós, reside na permanência da questão política, ou seja, da dominação que exclui o homem do campo da cidadania, gera pobreza e extrema violência. Sendo um traço antigo da formação social brasileira, traz consigo a semente da confusão, como se desde sempre estivéssemos frente à mesma Questão Agrária, frente aos mesmo 500 anos de latifúndio. Na verdade, a agricultura e suas respostas ao desenvolvimento do país não são arcaicas; arcaico é o sistema político de dominação que impede que os trabalhadores participem das riquezas que a cornucópia agrícola gera ou poderia gerar (LINHARES; SILVA, 2021, p. 202-203).

Portanto, Fernandes (2005), Linhares e Silva (2021), Marini (2017) e Moreira (2018) e apontam elementos capazes de nos auxiliarem na compreensão de que nossa evolução histórica e espacial se deu de maneira peculiar, ou melhor, *sui generis*. Nesta perspectiva o mecanismo brasileiro de acumulação é predominantemente agroindustrial.

Tal processo envolve as especificidades das classes rurais e urbanas, do Estado, do mercado e do imperialismo. Essa é uma maneira de compreender a forma da força produtiva capitalista no Brasil, pautando o desenvolvimento através de uma relação “dialética de ultrapassagem-permanência do velho num novo nele espelhado” (MOREIRA, 2018, p. 48). As técnicas se modernizam, mas as relações de trabalho e as questões políticas se mantêm quase inalteradas.

A relação imperialismo-latifúndio se deu através de uma aliança onde o imperialismo capitalizou e modernizou o latifúndio, historicamente agroindustrial. Cabe lembrar que a agroindústria existe no país desde os tempos coloniais com os engenhos de cana-de-açúcar. Estes beneficiavam o açúcar com a tecnologia mais avançada da época (MOREIRA, 2018). O problema brasileiro não é técnico ou conjuntural, mas estrutural.

Em nosso caso a agricultura não serve somente enquanto base para a acumulação primitiva de capital, por meio da espoliação, como também tem se tornado o mercado principal para a indústria nacional e internacional (muitas vezes com caráter imperialista).

“Antes da porteira” temos as máquinas, os petroquímicos e as sementes produzidas por empresas transnacionais (*John Deere, Ford, Pfizer, Monsanto* etc.), que transformaram o latifúndio em “moderna empresa de agroindústria” (MOREIRA, 2018). “Dentro da porteira” temos os complexos nacionais de indústrias de processamento,

responsáveis por alocar o capital imperialista dentro da cadeia produtiva do país. Este processo também ocorre na dimensão do consumo/distribuição, tendo nos supermercados, lares e restaurantes o ponto final à jusante (MOREIRA, 2018).

Com isso, podemos compreender a aparente contradição que representa um país majoritariamente urbano ter em seu parlamento a hegemonia de uma bancada ruralista, juntamente com uma bancada evangélica e uma bancada da “bala”. Também nos auxilia na compreensão da contradição que representa um país tido como “celeiro do mundo” ter milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, ou melhor, passando fome (PENSSAN, 2022). Nossa formação social e, conseqüentemente, espacial, tem como base a reafirmação e a permanência do eixoterra-território-Estado, que se reedita ao longo do tempo (MOREIRA, 2018, p. 49).

Por isso, entendemos que a QA apresenta uma centralidade na reprodução de nossa dependência. A partir do controle das terras, da manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada e dos entraves gerados a qualquer política de reforma agrária, o poder político e econômico das frações burguesas ligadas ao latifúndio/agronegócio se mantém. Soma-se a isso o imperialismo, atuando diretamente na determinação dos sistemas alimentares e produtivos nacionais, bem como comprando terras e empresas brasileiras.

Nosso argumento central é o de que a atualidade da questão agrária é intrínseca ao padrão de acumulação capitalista dependente. A estrutura agrária concentrada, beneficiada por generosos repasses do fundo público e subordinada aos centros hegemônicos, a despeito de suas tensões internas, torna-se um obstáculo não só à segurança e à soberania alimentar do conjunto da população brasileira, mas à própria possibilidade de reprodução da força de trabalho no Brasil. Isso se evidencia pelos mais de 20 milhões de pessoas que passam fome no país e pela inflação dos gêneros alimentares cotidianos, achatando ainda mais a remuneração dos trabalhadores (WEISHEIMER; ARAÚJO; LEHER, 2022, p. 245).

Daí a ideia de compreensão da fome enquanto produto político (CASTRO, 1984) e econômico do subdesenvolvimento brasileiro e também a importância da multiescalaridade na compreensão dos territórios.

Os processos de dominação do Estado brasileiro são permeados pelo controle do território, controle este que se dá pelas políticas de desenvolvimento territorial, pela grilagem de terras devolutas, pelo financiamento do latifúndio-agronegócio (vide a diferença de crédito disponível para o agro e para a agricultura familiar no Plano Safra) e, também, pela luta contra a reforma agrária.

O controle do Estado e, conseqüentemente, do território enquanto espaço de governança pelo latifúndio/agronegócio, implica diretamente na conflitualidade entre os modelos de desenvolvimento territorial e também no entrave ao desenvolvimento de

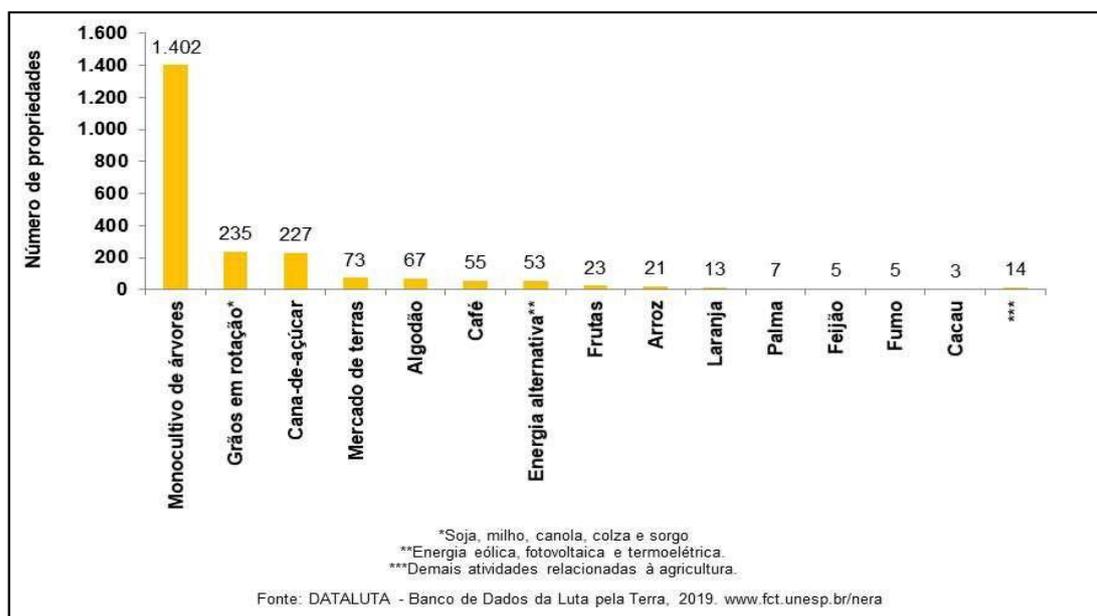
qualquer política de reforma agrária que tenha realmente um potencial de transformar a estrutura fundiária brasileira.

Essa é uma das formas pelas quais a escala do território enquanto espaço de governança se relaciona com a escala dos territórios enquanto propriedades: por meio do controle do Estado, que se dá, entre outros fatores, pelo controle de grandes extensões de terra, o latifúndio-agronegócio influi diretamente na espoliação dos territórios camponeses, indígenas, quilombolas e no controle dos subsídios, infraestruturas e linhas de crédito. Como havíamos ressaltado, a acumulação primitiva ou espoliação não é um estágio inicial da acumulação capitalista, mas sim uma dinâmica que atravessa todo o seu desenvolvimento (HARVEY, 2004).

O atual processo conhecido como corrida ou disputa mundial por terras (PEREIRA, 2015) é um grande exemplo disso. Como forma de representarmos a atuação do capital internacional na QA brasileira utilizaremos de um gráfico da Rede DATALUTA (GRÁFICO 1).

Por meio deste gráfico é possível observar um total de 2.203 propriedades brasileiras controladas por empresas transnacionais ou por empresas brasileiras com presença de capital internacional. Das empresas com maior número de propriedades destacamos as brasileiras com presença de capital internacional, contando com 1.113 propriedades, seguidas por empresas da Finlândia e Suécia, com 658 propriedades, Estados Unidos da América, com 413 propriedades e Japão, com 358 propriedades (DATALUTA, 2020, p. 79).

Gráfico 1 – Número de propriedades de empresas do agronegócio no Brasil com capital internacional por atividade em 2019



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra (2020, p. 82).

Essas propriedades produzem *commodities*, das quais se destacam os grãos em rotação (soja, milho, canola, colza e sorgo), cana-de-açúcar, monocultura de árvores (como Eucalipto) e café. Ainda apresentam grande representatividade as propriedades voltadas para a produção de energias alternativas (eólica, fotovoltaica e termoelétrica) e as que atuam no mercado de terras (DATA LUTA, 2020, p. 82).

Por meio desses dados é possível inferir que a QA nacional também é diretamente influenciada pelo capital internacional e pelo processo de financeirização, isso sem levarmos em consideração as empresas que atuam no processamento (agroindústrias) e escoamento (distribuição no país e exportação) das *commodities* produzidas.

O outro lado do “desenvolvimento” é a conflitualidade (FERNANDES, 2005a) entre os distintos modelos de desenvolvimento territorial, ou entre latifúndio-agronegócio e o campesinato, indígenas, quilombolas etc. Entendemos ser fundamental expormos os dados dos conflitos no campo brasileiro, para isso nos utilizaremos do relatório “Conflitos no campo Brasil – 2021”, da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2022).

Como forma de representar os dados do número de conflitos rurais entre 2011 a 2015 e entre 2016 a 2021 compusemos a tabela 1 a partir da adaptação dos dados apresentados no relatório destacado acima.

Tabela 1 – Conflitos rurais entre 2011 e 2015 e entre 2016 e 2021 no Brasil

Categoria	2011/2015	2016/2021	Incremento
Conflitos por terra	4.096	7.223	76,34%
Conflitos trabalhistas	827	582	-29,63%
Conflitos pela água	532	1.811	240,40%
Total de conflitos	6.737	10.384	54,13%
Assassinatos	188	252	34,04%
Pessoas envolvidas	3.568.585	5.534.203	55,08%
Hectares (conflitos no campo)	63.342.264	302.125.254	376,97%

Fonte: CPT (2022, p. 25). Adaptado pelo autor.

Esta tabela nos permite ter uma visão geral da profundidade dos conflitos rurais ocorridos no Brasil nos dois períodos destacados pela CPT. Cabe ressaltar que as áreas de expansão da fronteira agrícola são justamente as que apresentam os maiores números de conflitos, sendo que as ocorrências na região Norte representam 47% do total, no Nordeste 31% e no Centro-Oeste 12% (CPT, 2022, p. 26). Este quadro de violência é a expressão da expansão das relações capitalistas de

produção no campo brasileiro.

Os dados da CPT (2022, p. 27-28) ainda demonstram quem são os propagadores da violência e quais são suas vítimas: 26% das vítimas são indígenas, 17% são quilombolas, 17% são posseiros e 14% são sem-terra. Do outro lado, 21,4% dos mandantes identificados são fazendeiros, 20% são empresários, 17% são vinculados a governos (federal, estadual e municipal) e 13% são grileiros. Como se não bastassem esses tipos de violência, o “desenvolvimento” capitalista ainda tem outra face cruel: o trabalho análogo à escravidão.

De outra parte, como resultado da lógica de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras no campo, o trabalho análogo à escravidão continua a despontar como uma realidade chocante no Brasil. Se, em 2020, foram registradas 96 ocorrências, em 2021 esse número saltou para 169, envolvendo um total de 1.726 trabalhadores resgatados. Como se vê na tabela seguinte, a região Sudeste, onde supostamente impera uma agricultura moderna, concentra a maior parte dos registros de trabalhadores em situação análoga à escravidão, particularmente no estado de Minas Gerais. Tal dado, no entanto, não necessariamente indica que os resultados nas demais regiões sejam baixos, mas, antes, que, nelas, há maiores dificuldades na fiscalização (CPT, 2022, p. 27).

O trabalho análogo à escravidão não é um sintoma do atraso ou da manutenção de relações arcaicas, mas uma característica do próprio desenvolvimento de relações capitalistas de produção em economias dependentes (MARINI, 2017), exemplo disso é o grande número de trabalhadores resgatados na região Sudeste. Como destacado no trecho acima, Minas Gerais desponta enquanto um dos estados com maiores números de trabalhadores em situação de escravidão resgatados no país (FIGURA 6).

Como demonstrado pela notícia acima, em 2021 foram registrados 137 casos de trabalho análogo à escravidão na região, sendo que grande parte dos resgatados trabalhavam em lavouras de café vinculadas ao agronegócio. Muitos destes trabalhadores são oriundos de regiões como o Norte de Minas Gerais e o Nordeste do país, áreas que historicamente enfrentam problemas sociais decorrentes, inclusive, da QA. O modelo de desenvolvimento territorial capitalista brasileiro (latifúndio-agronegócio) é permeado, como os dados destacados por nós sugerem, por relações de violência, como os assassinatos, a superexploração do trabalho (MARINI, 2017) e a acumulação primitiva permanente (espoliação), materializada na expansão da fronteira agrícola, por exemplo.

A violência perpetuada pela reprodução e expansão do modo de produção capitalista no campo brasileiro é baseada, principalmente, nestes eixos estruturais: superexploração do trabalho e expropriação do campesinato e outros modos de produção não-capitalistas que compõem nossa formação social.

O controle de terras se transforma em controle econômico, político e de nosso território enquanto espaço de governança. Com isso, quaisquer políticas ou governos que busquem atuar no sentido de construir processos de desenvolvimento soberanos e autônomos esbarram no controle político do território por parte do latifúndio-agronegócio e das frações burguesas imperialistas.

Figura 6 – Notícia veiculada pelo portal G1 acerca dos casos de trabalho análogo à escravidão no Sul de Minas Gerais em 2021

The image shows a screenshot of a news article from the G1 portal. The header is red with the G1 logo on the left and 'SUL DE MINAS' with the EPTV logo in the center. A search bar with the text 'BUSCAR' is on the right. The main headline is in large, bold black font: 'Cidades do Sul de Minas estão entre as que mais tiveram registros de trabalho análogo à escravidão; veja quais são'. Below the headline, a sub-headline reads: 'Ao todo, o Ministério do Trabalho registrou 137 ocorrências no ano passado no Sul de Minas.' At the bottom left, it says 'Por EPTV 1' and '27/07/2022 14h47 · Atualizado há 5 meses'. At the bottom right, there are social media sharing icons for Facebook, Twitter, WhatsApp, Telegram, and LinkedIn.

Fonte: G1 (2022).

Dialeticamente, o modelo de desenvolvimento territorial camponês busca a superação destas contradições geradas pelo modo de produção capitalista na agricultura. Isso se dá, principalmente, pela possibilidade de o campesinato selibertar da relação de exploração capital-trabalho ao ter acesso à posse da terra. Como veremos no próximo capítulo, os territórios camponeses, diferentemente dos capitalistas, são baseados na multidimensionalidade: são espaços não somente de produção de mercadorias, como também de educação, cultura, formação política, preservação da natureza e reprodução da vida.

Assim como os territórios capitalistas necessitam da desterritorialização do campesinato e sua conseqüente reterritorialização enquanto trabalhadores assalariados, muitas vezes nas periferias das grandes cidades brasileiras, os territórios camponeses também desterritorializam os capitalistas.

A partir desta contradição central as políticas agrárias (reforma agrária, políticas de assentamento, entre outras) que se basearam/baseiam em conciliações entre classes antagônicas se mostraram incapazes de fomentar a superação das desigualdades fundiária, de renda e de acesso à tecnologia. Medidas conjunturais adotadas por governos “progressistas” foram capazes de avançar no sentido desta superação, contudo, em momentos de crise política e econômica, tais medidas são as primeiras a serem destruídas, deixando o campesinato e a agricultura familiar em situação de (maior) precariedade.

Dada nossa inserção no sistema capitalista mundial de forma dependente, os impactos do imperialismo e sua relação com as burguesias nacionais (MARINI, 2017), bem como os reflexos de tais processos na QA nacional (WEISHEIMER; ARAÚJO; LEHER, 2022), a superação de tais contradições somente pode se dar a partir da superação do modo de produção capitalista. Portanto, em nossa perspectiva, apenas mudanças estruturais são capazes de nos levarem a um processo de desenvolvimento econômico (e, conseqüentemente, a um modelo de desenvolvimento territorial) autônomo e soberano.

Apontados alguns dos determinantes que incidem sobre a QA e a reforma agrária em solo brasileiro passaremos a abordar nosso objeto de análise, qual seja, o conjunto de acampamentos Quilombo Campo Grande (denominado pelos camponeses de “Assentamento Popular Quilombo Campo Grande”). Acreditamos que a multiescalaridade que baseia as análises realizadas no presente capítulo nos permite apreender de forma mais aprofundada as relações entre o modo de produção capitalista dependente, os regimes alimentares/imperialismo, a QA brasileira e a luta pela/na terra em Campo do Meio. Com isso, Visaremos apresentar um quadro geral da área, de modo a apresentar algumas de suas características e os conflitos que a permeiam.

5 O CONJUNTO DE ACAMPAMENTOS QUILOMBO CAMPO GRANDE

O assentamento popular “Quilombo Campo Grande” se localiza em Campo do Meio, município da mesorregião Sul de Minas Gerais (FIGURA 7).

A área é marcada por um conflito de quase duas décadas pela posse da terra. Atualmente, o Quilombo é composto por 11 acampamentos, onde residem cerca de 446 famílias (FIGURA 8). Estes acampamentos são: Sidney Dias, Rosa Luxemburgo, Tiradentes, Girassol, Fome Zero, Chico Mendes, Betinho, Irmã Dorothy, Vitória da Conquista, Potreiro e Resistência.

A origem deste conflito remonta aos meados da década de 1990, quando a Usina Ariadnópolis, produtora de açúcar e álcool, decreta sua falência e alguns funcionários entram em greve. Em 1994 parte dos funcionários não recebia seus salários há quatro meses, sendo que outros tantos lutavam para conseguir o recebimento dos demais direitos trabalhistas em débito (LUCAS, VALE; 2014; VALE *et al*, 2019).

Durante a greve, alguns trabalhadores começaram a desenvolver a ideia de ocupar parte das áreas da usina Ariadnópolis como forma de saldar as dívidas trabalhistas, porém:

Os trabalhadores detectaram uma área adjacente à usina que se encontrava abandonada há mais de 4 anos e já estava em processo de remate para quitação de suas dívidas, portanto, mais passível de se tornar assentamento do que a área da usina Ariadnópolis. Tratava-se da Fazenda Jatobá, pertencente a um português chamado Manuel Alves, que também era proprietário de outras grandes extensões de terra no município. Cabe ressaltar, portanto, a inexistência de ligação entre o proprietário da usina e o da Fazenda Jatobá (LUCAS, VALE; 2014, p. 11).

Somente em 18 de novembro de 1996, funcionários da usina que fizeram parte da greve e famílias oriundas de outras regiões de Minas Gerais, contando com o apoio do MST, ocuparam a Fazenda Jatobá.

A ocupação, que contou com cerca de 50 pessoas, culminou, em maio de 1997, com o governo federal adquirindo as terras, indenizando o proprietário e criando o primeiro assentamento do Sul de Minas Gerais: o Primeiro do Sul (LUCAS, VALE; 2014). Para melhor compreensão da temporalidade do processo de luta pela terra em Campo do Meio selecionamos um quadro (QUADRO 1).

Este quadro consegue representar, mesmo que parcialmente, a histórica conflitualidade entre o campesinato e o latifúndio/agronegócio no município de Campo do Meio, marcada pela execução de diversos mandatos de reintegração de posse, como nos anos de 1998, 2004, 2005, 2007 e 2009 (AMARAL, 2019). Por meio deste é possível correlacionarmos os períodos de avanço e recuo dos territórios camponeses em Campo do Meio com as políticas de reforma agrária e os diferentes governos em escala nacional. O quadro 1 consegue representar, mesmo que parcialmente, a histórica conflitualidade entre o campesinato e o latifúndio/agronegócio no município de Campo do Meio. Conflitualidade marcada pela execução de diversos mandatos de reintegração de posse, como nos anos de 1998, 2004, 2005, 2007, 2009 (AMARAL, 2019) e também em 2020.

Fernando Henrique Cardoso (FHC) inicia seu mandato presidencial em 1995 com uma postura que buscava negar os problemas agrários no país (COCA, 2011). Porém, a realidade brasileira tratou de impor a seu governo a necessidade de lidar com essas a partir de dois grandes fatos: o massacre de Corumbiara-RO, em que 11 camponeses foram assassinados por policiais militares e jagunços, e o III Congresso do MST, capaz de demonstrar a força organizativa do movimento (STEDILE; FERNANDES, 1999).

Ao mesmo tempo em que ocorria uma aproximação com o governo a luta pela terra cada vez mais era fomentada pelos movimentos camponeses. No fim de 1995 são decretadas as prisões de Diolinda Alves de Souza, Márcio Barreto e José Rainha Júnior, todos vinculados ao MST. Entre março e abril de 1996 o MST organiza uma grande onda de ocupações, em vários estados da federação (COCA, 2011, p. 77-78).

Como destacado por Coca, em 1996 o MST inicia uma campanha de ocupações de terras por todo o país, sendo justamente neste ano ocorre a primeira ocupação de terras em Campo do Meio. A partir da pressão dos movimentos socioterritoriais o governo federal passa a adotar uma série de medidas para a aceleração da implantação de assentamentos, porém, o governo também se utilizou da tática de isolar os movimentos ao evitar negociações diretas com eles (COCA, 2011). Acerca do trato com a QA no segundo mandato de FHC (1998-2002):

Deve-se frisar, que neste segundo mandato, é adotada uma postura diferente do primeiro no tratamento dado aos movimentos socioterritoriais. Enquanto no primeiro houve uma tentativa de conter os conflitos pela terra através da implantação de assentamentos rurais, no segundo a tática foi à

repressão. Isso porque, no primeiro mandato acreditava-se que o assentamento dos trabalhadores que demandavam por terra solucionaria a questão agrária, todavia, quanto mais assentamentos eram criados mais aumentavam os números de ocupações de terras. Um marco da repressão foi a implantação da Medida Provisória 2109-52, datada de 24 de maio de 2001, a qual especificava que os trabalhadores que se envolvessem em ocupações de terras não teriam direito ao assentamento e que as propriedades onde ocorressem as ocupações ficariam por um prazo isentas de desapropriação. Desta forma, buscava-se conter as ocupações de terras através da repressão (COCA, 2011, p. 82).

A partir do segundo mandato de FHC podemos observar tanto uma intensificação das ocupações de terras no município, quanto o início da repressão ao movimento na localidade a partir da realização do primeiro despejo dos camponeses na área do acampamento Girassol. Esse processo de repressão aos movimentos socioterritoriais, como o ocorrido em Campo do Meio, torna-se conhecido na literatura como a judicialização da QA (FERNANDES, 2001).

A dinâmica das ocupações de terras nos dois mandatos de FHC apresenta as tendências de aumento seguidas pela grande diminuição das ações a partir do incremento da repressão aos movimentos socioterritoriais e o aprofundamento de políticas neoliberais (como a reforma agrária de mercado) em seu segundo mandato (COCA, 2011). No primeiro mandato de FHC (1995-1998) foram realizadas respectivamente 145, 398, 461 e 594 ocupações de terra; enquanto que em seu segundo mandato (1999-2002) houve uma diminuição nos números de ocupações, sendo 587, 392, 194 e 184 ações respectivamente (DATA LUTA, 2020, p. 13).

Com a chegada de Lula à presidência da república a perspectiva popular, na qual se incluem os movimentos socioterritoriais camponeses, era de que havia a possibilidade de implantação de uma reforma agrária “drástica e massiva no Brasil” (COCA, 2011, p. 86). Porém, como destacaremos forma mais aprofundada no próximo capítulo, esta não foi a realidade observada:

Deste modo, evidencia-se que o II PNRA traz uma concepção ampliada de reforma agrária, incorporando novos atores e demandas ao tema. Esta ampliação faz com que seja sacramentada a prática já utilizada por vários governos brasileiros de denominar uma série de ações fundiárias (compra, regularização, desapropriação, incorporação etc.) como criação de assentamentos rurais, incrementando os dados relativos à reforma agrária. O fato de no início do governo serem privilegiadas políticas como o Crédito Fundiário e a regularização fundiária fez com que os movimentos socioterritoriais de cunho progressista desencadeassem uma série de manifestações contrárias aos rumos que a reforma agrária vinha tomando. Dentre essas, duas merecem destaque: a Conferência Nacional da Terra e da Água, que aconteceu em Brasília no mês de novembro de 2004, sendo promovida pelo Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo e

também a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, organizada pelo MST em maio de 2005. Nesta marcha, várias brigadas do MST se reuniram em Goiânia e caminharam por 17 dias até chegarem a Brasília, onde realizaram uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto e entregaram uma carta ao Presidente da República, onde era demonstrado seu descontentamento com os rumos da reforma agrária (RAMOS FILHO, 2008) (COCA, 2011, p. 87).

Somou-se a estas questões a aplicação de políticas assistencialistas de combate à pobreza, como o “Fome Zero” e o “Bolsa Família”. Ambas as políticas foram fundamentais para que muitas famílias brasileiras pudessem acessar uma melhor qualidade de vida, algo inquestionável. Porém, também implicaram na ocorrência de “[...] uma diminuição no número de integrantes dos movimentos de luta pela terra e dos próprios movimentos, fazendo com que a pressão sobre o Estado perdesse a intensidade (COCA, 2011, p.88).

No primeiro mandato de Lula (2003-2006) os números de ocupações de terras foram respectivamente: 391, 496, 437 e 384; em seu segundo mandato (2007-2010) a tendência observada foi de uma nova redução nas ocupações: 356, 253, 289 e 183 (DATA LUTA, 2020, p. 13).

No segundo mandato o governo Lula deu continuidade às políticas de reforma agrária que haviam sido iniciadas no primeiro. O agronegócio teve um crescimento vertiginoso, fazendo que o Brasil fortalecesse ainda mais seu papel de fornecedor de matéria-prima na divisão internacional do trabalho. Os assentamentos rurais implantados tinham duas vertentes principais: o crédito fundiário (RAM) e a regularização fundiária, aliada a um decrescente número de desapropriações. Nos assentamentos, algumas ações que visaram melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiárias foram implantadas, com destaque para o “Programa Luz para Todos”, que teve como foco possibilitar o acesso à energia elétrica a grande parte das famílias que vivem no meio rural brasileiro. Entretanto, os movimentos socioterritoriais têm como um legado positivo do governo Lula a retomada do diálogo que havia sido perdido com a criminalização efetivada durante o governo FHC. Por isso, mesmo com a diminuição no número de integrantes de acampamentos e de movimentos socioterritoriais houve um acréscimo no número de ocupações, em relação aos últimos anos do governo FHC (Tabela 16). Observa-se que nos primeiros anos de governo houve uma intensificação nas ações de ocupações de terras, entretanto o número de famílias participantes diminuiu devido entre outros fatores, às ações assistencialistas, como o Programa Bolsa Família e ao decréscimo no número de desapropriações de terras (COCA, 2011, p. 89).

Os dados de ocupações e o trecho acima nos apontam, ao nosso ver, dois aspectos importantes: i) que as políticas assistencialistas (e aqui não buscamos fazer juízo de valor sobre estas) impactaram diretamente na capacidade de mobilização da base dos movimentos socioterritoriais camponeses e; ii) que a tendência de governos “progressistas” baseados na aliança de classes é a de despolitização e

desmobilização da classe trabalhadora por meio do rebaixamento das pautas políticas e da adoção de medidas compensatórias (paliativas) e conjunturais incapazes de alterar as estruturas reprodutoras das desigualdades.

Assim como ocorreu em relação ao governo FHC, no período dos governos de Lula a dinâmica de luta pela/na terra em Campo do Meio apresentou uma tendência diferente da observada em escala nacional, o que fica claro ao notarmos que foram realizadas 10 ocupações de terra nas áreas em disputa. Por outro lado, foi justamente neste período que ocorrem grande parte dos processos de despejo pelos quais as áreas dos acampamento já passaram, somando um total de 6 ações de reintegração de posse entre 2003 e 2010. Outro elemento que sintetiza os limites da conciliação de classes reside no fato de que, durante os mandatos de Lula, nenhuma área ocupada em Campo do Meio foi transformada em assentamento, mesmo que naquela época os conflitos pela posse das terras já se arrastassem por anos.

Com a chegada de Dilma Rousseff ao governo federal a reforma agrária perde ainda mais ímpeto. Apesar de o número de ocupações de terras se manter estável, numa média de 223 ocupações durante o primeiro mandato (2011-2014), a quantidade de assentamentos criados durante este governo se manteve na média de 127 por ano.

Acerca dos debates sobre a reforma agrária no primeiro governo Dilma:

Já para o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, a reforma agrária não saiu da agenda do governo federal, mas o conceito sobre essa política é que passou por alterações: “Há uma mudança de qualidade no tema. Sempre a concebemos a partir de duas leituras: uma presente na primeira metade do século 20, muito associada aos processos revolucionários, de mudança da realidade social por meio da distribuição igualitária da terra; e outra mais próxima à nossa realidade, com o grande processo de colonização promovido pela ditadura na década de 1970. Atualmente estamos trabalhando com outro conceito: a reforma agrária é uma iniciativa que fundamentalmente tem de ser trabalhada com a execução de políticas públicas, com o objetivo muito claro de transformar os assentamentos em comunidades rurais autônomas e integradas ao território em que vivem”. No entanto, de acordo com João Pedro Stedile, da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o último período vem sendo caracterizado por uma “nova aliança de classes no campo”, formada por grandes proprietários de terras, capital financeiro, transnacionais de insumos agrícolas e grande mídia. “Isso criou uma hegemonia da classe dominante que retirou da pauta da sociedade brasileira a reforma agrária e todas as reformas sociais que interessam ao povo”, opina. Para ele, o “caráter de composição de classes” dos governos Lula e Dilma impede a realização de mudanças estruturais. “Dentro do governo o setor do agronegócio é hegemônico, enquanto os setores que defendem a reforma agrária, a agricultura familiar, o meio ambiente e os

sem-terra são minoritários. As políticas são contraditórias: às vezes atendem o agronegócio, às vezes a agricultura familiar. Mas, majoritariamente o agronegócio tem preponderância” (OJEDA, 2012, não-paginado).

Em seu primeiro mandato, Dilma opta por dar maior centralidade para as políticas voltadas à consolidação dos assentamentos já criados até aquele momento em detrimento da expansão dos assentamentos rurais, como pode ser constatado no trecho acima. Soma-se a esse quadro o aprofundamento das políticas de caráter neoliberal e o recuo cada vez mais claro em relação às políticas de cunho minimamente reformista (COSME, 2016).

Fato é que o único assentamento criado em Campo do Meio após os governos FHC foi justamente nesse contexto de recuo em relação às políticas voltadas à QA. O assentamento Nova Conquista II foi criado em 2014, novamente demonstrando as diferenças entre as tendências da luta pela/na terra em contexto nacional em relação ao contexto local.

Após adentrar ao seu segundo mandato presidencial (2014-2018), em 2016 Dilma Rousseff sofre um golpe de caráter parlamentar, jurídico e midiático (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016). Com isso, observa-se o desmonte das políticas públicas voltadas à QA e a implementação de políticas Ultraliberais a partir das medidas adotadas pelo ex-vice-presidente Michel Temer:

Com o golpe de 2016, assumiu a presidência Michel Temer, iniciando o desmonte das políticas de reforma agrária. Uma das primeiras medidas do governo Temer foi extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário, rebaixando-o ao status de secretaria vinculada à Casa Civil da Presidência. A partir da edição da Medida Provisória 759 de 2016 houve a facilitação da mercantilização das áreas destinadas aos projetos de reforma agrária, favorecendo a titulação das terras e a legalização da grilagem por meio do Programa Terra Legal (SAUER; LEITE, 2017). Essa medida acenou para o avanço das políticas neoliberais que foram consolidadas durante o governo Temer e que prosseguem no atual. Para Pereira, Origuéla e Coca (2021), quando Michel Temer assume a presidência, o retrocesso das políticas sociais é iniciado atrelado ao aprofundamento do neoliberalismo e à violência institucionalizada contra as ditas minorias: povos do campo, da floresta, mulheres, negros, população LGBTQIA+ (SANTOS *et al.*, 2021, p. 10-11).

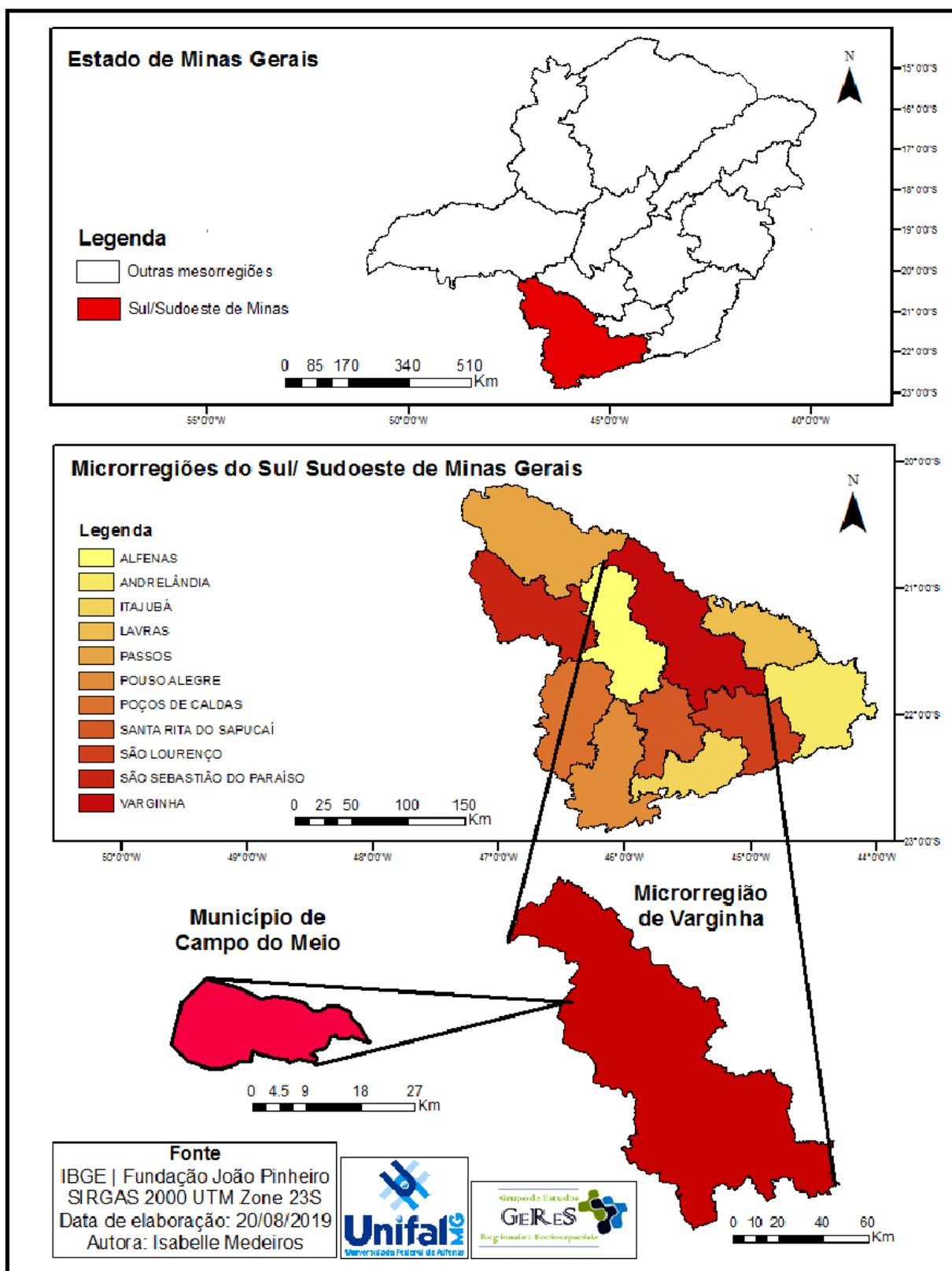
A partir deste quadro temos o desmonte das políticas públicas e das estruturas de governo voltadas para o atendimento das questões relativas à reforma agrária e agricultura familiar.

Quadro 1 – Processo histórico de formação dos acampamentos e dos assentamentos em Campo do Meio-MG

ANO	HISTÓRICO
1994	Com dívidas trabalhistas, 2000 trabalhadores deflagram greve na Usina Ariadnópolis.
1996	Chegada do MST em Campo do Meio – MG e ocupação da antiga Fazenda Jatobá, próxima da Usina. Neste ano também é decretada a falência da empresa.
1997	Os ex-trabalhadores da Usina, junto com militantes do MST, ocupam uma parcela da terra e fundam o acampamento Girassol. Criação do Assentamento Primeiro do Sul com área de 888 Hectares, comportando 42 famílias.
1998	Ocupação e despejo do Acampamento Girassol.
1999	Retorno do Acampamento Girassol e fundação do Acampamento Vitória da Conquista (esta área foi a única que ainda não sofreu nenhuma reintegração de posse).
2000	Ocupação do território central da Usina: Criação do Acampamento Tiradentes.
2001	Fundação do Acampamento Betinho.
2002	Fundação do Acampamentos Chico Mendes, Herbert de Souza, Fome Zero, Resistência
2003	Fundação do Acampamento Irmã Dorothy
2004	Fundação do Acampamento Irmã Dorothy, após despejo da primeira área.
2005	Despejo do Acampamento Tiradentes, mesmo ano de retorno.
2007	Fundação do Acampamento Sidney Dias.
2008	Fundação do Acampamento Rosa Luxemburgo.
2009	Fundação do Acampamento Nova Conquista II. Segundo despejo do Acampamento Tiradentes. Primeiro despejo Irmã Dorothy, Sydney Dias e Rosa Luxemburgo.
2010	Retorno do Acampamento Tiradentes, Irmã Dorothy, Sydney Dias e Rosa Luxemburgo.
2014	Criação do Assentamento Nova Conquista II, com área de 300 hectares, comportando 12 famílias.
2018	Nova tentativa de despejo do Acampamento Quilombo Campo Grande, local que se concentra maior parte dos assentamentos.

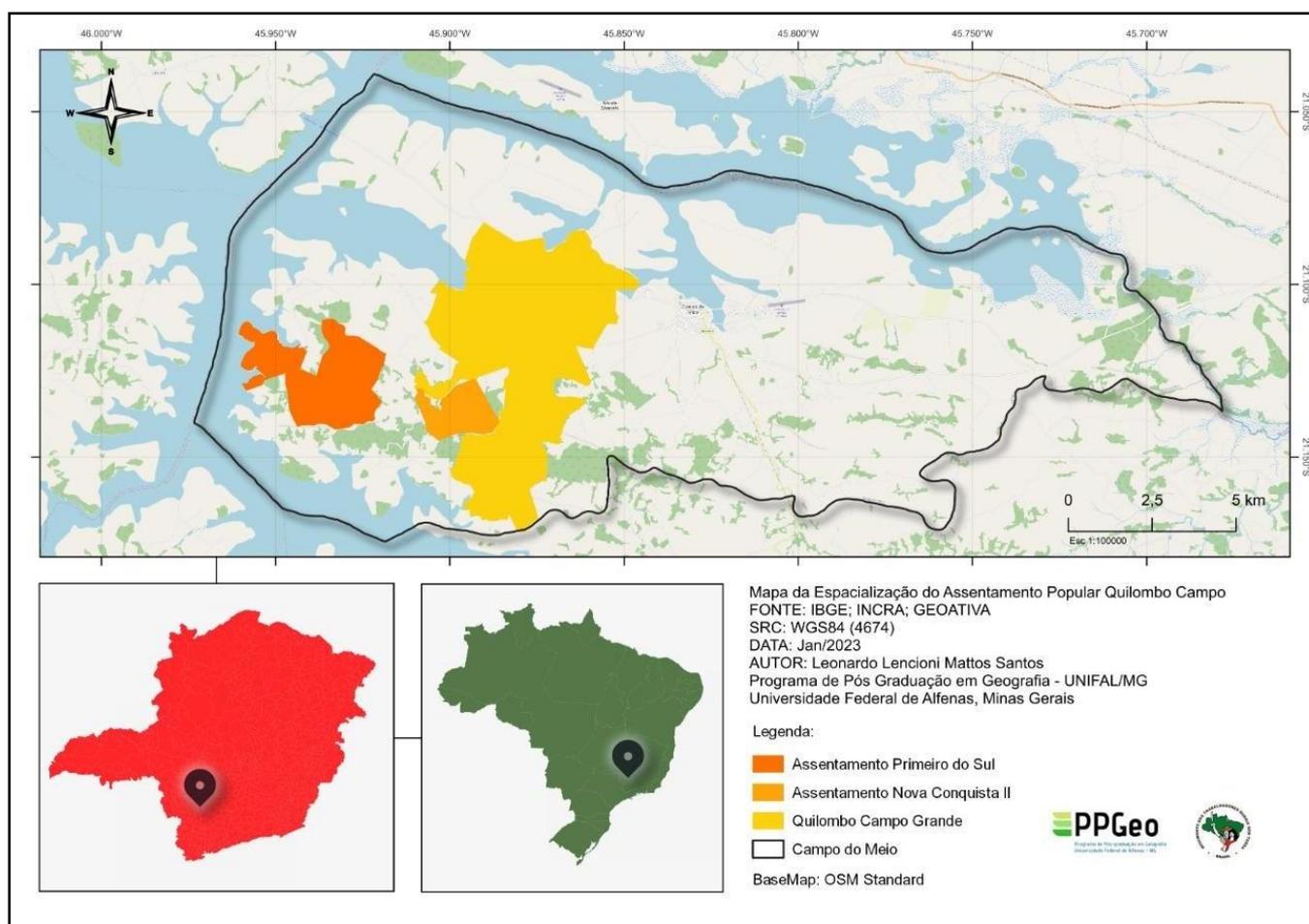
Fonte: AMARAL (2019).

Figura 7 – Localização da Mesorregião do Sul de Minas Gerais e do Município de Campo do Meio em sua base Microrregional



Fonte: Coca *et al.* (2019). Autora: Isabelle Medeiros.

Figura 8 – Mapa de espacialização dos Assentamento Primeiro do Sul e Nova Conquista II e do Assentamento Popular Quilombo Campo Grande, em 2022



Fonte: Produzido pelo autor (2023).

O amplo apoio ao agronegócio desenvolvido durante os governos petistas aprofunda-se ainda mais, privilegiando o setor em detrimento das políticas voltadas ao campesinato e à agricultura familiar (SANTOS *et al.*, 2021; XAVIER *et al.*, 2021). Ainda, aprofunda-se a conflitualidade no campo brasileiro ao passo que os modos de produção não-capitalistas se tornam cada vez mais vítimas do processo de expansão do latifúndio-agronegócio (CPT, 2022), processo que influi diretamente na desterritorialização destes.

Dentro desse quadro nacional de desmonte e ataque às políticas de reforma agrária no governo de Michel Temer observou-se em Campo do Meio a tentativa de despejo de parte das áreas do conjunto de acampamentos Quilombo Campo Grande em 2018 (FIGURA 9). Tentativa essa que foi barrada a partir da mobilização de diversas instituições, como o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - Campus

Machado, a Universidade Federal de Alfenas, além de ter contado com um abaixo-assinado de comerciantes da região contra a ordem de despejo. As redes de apoio ao movimento dentro das instituições de ensino superior também atuaram no sentido de produzir um laudo técnico, realizado pela Universidade Federal de Alfenas na figura do NETASA, onde constavam os dados da produção das benfeitorias. Laudo este utilizado no processo judicial.

Além da atuação de instituições e representantes comerciais da região, como retratado na notícia acima, a mobilização do próprio MST foi fundamental para impedir o avanço da ordem de despejo (FIGURA 10). O movimento mobilizou sua base no município e na região para comparecerem à audiência que julgaria o processo de despejo, na ocasião os e as militantes permaneceram em uma praça na frente do fórum, onde expuseram cartazes, faixas e uma grande quantidade de alimentos produzidos pelos(as) acampados(as), enquanto dentro do fórum a tropa de choque da Polícia Militar ficou responsável pela “segurança” da audiência.

Figura 9 – Notícia do portal Sul21 retratando a ordem de despejo para parte das áreas do conjunto de acampamentos Quilombo Campo Grande em 2018



Fonte: Sul21 (2018).

Figura 10 – Fotografia retratando a mobilização da sociedade civil e do MST contra o despejo de parcela do conjunto de acampamentos Quilombo Campo Grande em 2018



Fonte: SUL21 (2018).

Com a mobilização popular e das instituições o processo de despejo pôde ser barrado judicialmente, após 24 dias de mobilização um desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais suspendeu a decisão da vara agrária regional, dando ganho de causa para as famílias acampadas (MST, 2018). Sobre o processo de reintegração de posse, em nota enviada ao jornal Sul21 (2018, não-paginado):

[...] o MST argumenta que: se o motivo for apenas a criminalização da luta por terra no país, fruto de um movimento de extrema-direita que levou à presidência Jair Bolsonaro (PSL), haverá resistência. “É sabido que a veia fascista do projeto eleito ao governo do Brasil vai intensificar o uso da máquina do Estado para criminalizar e segregar o povo sem-terra, assim como fará nas comunidades urbanas. Mas o povo brasileiro é corajoso e forte. O MST enfrentou a ditadura militar desde o nascimento. É com essa história e essa coragem que as famílias do Quilombo Campo Grande irão resistir.”

Com a eleição de Jair Bolsonaro ao governo federal e Romeu Zema ao

governo de Minas Gerais em 2018, aprofunda-se ainda mais a repressão aos movimentos socioterritoriais como um todo (PEREIRA; ORIGUÉLA; COCA, 2021); também se intensificaram os conflitos na área do APQCG a partir da chegada ao poder da extrema-direita pós-fascista e Ultraliberal (FERNANDES *et al.*, 2020).

O trato com a QA brasileira foi duramente impactado pelas políticas anti-ambientalistas destes governos (Zema e Bolsonaro), haja vista que “[...] mais do que nunca, as dimensões agrária e ambiental estão conectadas em prol de um projeto de país que visa a manutenção da tríade latifúndio, monocultura e exploração do trabalho” (PEREIRA; ORIGUÉLA; COCA, 2021).

O governo Bolsonaro se baseou no desmonte e na destruição de políticas públicas criadas em governos anteriores:

Um dos exemplos são os drásticos cortes orçamentários em todas as pastas, inclusive em tempos de pandemia. São cortes orçamentários no INCRA, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e em diversas instituições de pesquisa, que são cruciais para formulação de políticas públicas no país, dentre estas destacamos os intensos desmontes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso tem resultado diretamente na flexibilização de políticas de controle do desmatamento. Além disso, a militarização começa a fazer parte do cotidiano destes órgãos, justamente com o objetivo de promover o avanço radical do agroextrativismo (FURTADO, 2021) (PEREIRA; ORIGUÉLA; COCA, 2021, p. 17).

O desmantelamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem ocorrido por meio de atos normativos com interrupções de processos desapropriatórios, redução do orçamento e diversas medidas administrativas como a nomeação de pessoas que são contra a reforma agrária. Para exemplificar, as superintendências regionais receberam orientações determinando a interrupção de todos os processos para compra e desapropriação de terras. De início, cerca de 250 processos em andamento foram suspensos, ato considerado como primeiro passo para interrupção da Reforma Agrária. O INCRA tem atuado apenas na segunda etapa da reforma agrária, que é a legalização de terras já desapropriadas e emissão de títulos definitivos de posse da terra. A política de criação de assentamentos da Reforma Agrária, fruto de décadas de luta de milhares de famílias sem-terra, estão agora disponíveis à reconcentração fundiária uma vez que a titularização de terras tem se constituído numa política das gestões Temer e Bolsonaro, atingindo o pico em 2017 quando foram expedidos 26.523 Títulos de Domínio e 97.030 Contratos de Concessão de Uso, o que supera a soma dos últimos dez anos. Em 2019, foram emitidos 852 títulos definitivos e 14.868 contratos de concessão de uso de janeiro a setembro (REPÓRTER BRASIL, ed. 11/09/2019) (FERNANDES *et al.*, 2020, p. 345).

Atrelado ao avanço violento do latifúndio-agronegócio e da mineração (legale ilegal) sobre terras devolutas e/ou acampamentos, assentamentos, terras indígenas e áreas de quilombo, dada a repressão aos movimentos socioterritoriais do campo, apenas 43 ocupações de terra ocorreram em 2019, o número mais baixo desde 1990 (FERNANDES *et al.*, 2020). Quanto aos assentamentos, apenas dois territórios quilombolas foram criados, ainda assim, suas áreas já haviam sido destinadas para fins de reforma agrária anteriormente pela justiça (SANTOS *et al.*, 2021).

Como destacado por Sauer na década de 2010, as estratégias formuladas por políticos e frações do agronegócio “[...] se constituem em artifícios para liberar terras para a expansão agropecuária e extração de recursos naturais (minérios, madeira, água, energia etc.) resultando na constante negação de direitos territoriais (ALMEIDA, 2011)” (2013, p. 172). Este é um exemplo de como a acumulação por espoliação, discutida por nós anteriormente, é constante no processo de produção e desenvolvimento capitalista, principalmente em economias dependentes, se intensificando em conjunturas políticas que privilegiam o capital em detrimento dos movimentos socioterritoriais.

Com a chegada ao poder da extrema-direita os conflitos no campo passam a ser tratados cada vez mais desde a lógica das frações burguesas rentistas e/ou vinculadas ao latifúndio-agronegócio, o que também se deu na realidade de Campo do Meio:

Em agosto de 2020, durante a crise sanitária gerada pela pandemia de COVID-19, houve mais um embate na luta por terras em Campo do Meio, desta vez com a reintegração de posse de parte das áreas do “Quilombo Campo Grande”, incluindo a área onde se localizava a escola popular Eduardo Galeano. O despejo do Acampamento Quilombo Campo Grande, no Sul de Minas, foi o mais longo do século XXI no Brasil. Uma operação programada para começar e terminar na manhã da quarta-feira (12), tornou-se uma saga que deixa profundas marcas nas lutas sociais do estado. Por 56 horas, famílias Sem Terra resistiram pacificamente à pressão da Polícia Militar, dia e noite, no meio de uma estrada, sob o sol forte e o frio da madrugada, respirando poeira e ouvindo ameaças. Durante o despejo, a Polícia Militar utilizou violência física e psicológica contra as famílias camponesas. Utilizando bombas de efeito moral, um grande contingente policial, armamento pesado e inclusive, um helicóptero para jogar poeira e fuligem sobre as famílias Sem Terra. Além disso, a Polícia também destruiu a Escola Popular Eduardo Galeano, que servia para a promoção da educação de crianças, jovens e adultos do acampamento (MST, 2020, não-paginado).

O contingente policial destacado para a operação contou com cerca de 700 policiais, veículos blindados e um helicóptero; durante o processo 14 famílias foram despejadas, sendo 36 pessoas, das quais 16 eram crianças (MST, 2021). A violência psicológica e física empregada contra o campesinato durante o processo de despejo deixa claro o teor neofascista dos governos de Zema e, principalmente, de Bolsonaro, no trato com as questões sociais, da qual destacamos a QA.

É necessário apontar quais são os interesses que fundamentam esse tipo de decisão judicial e, principalmente, a violência utilizada contra os movimentos socioterritoriais. Enquanto os movimentos golpistas de extrema-direita (leia-se neofascistas) são tratados com complacência pelas instituições de “segurança”, como na ocasião da invasão e depredação da Praça dos Três Poderes em Brasília, no dia 08 de janeiro de 2023, os movimentos populares são massacrados e oprimidos. Essa característica das instituições e do próprio Estado brasileiro serão melhor discutidas logo afrente. As áreas despejadas, antes territórios camponeses produtores de diversidades, transformaram-se em monoculturas de soja e sorgo controladas por empresas vinculadas ao agronegócio da região.

Além disso, a escola Eduardo Galeano, que havia funcionado em caráter oficial entre o final de 2016 e começo de 2019, quando foi fechada por ordem dos governos municipal e estadual (na figura de Romeu Zema), acabou sendo demolida pela Polícia Militar durante o despejo. Fato este que impacta diretamente a dinâmica do território do “Quilombo Campo Grande”, na medida em que, além dos processos de alfabetização lá desenvolvidos, ela se configurava enquanto espaço de formação política e cultural da comunidade.

A respeito da escola Eduardo Galeano, destacamos que esta:

[...] se localizava dentro das terras da ex-usina Ariadnópolis, bem em frente ao seu parque industrial, na fronteira com o latifúndio. Após a ocupação e reforma do prédio a escola passou a receber diversos tipos de cursos de formação enquanto o setor de educação do MST em Campo do Meio tomava as providências para que a escola pudesse passar a funcionar em caráter oficial. Em 2016 as negociações com a Secretaria de Educação (SEE-MG) e a superintendência regional de ensino de Varginha-MG resultaram na aprovação de duas turmas de EJA (na modalidade de ensino fundamental), no período noturno, e de uma turma de sexto ano do ensino regular, no período vespertino. O início das aulas fora marcado para setembro do mesmo ano. Contudo, para que pudesse funcionar, a alternativa encontrada foi que a escola Eduardo Galeano se constituísse como um anexo da Escola Estadual Doutor José Mesquita Netto, localizada na cidade de Campo do Meio (SANTOS, 2020, p. 57-58).

Agora as crianças, jovens e adultos da comunidade, para terem acesso à educação, precisam se locomover por quilômetros até o centro urbano de Campo do Meio. Como abordamos em trabalhos anteriores (MARTINS *et al.*, 2021; SANTOS, 2020), o fechamento da escola implica em diversos entraves para a comunidade, tal qual maiores dificuldades para a superação do analfabetismo, perda de identidade cultural e maiores dificuldades para a formação política da comunidade e para o controle do território.

O fechamento da escola, como abordado em nossa monografia (SANTOS, 2020), se deu a partir de um processo político e não com base em critérios educacionais ou de “resultados” da escola. A questão foi que a prefeitura de Campo do Meio se colocou, desde o início, como contrária à abertura da escola em caráter oficial, muitas vezes não enviando nem a merenda e nem os ônibus escolares para o transporte dos educandos que residiam na área dos acampamentos.

Somou-se a isso o fato de que Romeu Zema foi eleito governador de Minas Gerais, aprofundando ainda mais o modelo de educação em bases Ultraliberais, além de seu trato neofascista com relação aos movimentos socioterritoriais. Em conjunto, os governos municipal e estadual utilizaram o argumento da necessidade de redução de gastos para avançarem com o fechamento da Escola Popular Eduardo Galeano.

Parte da violência sofrida pelos camponeses não é ocasionada pelo embate direto com os latifundiários, ela é oriunda de instituições estatais: por meio da judicialização da luta pela/na terra e da ação desmedida e desproporcional da Polícia Militar nos processos de reintegração de posse.

Porém, isso não significa que o campesinato do “Quilombo Campo Grande” não sofra diversos tipos de violência por parte de capangas/jagunços ligados aos latifundiários da região (muito pelo contrário), mas sim que o judiciário se constitui enquanto um braço repressivo por excelência do latifúndio/agronegócio na região. O processo de reforma agrária em Campo do Meio é impactado pela lógica de judicialização (FERNANDES, 2001), ou seja, no uso do judiciário, por parte das elites locais e regionais, para impedir a conquista de terras e direitos pelos movimentos camponeses.

Com isso, podemos destacar o papel que o Estado desempenha para a reprodução do capital e para a garantia da subsunção do campesinato ao modelo de desenvolvimento territorial do latifúndio/agronegócio, bem como para a manutenção

da classe trabalhadora em uma situação onde nem mesmo seus direitos básicos são respeitados, como o acesso à educação.

Figura 11 – Crianças “sem-terrinhã” de Campo do Meio protestando com cartazes contra a ordem de despejo e a demolição da Escola Popular Eduardo Galeano em 2020



Fonte: MST (2020b).

Essa questão está alicerçada na própria configuração do Estado moderno dentro do modo de produção capitalista: o Estado “[...] não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2015, p. 42).

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2012, p. 213).

Eis, expressa com toda clareza, a ideia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis (LÊNIN, 2021, p.27).

Soma-se à tendência geral de formação dos Estados modernos e seu objetivo central, a contenção dos antagonismos de classes, como descrita pela tradição marxista-leninista nos trechos acima, a própria forma de desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista no Brasil.

Como destaca Fernandes (2005, p. 210), o desenvolvimento da burguesia brasileira não se deu como nos países centrais do capitalismo, ou seja, a partir do embate com as oligarquias e as aristocracias rurais; ao contrário, o desenvolvimento da burguesia nacional é permeado por uma dialética entre o “velho” e o “novo”, uma união *sui generis* entre aristocracias e oligarquias rurais com a própria burguesia. Daí o fato de a propriedade privada da terra ser tratada pelas burguesias brasileiras enquanto algo intocável, não cabendo (em sua visão) ao Estado atuar para a modificação dessa realidade. Apesar do discurso, esse mesmo Estado foi (e segue sendo) apropriado por estas mesmas burguesias para a garantia da manutenção e expansão de seus territórios e de seu modelo de desenvolvimento territorial (LINHARES; SILVA, 2021).

O que estamos buscando destacar é que o antagonismo de classes é um dado concreto de qualquer sociedade onde impere o modo de produção capitalista. No caso da formação social brasileira este antagonismo é expresso no campo pelas diferenças entre o modo de produção capitalista e os modos de produção não- capitalistas, como discutido por nós anteriormente. No caso da formação espacial brasileira isso significa que existe uma conflitualidade entre modelos de desenvolvimento territorial antagônicos que não pode ser cessada dentro do marco do modo de produção capitalista, justamente porque este necessita de uma expansão territorial constante, por meio de processos de expropriação, de subsunção da renda da terra camponesa e de apropriação do trabalho assalariado pelo capital (OLIVEIRA, 2007).

Se o capital não necessita da total expropriação ou destruição do campesinato (e de seus territórios) para sua realização e ampliação, por outro lado, o uso das forças repressivas de Estado é fundamental para a manutenção do controle político e econômico frações burguesas, o que, na prática, também implica na manutenção do controle do território em todas as suas escalas, seja enquanto espaço de governança ou enquanto propriedade. É por isso que o uso da violência por parte de agentes ou instituições do Estado é tão comum no trato da QA nacional desde os seus primórdios,

independentemente de qual governo está no poder: a violência institucional é o freio de emergência das burguesias agrárias e rentistas (nacionais e internacionais) quando do avanço da classe trabalhadora no sentido da construção de sua autonomia. Autonomia esta que, no caso do campesinato, deriva diretamente de sua libertação da relação capital-trabalho a partir da posse de um território próprio, mesmo que este não seja suficiente para o campesinato alcançar a emancipação em sua totalidade.

Reside aí, no caráter de classe do Estado moderno brasileiro, a impossibilidade de superação da violência contra o campesinato e seus territórios dentro dos marcos do que Lênin (2021) denomina enquanto democracia burguesa. Mesmo que algumas medidas conjunturais, como as políticas agrárias desenvolvidas nos governos do PT, possam ser capazes de amenizar as contradições e fomentar o desenvolvimento dos territórios camponeses, em momentos de crise econômica e/ou política a postura adotada pelas frações burguesas (historicamente e contemporaneamente) será sempre a de destruição das conquistas populares realizadas a duras penas e o avanço contra os territórios camponeses e não-capitalistas.

Portanto, compreendemos que a utilização de estratégias políticas que abarquem a conciliação de classes antagônicas enquanto maneira para a implementação de uma reforma agrária ampla (seja ela clássica, popular ou radical) jamais será efetiva. O grande número de despejos realizados em Campo do Meio durante os governos do PT é exemplo disso. Se a gênese e a natureza da burguesia nacional estão assentadas na concentração fundiária, como esta veria uma reforma agrária capaz de alterar as estruturas que garantem seu poder político e econômico enquanto uma política favorável a seus interesses?

Qual o interesse do latifúndio-agronegócio em políticas de reforma agrária que não se limitem à regularização fundiária de áreas griladas ou à implementação de reformas agrárias de mercado, voltadas para a reinserção de terras reformadas no mercado? Até mesmo a desapropriação de terras reproduz o capital, na medida em que elas são pagas com Títulos da Dívida Agrária (DELGADO, 2005, p. 72-73), pagamento este que premia os donos das terras em litígio ao invés de puni-los. Portanto, a conciliação de classes com setores do latifúndio-agronegócio para fins de implementação de políticas de reforma agrária, ao nosso ver, não se apresenta enquanto uma alternativa viável, dado o histórico da luta por reforma agrária no Brasil e os limites que essas conciliações apresentaram (FERNANDES, 2013; LINHARES; SILVA, 2021; OLIVEIRA, 2011).

Não procuramos jogar no lixo todas as conquistas e políticas realizadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e, principalmente, pela pressão dos movimentos socioterritoriais de luta pela/na terra, mas sim apresentar seus limites.

Essas conquistas e políticas produzidas ao longo de décadas com muito trabalho da sociedade civil e movimentos socioespaciais/territoriais foram rapidamente desestruturadas (SANTOS *et al.*, 2021) após o golpe jurídico-midiático-parlamentar contra a ex-presidenta Dilma Rousseff.

Neste sentido, somente a organização da classe trabalhadora em oposição aos interesses das burguesias nacionais e internacionais pode ser capaz de levar adiante um processo de reforma agrária realmente efetivo, ou seja, que atue na modificação da estrutura fundiária (WEISHEIMER; ARAÚJO; LEHER, 2022), como o próprio programa de RAP propõe (MST, 2013). Dialeticamente, com a conquista/control e mediação de espaços e territórios o movimento aumenta sua força política, sua organicidade e a formação teórica e prática de seus quadros. Com isso, abre possibilidades para a construção de alternativas para as políticas de assentamento e reforma agrária implementadas no país.

A conciliação de classes com o latifúndio-agronegócio não promoveu e nunca promoverá uma reforma agrária capaz de modificar as estruturas territoriais de poder político e econômico no Brasil. Apesar de não serem capazes de alterar as estruturas fundiária, política e econômica, tais políticas de assentamento e reforma agrária abrem espaço para que o campesinato explore as contradições desses processos, permitindo sua reprodução social, econômica, política e territorial. A partir daí torna-se mais possível a construção de um horizonte de fato reformista capaz de incidir sobre a organização da classe trabalhadora rumo à superação do modo de produção capitalista e da QA nacional.

É importante destacar que além das disputas com os representantes da ex-usina Ariadnópolis, o processo de conflitualidade pelo controle das terras envolve o conflito com um dos maiores produtores individuais de café do mundo (COCA *et al.*, 2019). Sua propriedade faz fronteira com alguns dos acampamentos e este latifundiário tem interesse direto no controle de parte das terras, como ficou explicitado em 2018 no processo de tentativa de despejo.

A Ação Reintegratória de Posse nº 0024.11.188.917-6 foi requerida em 2011 pela massa falida da Capia, antiga administradora da Usina Ariadnópolis Açúcar e Alcool S/A. Parado na Justiça por cinco anos, o processo ganhou força após a homologação, em 2016, o plano de recuperação judicial da Capia. A empresa faliu em 1996 sem pagar os direitos trabalhistas de seus funcionários – alguns não tiveram a baixa na carteira de trabalho até o momento, assim como a rescisão, FGTS e INSS. Aproximadamente 140 das famílias do Quilombo Campo Grande são de ex-empregados ou filhos de ex-empregados da Capia. O argumento da empresa é de que um investidor estaria disposto a garantir a produtividade do terreno (MST, 2019, não-paginado).

A notícia acima, veiculada pelo MST acerca do processo judicial que buscava a reintegração de posse de parcela do acampamento Quilombo Campo Grande em 2018-19, destaca a disposição de um investidor local em arrendar parte das terras em disputa. Ocorre que o investidor em questão era justamente o latifundiário responsável por uma das maiores plantações de café do mundo: João Faria. Este buscava arrendar as terras visando a ampliação de sua plantação de café, tanto o sujeito em questão quanto a CAPIA (Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo) argumentavam que na área em disputa judicial não haviam famílias residindo e nem produção de alimentos, o que foi desmentido durante o processo judicial.

Atualmente a prefeitura de Campo do Meio é gerida pelo Partido Social Democrático (PSD), não apresentando tantos embates com os camponeses e, de certa forma, estabelecendo relações de ajuda com o movimento. Essa ajuda vai no sentido de auxílios na área da saúde e a disponibilização de um técnico agrícola para atuar nas áreas dos acampamentos. Também houve o interesse da prefeitura em desapropriar por fins de interesse social uma parte da área da ex-usina para construção da nova escola Eduardo Galeano, o que o movimento não aceitou, temendo que outro governo possa reverter.

Após termos elencado alguns elementos que configuram o processo de conflitualidade entre campesinato, Estado e latifúndio/agronegócio em Campo do Meio, traremos alguns resultados parciais sobre a organização do território do “Quilombo Campo Grande”.

5.1 CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DO CAMPESINATO NO QUILOMBO CAMPO GRANDE A PARTIR DOS DADOS DO “CENSO SEM-TERRA”

Para analisar o perfil do campesinato nos utilizaremos de alguns dados provenientes do levantamento socioeconômico e produtivo realizado pelo próprio MST em Campo do Meio, nomeado por eles de “censo sem-terra”. Como apontamos em nossa metodologia, o levantamento desses dados foi uma demanda que partiu do próprio movimento. Através do relacionamento estabelecido entre NETASA e MST, por meio das pesquisas desenvolvidas em conjunto, bem como dos projetos de extensão, o movimento verificou a possibilidade do núcleo auxiliar na elaboração e sistematização dos dados referentes à pesquisa.

Portanto, o NETASA participou do desenvolvimento da pesquisa em dois sentidos: auxiliando na formulação das questões a serem aplicadas junto aos acampados e acampadas, bem como na sistematização dos dados. A aplicação das entrevistas foi feita por membros do movimento em parceria com o Centro de

Referência em Direitos Humanos - Sul de Minas Gerais (CRDH-SUL).

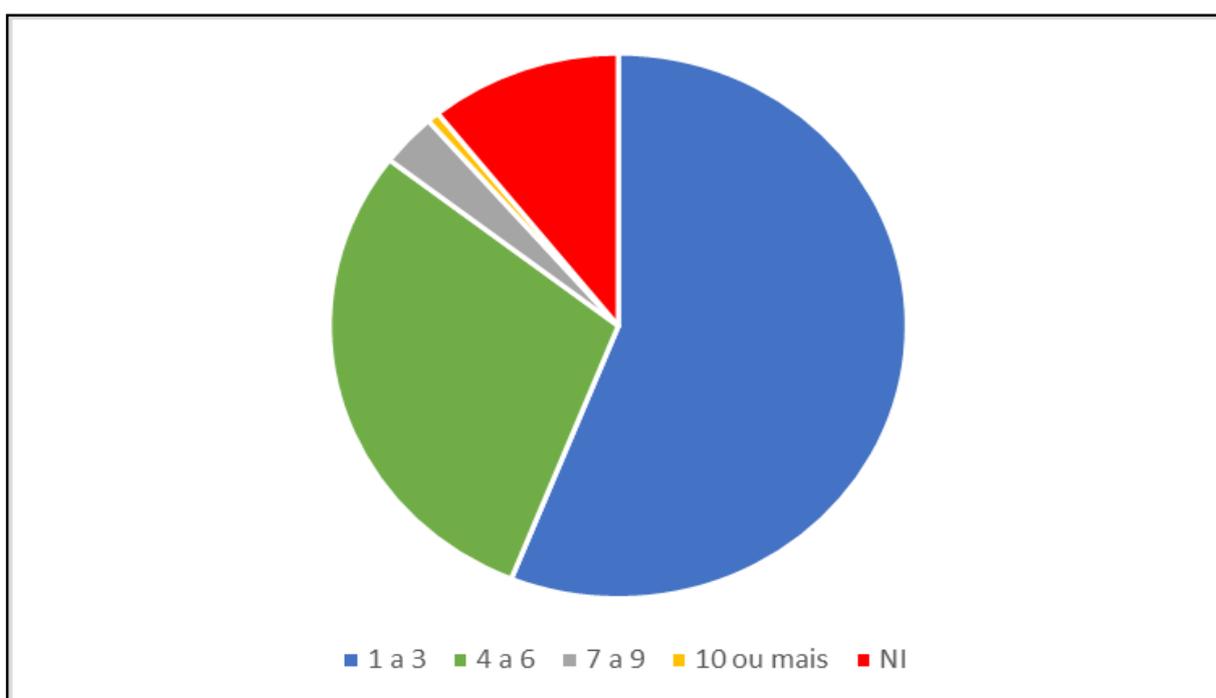
O formulário foi dividido em 5 eixos, sendo eles: 1) dados da pessoa entrevistada; 2) dados do grupo familiar; 3) infraestrutura e benfeitorias; 4) dados da produção; 5) acesso a políticas públicas e saúde.

Após o preenchimento dos formulários, aplicados em cerca de 446 famílias, estes foram digitalizados no formato *Portable Document Format* (PDF). O NETASA atuou no sentido de transformar os documentos digitalizados em tabelas no software Microsoft Excel.

Para uma melhor visualização e discussão dos resultados iremos apresentá-los de acordo com os eixos dos formulários. Sendo assim, passaremos aos resultados obtidos com o eixo 1, referente aos dados da pessoa entrevistada.

Os dados representados no gráfico 2 apontam que a maioria das famílias residentes nas áreas do “Quilombo Campo Grande” são compostas de um a três membros (250 famílias). Em seguida podemos observar a existência de 131 famílias de 4 a 6 membros, 14 famílias de 7 a 9 membros e apenas 3 famílias com mais de 10 membros. Ainda é significativa o número de famílias que não identificaram quantidade de membros por núcleo, atingindo o total de 48 casos não informados (N.I.).

Gráfico 2 – Porcentagem do número de membros por família acampada no “Quilombo Campo Grande” em 2021



Fonte: NETASA (2021). Elaborado por Estevan Coca e Leonardo Santos.

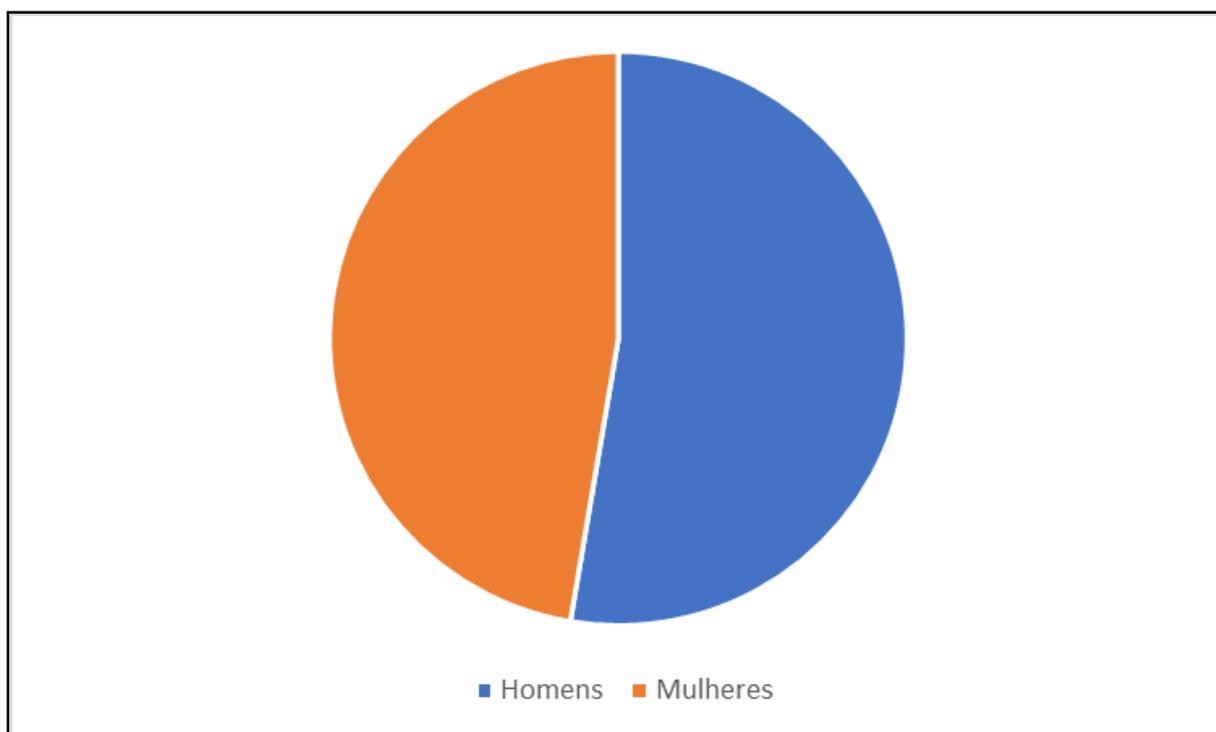
Desta forma, é possível identificar que as famílias que compõe o conjunto de acampamentos possuem a predominância de núcleos formados por duas pessoas, representando 27,8% das famílias. Se somarmos o número de famílias com até 4 membros chegaremos a um resultado de 72,4% do total de famílias acampadas. Portanto, é possível apontar que a maior parte das famílias que compõe o Quilombo Campo Grande não apresenta mais do que 4 membros.

Passaremos a apontar a divisão sexual do campesinato residente no “Quilombo Campo Grande”. Para isso, compusemos o gráfico 3, responsável por representar o gênero dos(as) acampados(as) que moravam no conjunto de acampamentos em 2021.

O gráfico 3 aponta para uma predominância de homens em relação a mulheres na composição dos acampamentos, sendo que eles representam 52,7% e as mulheres 47,3% do total de pessoas acampadas.

A partir da revisão de literatura foi possível apreender que a QA possui como uma de suas determinações a exclusão de gênero (GUEREÑA; BURGOS, 2016). Isso significa que a questão de gênero é um marcador de desigualdade, inclusive para as mulheres que vivem no campo brasileiro.

Gráfico 3 – Gênero dos(as) acampados(as) do “Quilombo Campo Grande” em 2021



Fonte: NETASA (2021). Elaborado por Estevan Coca e Leonardo Santos.

Um exemplo desse quadro é que:

[...] mesmo sendo metade da população brasileira, pouco mais de 12% das terras no Brasil são pertencentes a mulheres, o que representa cerca de 5% da área rural do país. Ainda assim, grande parte das propriedades femininas possuem áreas menores do que 5 hectares; esse quadro se mostra ainda mais complexo pois, dos produtores rurais sem posse de terra, as mulheres representam quase o dobro do número de homens (GUEREÑA; BURGOS, 2016) (XAVIER *et al.* 2021, p. 117).

Observa-se que na área do “Quilombo Campo Grande” a tendência é de predominância masculina. Mesmo nas áreas de reforma agrária as estruturas patriarcais e machistas incidem diretamente sobre as mulheres, seja em relação ao papel que estas desempenham na divisão do trabalho familiar, seja na dimensão política do movimento.

Como abordado por Xavier (2022), historicamente são delegadas às mulheres camponesas as funções de cuidado doméstico e de reprodução familiar, tal qual os trabalhos de cuidados das crianças e dos idosos. Dentro da reforma agrária essa questão se reproduz na medida em que os homens são os responsáveis por integrar, majoritariamente, as ocupações de terra em seus períodos iniciais e também os cargos políticos dentro da direção do movimento.

A desproporção de gênero no acesso à terra no Brasil reflete a todas as problemáticas do acesso às políticas públicas mencionadas anteriormente, que tardarem em chegar ao campo, principalmente nas mulheres. Elas exacerbaram como em um território ocupado pelo MST que traz em seus objetivos a igualdade de gênero e do acesso à terra, e a inclusão de gênero na luta de classes, outra conjuntura: as mulheres estão mais presentes quando incluídas junto as discussões, nas ocupações, na liderança, nas discussões políticas e na produção. Esse balanço demonstra também que o Movimento tem caminhado para um outro lado, contrário ao patriarcado-capitalista, em busca da real participação das mulheres na sociedade (XAVIER, 2022, p. 97).

Consideramos merecer maior atenção a exclusão de gênero enquanto um dos determinantes não somente da QA brasileira, como da própria estrutura geral da sociedade. Como havíamos destacado, a exclusão das mulheres das dimensões produtivas e políticas se configura enquanto um dos principais determinantes do modo de produção capitalista (SAFIOTTI, 2013; FEDERICI, 2017) e da QA brasileira (XAVIER *et al.*, 2021), na medida em que reproduz a estrutura patriarcal e as diversas violências contra as mulheres daí decorrentes.

Para se compreender esse processo de exclusão é necessário entender a raiz da exclusão feminina nas tomadas de decisão em esferas produtiva e a política enquanto parte mesma do processo de reprodução capitalista:

[...] o patriarcado e o racismo, origens da opressão/dominação por gênero e raça, são históricos e antecedem ao sistema capitalista. Todavia, quando o modo de produção capitalista ascende, não rompe com essas opressões, e as intensifica para acumulação do capital, em um nó patriarcado-racismo-capitalismo (SAFIOTTI, 2013) (XAVIER *et al.*, 2021, p. 110).

As contradições que permeiam a exclusão das mulheres camponesas das esferas de tomada de decisão são, portanto, as mesmas que se reproduzem a partir da hegemonia das relações sociais capitalistas patriarcais.

Dentro do campesinato estas contradições não deixam de existir, mas passam a ser elementos de potência para a transformação e para a luta do movimento e dessas mulheres. Exemplo disso é a formação de um grupo de mulheres por parte das camponesas do Quilombo Campo Grande: o grupo de mulheres “Raízes da Terra”. A partir deste grupo elas passaram a tomar consciência da necessidade de possuírem cada vez mais voz nos espaços de tomada de decisão política, bem como nos espaços produtivos (XAVIER, 2022). Com a formação do grupo há cerca de 10 anos, as camponesas criaram uma horta de plantas medicinais e passaram a realizar cursos de formação política e especializações técnicas para a produção e venda de produtos fitoterápicos, bem como de alimentos processados (goiabada, extrato de tomate, entre outros).

Portanto, a questão de gênero também impacta negativamente as áreas de reforma agrária, porém através do controle do território e das territorialidades a partir daí desenvolvidas, como no caso do coletivo de mulheres “Raízes da Terra”, o campesinato propõe formas para a superação dessas contradições.

A desigualdade numérica entre homens e mulheres no conjunto de acampamentos (ver gráfico 3) e o machismo estrutural que se faz presente no campo se constituíram em potência transformadora que se materializa, no “Quilombo Campo Grande”, em sua importância nos espaços de tomada de decisão política, na reconstrução da Escola Popular Eduardo Galeano e na criação de uma agrofloresta e de uma horta de plantas medicinais.

Ou seja, a partir da segregação gerada pelo patriarcado fomentou-se um processo de empoderamento feminino que influencia diretamente o território do “Quilombo Campo Grande” e, conseqüentemente, a territorialidade do campesinato em Campo do Meio, ao alterar as formas de uso e organização de seus territórios (FERNANDES, 2008a, 2008b).

Ao passo que o território e seus usos vão sendo modificados objetivamente pela construção do coletivo de mulheres, a subjetividade destas também vai sendo alterada no sentido de compreender sua importância para a construção da RAP.

Além disso, as mulheres que compõem grupo “Raízes da Terra” se utilizam da espacialidade enquanto um dos elementos de promoção da luta pela RAP, reforçando

a importância do entendimento das ações dos movimentos a partir de uma perspectiva socioespacial/territorial.

Um exemplo do uso do espaço enquanto forma de fomento dos ideais e propostas da RAP, não somente em espaços rurais, foi a doação de mudas de árvores pelo MST de Campo do Meio para a prefeitura de Alfenas-MG. Em uma ação conjunta entre prefeitura e o movimento criou-se um bosque em homenagem à Marielle Franco, em razão do aniversário de seu assassinato (FIGURA 12). Antes do plantio das árvores as camponesas do coletivo “Raízes da Terra” realizaram uma mística, na qual discutiram a importância do feminismo e da reforma agrária para a luta da classe trabalhadora tanto no campo como nas cidades. Neste sentido, entendemos que as ações que envolvem a promoção da RAP vão além daquelas realizadas no campo, se espacializando nos centros urbanos, a partir da apropriação, mesmo que momentânea, desses espaços como forma de conscientizar sobre a importância da reforma agrária para a classe trabalhadora urbana.

Figura 12 – Ação de plantio de mudas de árvores pelo coletivo de mulheres “Raízes da terra” em Alfenas-MG no ano de 2022



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Outro exemplo do uso da espacialidade por parte do movimento foi a realização da IX Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (IX JURA) no campus da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), em junho de 2022.

A IX JURA foi organizada pelo MST em parceria com a UNIFAL-MG, a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e os Institutos Federais campus Machado e Poços de Caldas.

O evento, intitulado “RAP e projeto de país”, contou com a realização de uma feira de produtos agroecológicos da reforma agrária (FIGURA 13) dentro do campus sede da UNIFAL-MG, bem como com uma roda de conversa ministrada por duas mulheres do coletivo “Raízes da Terra”, com o mesmo tema do evento (FIGURA 14). Por fim, no período da noite, ocorreu uma mesa redonda com transmissão virtual intitulada “Qual a contribuição das instituições de ensino nos processos de construção da RAP e de um projeto de país?”, na qual participaram representantes do MST e professores e professoras da UNIFAL-MG, da UFJF e da UFVJM.

Entendemos que as ações realizadas no contexto da IX JURA possuem sua importância no sentido de gerar apropriações do espaço geográfico enquanto forma de promoção dos valores e ideais da RAP. Daí a importância do espaço, mais especificamente do espaço urbano, para os movimentos camponeses (FERNANDES, 2005a).

Por isso, nos parece ser mais vantajoso para a Geografia tratar dos temas que concernem os movimentos sociais a partir dos conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

É a partir da apropriação do espaço, do seu uso enquanto ferramenta de exposição de seus preceitos políticos e ideológicos, que os movimentos camponeses conseguem pautar sua importância para a sociedade. Com isso, atuam no sentido de fortalecer a dimensão imaterial de seus territórios:

O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. [...] A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção material. Essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais (FERNANDES, 2009, p. 211).

Por meio da apropriação do espaço, no caso específico da feira de produtos agroecológicos, da venda de seus produtos, o campesinato também favorece sua territorialização, na medida em que a renda dos produtos comercializados é revertida para a reprodução econômica das famílias acampadas.

A partir da feira o campesinato demonstra para a sociedade a diversidade de alimentos produzidos nas áreas de reforma agrária, no sentido de desmistificar a imagem passada pelos meios de comunicação hegemônicos acerca do movimento. Sua importância é ainda maior se pensarmos que a feira foi realizada em um espaço tradicionalmente marcado pela exclusão das classes trabalhadoras, como as universidades (ADOUE, 2014; CALDART, 2014).

Figura 13 – Produtos comercializados na feira agroecológica da RAP, ocorrida em ocasião da IX JURA na UNIFAL-MG, em 2022



Fonte: Fotos cedidas por Rodrigo de Paulo (2022).

Neste sentido, a apropriação de espaços ligados à reprodução do capital, como as universidades, permite que o movimento popularize as questões e debates sobre a necessidade de uma reforma agrária nos moldes popular, fomentando seus territórios imateriais (VINHA, 2014). Através desses espaços também pauta o projeto de sociedade defendido pelo movimento e as formas de luta necessárias para alcançar tal objetivo.

Figura 14 – Roda de conversa realizada pelo coletivo de mulheres “Raízes da Terra” em ocasião da IX JURA na UNIFAL-MG, em 2022



Fonte: Foto cedida por Rodrigo de Paulo (2022).

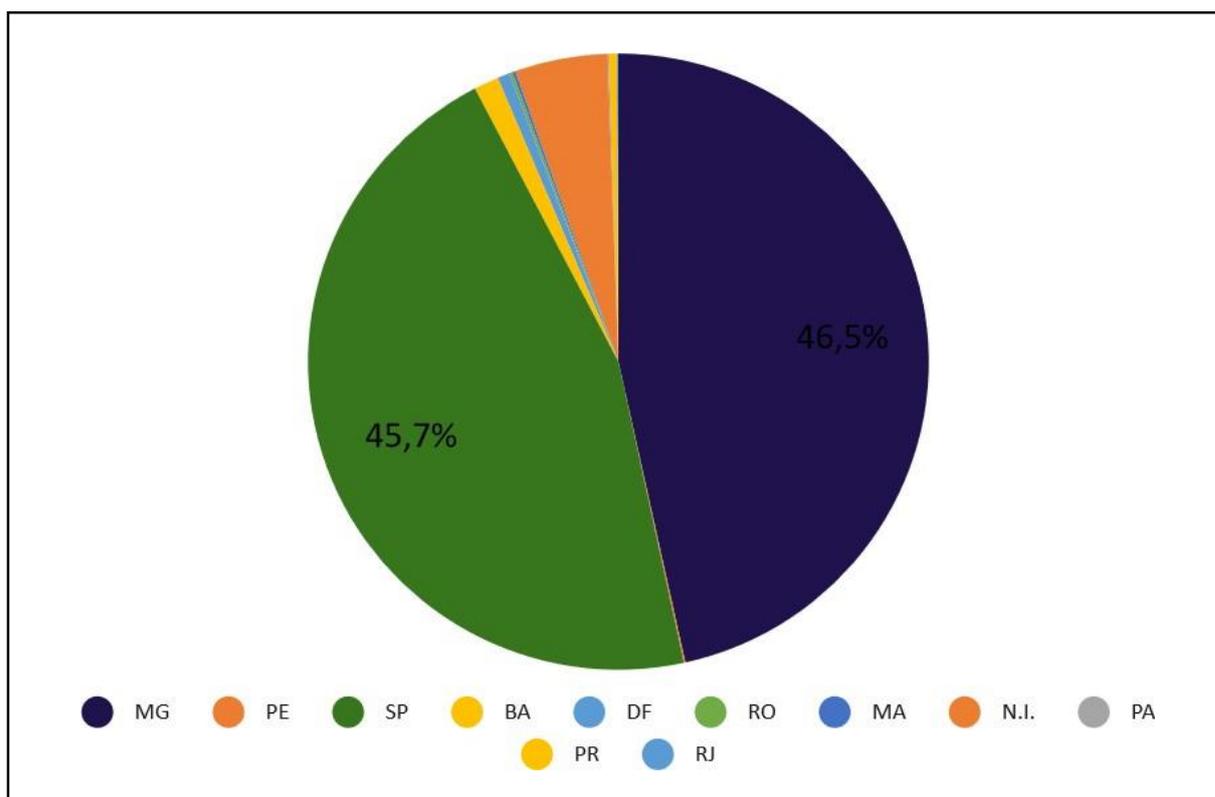
A partir daqui passaremos a destacar os dados referentes à origem dos acampados e acampadas do “Quilombo Campo Grande”, por meio dos dados do gráfico 4. Analisando este é possível identificar que a grande maioria dos acampados e acampadas (92,2%) possui enquanto Unidade Federativa de origem ou o estado de São Paulo (45,7%) ou Minas Gerais (46,5%).

Durante a sistematização dos dados observou-se uma tendência de regresso ao campo por parte de pessoas que ou foram diretamente impactadas pelo êxodo rural brasileiro ocorrido no século XX, ou de filhos(as) e netos(as) de antigos(as) camponeses(as) – pessoas estas que residiam e trabalhavam em cidades, geralmente nas periferias de grandes centros urbanos – que não necessariamente possuem

conhecimentos teóricos e práticos sobre a vida no campo e a agricultura em geral.

Assim, o regresso ao campo por parte destes sujeitos parece indicar que a RAP também se apresenta enquanto alternativa para se alcançar dignidade de vida a um grande número de trabalhadores e trabalhadoras urbanos marginalizados. Um elemento que reforça a importância da reforma agrária não somente para a população rural, mas também para a população urbana.

Gráfico 4 – Unidade Federativa de origem dos(as) acampados(as)



Fonte: NETASA (2021). Elaborado por Estevan Coca e Leonardo Santos.

O gráfico 4 parece confirmar a tese, observada durante o processo de sistematização, de que a RAP conta com um grande contingente de pessoas que saíram do campo em busca de melhores condições de vida nas cidades e agora retornam a ele. Soma-se a esse processo pessoas que não necessariamente viveram no campo, mas que veem neste espaço uma possibilidade de melhorar suas condições de vida ao saírem das periferias de cidades médias e grandes. Grande parte dos acampados e acampadas possuem como origem centros urbanos, predominantemente localizados na região Sudeste do Brasil. Ao longo do processo de sistematização, foi possível perceber uma grande quantidade de famílias acampadas oriundas de municípios como São Paulo, Campinas, Sumaré e Hortolândia.

A busca por ingressar na luta pela reforma agrária por parte desses sujeitos parece indicar que as promessas de melhora no padrão de vida que permearam o

processo de urbanização e industrialização no Brasil não foram efetivadas; exemplo

disso é o grande número de famílias antes residentes nas periferias urbanas que passam a lutar pela/na terra.

Com isso, podemos observar quais são as classes sociais que encabeçam a luta por reforma agrária (camponeses desterritorializados e trabalhadores urbanos marginalizados), como também as formas de organização produtiva e as territorialidades (conservação ambiental, produção diversificada e pautada na agroecologia) do movimento enquanto formas de reprodução do campesinato no contexto atual.

Portanto, podemos afirmar que a reforma agrária desponta não só enquanto uma alternativa para camponeses desterritorializados pelo avanço do capital, como também enquanto possibilidade para a melhoria da qualidade de vida de trabalhadores urbanos, marginalizados nas periferias das cidades brasileiras, através de diferentes usos de seus territórios (STEDILE, 2013).

As características apresentadas pela RAP parecem indicar tanto a conjuntura político-econômica atual do Brasil – marcada por uma aparente desindustrialização (STRAUSS, 2018), pela *uberização/precarização* do trabalho nas cidades (ANTUNES, 2020), e pela desestruturação das políticas agrárias voltadas ao campesinato por parte do Estado (XAVIER *et al.*, 2021) – quanto a importância da reformulação do programa agrário do MST em busca de uma nova racionalidade homem- natureza e de um modelo produtivo que busca superar as contradições da agricultura industrial, materializados nas territorialidades adotadas (MST, 2013).

Ademais, a RAP possui sua importância no sentido de propor uma nova racionalidade produtiva e uma nova forma de produção, a agroecologia. Através desta o movimento ergue uma bandeira de luta contra o agronegócio a partir de uma forma de produção e de relações sociais lastreadas na importância do feminismo, da soberania alimentar e do respeito com os bens da natureza (MST, 2013).

Ou seja, se configura enquanto uma forma de luta por autonomia do campesinato para além do acesso e permanência na terra. Os dados observados no eixo 3 e 4 parecem demonstrar a amplitude da RAP, ou seja, que a diversidade produtiva se configura enquanto elemento central dos territórios camponeses. Assim, tanto o território quanto as territorialidades do campesinato, em Campo do Meio, são marcadas pela diversidade enquanto elemento fundante para sua reprodução social, política e econômica.

Após abordarmos os aspectos que tangem a origem dos acampados e acampadas passaremos a discorrer sobre a área dos lotes nos acampamentos analisados (TABELA 2)

Destacamos que a divisão da área dos lotes foi realizada pelos próprios acampados e acampadas. Estes apontaram que, como a área ainda não se constitui enquanto um assentamento, não houve a divisão dos lotes a partir dos preceitos técnicos utilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

Portanto, acampados e acampadas, a partir de deliberação com a comunidade, delimitaram alguns aspectos a serem utilizados para tal divisão, tal como a localização do lote (próximo das margens da represa de Furnas ou longe dela), a qualidade do solo e o tamanho do núcleo familiar. Assim, forma-se um quadro de heteroneidade entre as áreas de cada acampamento, sendo que a média observada é de 6,78 hectares por lote.

Passaremos a destacar o tempo que as famílias se encontram acampadas nas áreas do “Quilombo Campo Grande”, para isso compusemos a tabela 3.

Assim como foi observado em relação à área dos lotes que compõe o “Quilombo Campo Grande”, o tempo de residência dos acampados e acampadas é altamente heterogêneo. Alguns fatores podem impactar diretamente neste quadro, tal como a dificuldade de se manter na terra gerada pela falta de políticas públicas voltadas ao campesinato/agricultura familiar (SANTOS et al., 2021; XAVIER et al., 2021).

Tabela 2 – Área média dos lotes e dos acampamentos, por hectares, no Quilombo Campo Grande

(continua)

Acampamento	Área Total	Área Média
Betinho	263,1	9,4
Chico Mendes	90,2	8,2
Fome Zero	83,61	3,9
Girassol	228,07	5,1
Irmã Dorothy	144	10,3

Tabela 2 – Área média dos lotes e dos acampamentos, por hectares, no Quilombo Campo Grande

(continuação)

Acampamento	Área Total	Área Média
Potreiro	228,85	5,2
Resistência	118,84	4,4
Rosa Luxemburgo	294,87	5,9
Sidney Dias	505,48	7,5
Tiradentes	224,14	8,3
Vitória da Conquista	178,2	6,1
Total:	2359,36	6,78

Fonte: NETASA (2021). Elaborado por Estevan Coca e Leonardo Santos.

Soma-se a isso o intenso processo de conflitualidade entre campesinato e o latifúndio/agronegócio pelo controle das terras, fato que se materializa nos inúmeros processos de reintegração de posse e ocupações ocorridos desde a década de 1990 (AMARAL, 2019).

A tabela 3 confirma uma grande dinâmica e heterogeneidade em relação ao tempo de residência das famílias nas áreas do “Quilombo Campo Grande”, onde a média de tempo residido gira em torno de 4,5 anos. Destaca-se que 19,2% das famílias ingressaram na luta pela/na terra a partir de 2016, indicando que o refluxo nas políticas públicas voltadas ao campo não foi acompanhado, necessariamente, por uma diminuição na demanda por terras. Também destacamos a grande quantidade de famílias que residem na área há mais de 15 anos, sendo que estas representam 30% das famílias acampadas, e que as famílias que moram na área há 20 anos ou mais representam 19,3% do total. Apesar da alta heterogeneidade, uma parcela considerável das famílias reside na área há um longo tempo. Entendemos que os dados da tabela 4 nos permitem apreender a existência de uma dinâmica de conflitualidade que se materializa na rotatividade de famílias nas áreas dos acampamentos. Ou seja, entendemos que a conflitualidade existente entre campesinato, latifúndio-agronegócio e instituições do Estado, por meio de processos de judicialização e de violência explícita contra os camponeses, se configura enquanto

um dos elementos desta dinamicidade. As dificuldades enfrentadas pelas famílias para se manterem na terra envolvem, portanto, a violência realizada contra o campesinato (através de ameaças de jagunços e de processos de reintegração de posse recorrentes) (SANTOS, 2020), quanto a falta de políticas públicas voltadas para a reprodução das famílias e para auxiliar na produção e no escoamento de suas mercadorias (XAVIER *et al.*, 2021).

Tabela 3 – Número de famílias acampadas no Quilombo Campo Grande e sua porcentagem, por ano de residência, em 2021

Tempo de residência na área	Número de famílias	Porcentagem
2 anos	23	5,2
3 anos	7	1,6
4 anos	10	2,2
5 anos	10	2,2
6 anos	16	3,6
7 anos	28	6,3
8 anos	28	6,3
9 anos	28	6,3
10 anos	23	5,2
11 anos	11	2,5
12 anos	13	2,9
13 anos	10	2,2
14 anos	12	2,7
15 anos	11	2,5
17 anos	10	2,2
18 anos	15	3,3
19 anos	4	2,5
Mais de 20 anos	49	8,3
N.I.	57	12,8
Total:	446	100%

Fonte: NETASA (2021). Elaborado por Estevan Coca e Leonardo Santos.

Sendo assim, o quadro de alta heterogeneidade no que tange o tempo de moradia das famílias pode ser explicado, em parte, pelos processos destacados acima, ainda mais quando levamos em consideração a tendência destes acampados possuírem como origem centros urbanos. Ao se depararem com a violência e com a falta de incentivos para a produção, muitas famílias, que pouco ou nada possuem de dinheiro/crédito e conhecimentos sobre agricultura, acabam abandonando a luta pela/na terra. A seguir, passaremos a trabalhar com o eixo 2, que abarca os dados dos grupos familiares.

O primeiro aspecto que abordaremos é a idade dos(as) acampados(as) e a porcentagem de pessoas acampadas por faixa etária. Para isso separamos a tabela 4.

Como forma de analisar os dados de faixa etária realizamos uma divisão arbitrária em três categorias: crianças/jovens (pessoas entre 0 e 19 anos), adultos (pessoas entre 20 e 59 anos) e idosos (pessoas acima dos 60 anos).

Desta forma pode-se avaliar que as crianças e jovens representam 22% da população residente no Quilombo Campo Grande; os adultos são a parcela mais representativa da população, abarcando 52% dos residentes; enquanto que os idosos 20,2%; ainda apontamos que 5,8% dos residentes não responderam sua idade, com isso classificamos os dados como “não informado” (N.I.).

Os dados apontam para uma baixa porcentagem de crianças e jovens em relação ao todo da população, fato este que pode indicar um processo largamente reconhecido na literatura como evasão da juventude em áreas de reforma agrária e no campo de modo geral (SANTOS, 2006; MELLO; SILVA, 2020).

A tendência observada é de um envelhecimento da população residente e de uma “evasão” da juventude. Este quadro é amplamente reconhecido na literatura sobre QA, sendo um fenômeno que atinge a totalidade do campo e das áreas reformadas.

Tabela 4 – Faixa etária dos(as) acampados(as) por porcentagem e número de pessoas, em 2021, no Quilombo Campo Grande

Faixa etária	Porcentagem	Nº de pessoas
Crianças e jovens (0-19 anos)	22%	277
Adultos (20-59 anos)	52%	658
Idosos (acima de 60 anos)	20,2%	254
N.I.	5,8%	74
Total:	100%	1263

Fonte: NETASA (2021). Elaborado por Estevan Coca e Leonardo Santos.

Alguns autores apontam que a predominância de pessoas mais velhas e a evasão dos jovens nestas áreas são fatores que não podem ser entendidos enquanto conjunturais, mas sim enquanto resultados diretos de questões estruturais geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo (MELLO; SILVA, 2020; SANTOS, 2006). Fatores como a falta de lazer, acesso à cultura, educação e renda despontam enquanto condições diretas para a evasão da juventude.

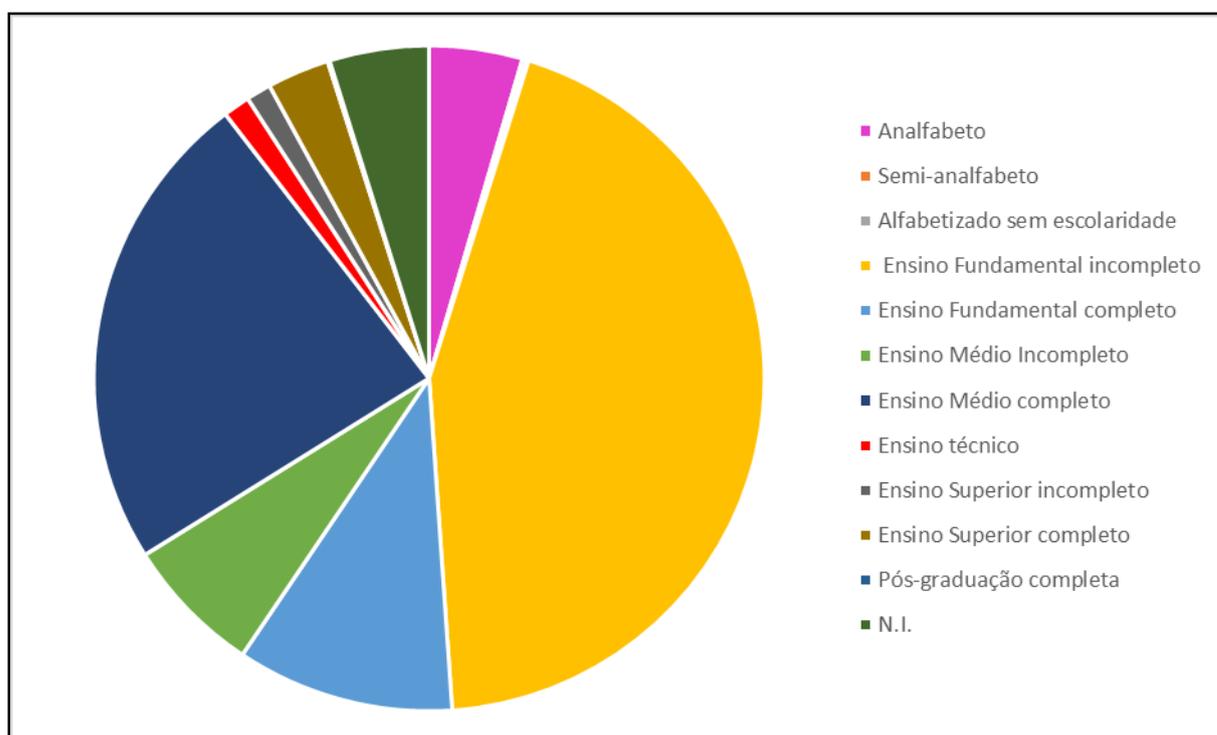
A respeito disso, Mello e Silva (2020, p. 294-295) destacam que:

Neste marco, discutimos sobre as condições que o capitalismo impõe à juventude no campo, entre elas: a posição de submissão nas relações de trabalho e a ausência da renda como maior limite na vida dos jovens; a exclusão dos jovens pela ausência de escola no campo e sua organização dual; as interpretações presentes na participação política dos jovens que geral a descredibilidade; o lazer como necessidade associada ao consumo e restrita às condições econômicas; a exclusão do acesso à terra. Estas, situam o êxodo rural o debate mais recorrente na atualidade do Brasil quando se aborda o tema juventude camponesa.

Os autores entendem que o projeto de RAP apresenta algumas possibilidades para a superação desse quadro. A primeira delas seria a inserção destes jovens na produção agroecológica enquanto forma de desenvolvimento de relações de trabalho mais autônomas; outro ponto fundamental seria a Educação do Campo enquanto ferramenta para a construção de cultura e identidades dos jovens com o campo, ao permitir a conciliação entre saber escolar e conhecimento prático (MELLO; SILVA, 2020).

Dito isso, passaremos a destacar os dados que concernem à escolaridade dos acampados e acampadas com mais de 18 anos, destacando o gráfico 5:

Gráfico 5 – Nível de instrução de acampados e acampadas do Quilombo Campo Grande com mais de 18 anos em 2021



Fonte: NETASA (2021). Elaborado por Estevan Coca e Leonardo Santos.

Um aspecto que pode vir a contribuir para a redução do número de jovens nas áreas analisadas é o fechamento da Escola Popular Eduardo Galeano, que atendia à comunidade do “Quilombo Campo Grande”. Esse processo faz com que crianças e jovens da comunidade tenham de se descolar para a cidade em busca de educação, o que favorece o processo de perda de sua identidade com o campo (SANTOS, 2020).

Também merece destaque o fato de que a desestruturação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) nos últimos anos também dificulta a superação deste quadro, haja vista sua importância para o desenvolvimento de processos educacionais em áreas de reforma agrária (MARTINS *et al.*, 2021).

A Educação do Campo apresenta ainda respostas para outro problema enfrentado pelas famílias do “Quilombo Campo Grande”, qual seja, o acesso à uma educação de qualidade e voltada para as necessidades da própria comunidade. Os dados do gráfico 5 (nível de instrução dos acampados com mais de 18 anos) apontam para um grande número de pessoas que não terminaram o Ensino Fundamental, bem como para a presença do analfabetismo.

Como já destacamos, é extremamente importante a existência de uma escola pensada pelos camponeses e para os camponeses dentro das áreas do “Quilombo Campo Grande” (SANTOS, 2020). Essa importância abarca fatores como: a exclusão social e o preconceito enfrentado pelos educandos do campo quando precisam ir à cidade em busca de estudo; a dificuldade de estes jovens e adultos em se deslocarem até a cidade, dada sua rotina de trabalho; bem como a perda da identificação com o campo ocasionada pela racionalidade, vista nas escolas urbanas, de inferiorizar o rural em relação ao urbano.

Portanto, a existência de uma escola no “Quilombo Campo Grande” é uma condição necessária para a superação das contradições acima destacadas: para a manutenção dos jovens no campo, bem como para a superação de condições ruins de escolaridade de grande parte dos acampados e acampadas. A educação é uma das dimensões fundamentais do território e para a reprodução do território camponês.

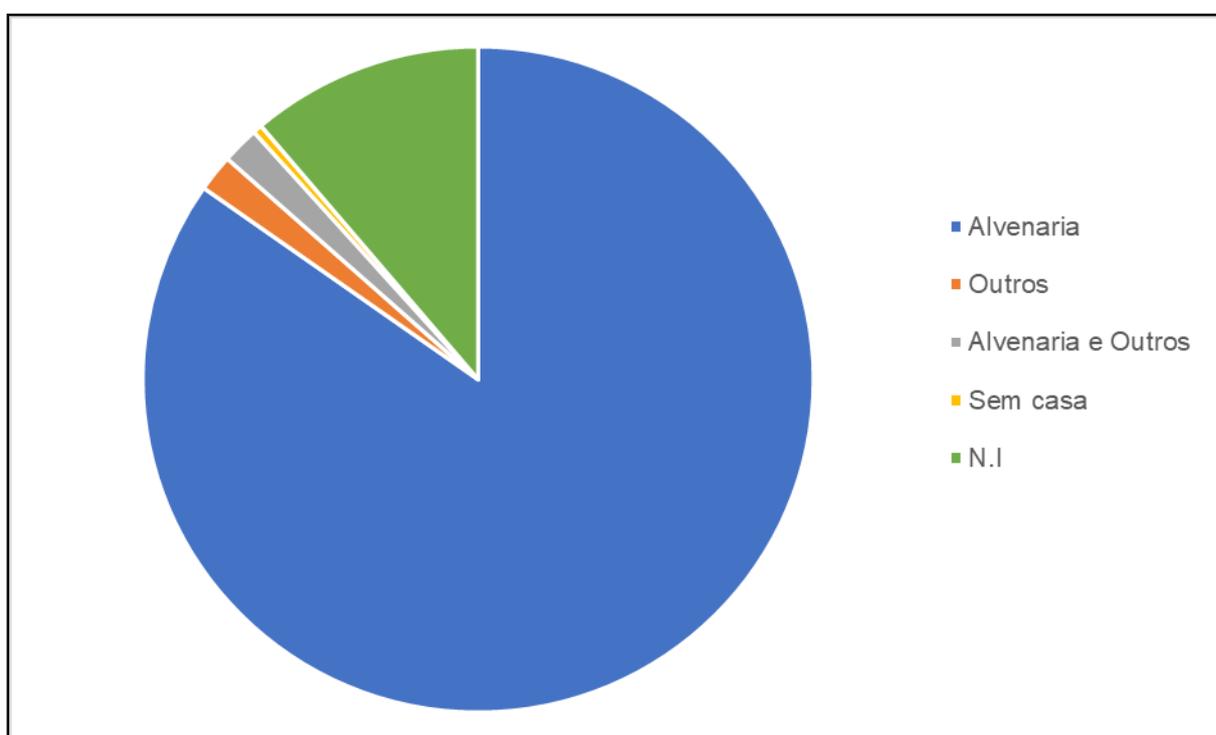
Exemplo disso é que o movimento está reconstruindo a escola popular em outra parte do conjunto de acampamentos, a qual terá um viés voltado para a formação agroecológica dos acampados e acampadas, o que será discutido de forma mais aprofundada no capítulo 6.1.

Trouxemos até então os dados do eixo 2 que entendemos ser mais relevantes, passaremos então à exposição do eixo 3.

Em relação ao eixo 3, referente à infraestrutura e benfeitorias, gostaríamos de destacar o acesso à bomba d'água, roçadeira e a posse de tratores por parte dos acampados e acampadas. Sendo assim, 75,87% dos acampados possuem bomba d'água, 2,26% não possuem e 21,86% não informaram. Com relação à posse de roçadeiras 66,33% têm acesso, 2,51% não possuem acesso e 31,15% não informaram. Quanto aos tratores 11,8% possuem, 16,6% não possuem e 71,6% não informaram.

Para destacarmos os dados referentes ao material de construção das residências dos acampados e acampadas compusemos o gráfico 6:

Gráfico 6 – Material de construção das moradias no Quilombo Campo Grande em 2021



Fonte: NETASA (2021). Elaborado por Estevan Coca e Leonardo Santos.

Por meio deste é possível observar que a grande maioria das residências (378) construídas no conjunto de acampamentos “Quilombo Campo Grande” possuem enquanto material de construção a alvenaria. Ainda existem as residências construídas com alvenaria e outros materiais (8), aquelas somente com outros materiais (como madeira e lona) (8) e dois lotes em que não há residência. Ainda se observa que 50 pessoas não informaram o material de sua residência.

Portanto, é perceptível que a grande maioria das residências (375) construídas no conjunto de acampamentos “Quilombo Campo Grande” possuem enquanto material

a alvenaria. Essa característica difere os acampamentos de Campo do Meio da maioria dos acampamentos do MST, na medida em que as moradias não são predominantemente estruturas improvisadas.

Em relação a benfeitorias, destacamos que 51 lotes possuem curral, 206 possuem galinheiro, 207 lotes apresentam estradas que cortam sua propriedade e 36 possuem tanques para a criação de peixes.

Quanto à forma de acesso à água nos lotes, apontamos que a maior parte se dá por meio de cisternas (292 lotes), seguido de poço artesiano ou semiartesiano (112 lotes) e, por fim, 51 lotes contam com a presença de nascentes em suas áreas. Ou seja, grande parte dos lotes apresenta acesso à água, elemento fundamental para o desenvolvimento da produção e para a qualidade de vida dos acampados e acampadas de modo geral.

Como destacado anteriormente, o Quilombo Campo Grande se diferencia da grande maioria dos acampamentos de sem-terras no Brasil pelo fato de ter uma duração de 27 anos. Apesar do caráter inseguro em relação à posse da terra, as famílias têm investido na implementação da infraestrutura social e produtiva (Gráfico 07). De acordo com os dados provenientes do censo aplicado pelo movimento, R\$ 8.521.727,00 foram aplicados na construção de residências de alvenaria, madeira ou mistas; R\$ 4.187.935,00 em máquinas e equipamentos agrícolas; R\$ 1.537.875,00 em benfeitorias, R\$ 421.790,00 para o acesso à água e R\$ 262,246,00 para a construção de fossas sanitárias.

Mesmo com a insegurança jurídica dos acampados e acampadas do APQCG em relação à posse da terra os dados acima demonstram como as territorialidades construídas na RAP podem vir a gerar uma expectativa de melhorias nas condições de vida e também possibilidades de geração de renda a partir do trabalho com a terra, permitindo a reprodução social e econômica das famílias.

Assim sendo, passaremos a trabalhar com alguns dados que compõe o eixo 4, referente à dimensão produtiva. Como já mencionamos, os dados não estão finalizados em sua totalidade, mas conseguem representar de maneira fidedigna, ao nosso ver, alguns usos mais importantes dos territórios no conjunto de acampamentos.

Para isso, elaboramos uma tabela (TABELA 5) visando representar a diversidade produtiva dos lotes a partir do tipo de cultura, área cultivada, número de pés, valor investido e as variedades de espécies para cada tipo de cultura.

Estes dados conseguem nos dar um panorama geral de como a diversidade produtiva é um pilar central do projeto de RAP (MST, 2013). A produção diversificada de alimentos é um elemento central no embate com o latifúndio/agronegócio,

demonstrando a possibilidade de um modelo de desenvolvimento territorial lastreado em outros princípios, tal qual a agroecologia e a soberania alimentar.

Essa diversidade apresenta sua importância em dois sentidos: garantindo o consumo de alimentos diversificados e de qualidade por parte do campesinato e a venda dos excedentes nos centros urbanos da região, atuando na geração de renda para as famílias acampadas.

Outra questão que esta diversidade atravessa está relacionada com a multiterritorialidade existente entre modelos de desenvolvimento territorial que disputam o território enquanto espaço de governança. Ao passo que o latifúndio-agronegócio apresenta suas territorialidades vinculadas a monoculturas, nos parece que uma das formas que o campesinato encontrou para resistir e lutar contra a agricultura industrial se dá justamente por meio de suas territorialidades baseadas na diversidade produtiva.

Soma-se a isso o fato de suas territorialidades são marcadas não somente pela esfera produtiva, mas também pela compreensão da necessidade de se estabelecer outras formas de relação com a natureza, a exemplo da quantidade de árvores nativas existentes na área.

Tabela 5 – Diversidade produtiva no conjunto de acampamentos “Quilombo Campo Grande”, em 2021

Tipo de Cultura	Área cultivada (hectares)	Número de pés	Valor investido (R\$)	Variedades
Café	640	1.902.343	8.529.230,00	N.I.
Árvores frutíferas	164	101.509	774.497,00	83
Lavouras anuais e hortas	988	N.I.	1.838.510,80	59
Árvores nativas	2.620	N.I.	129.525,00	109
Total:	4.412	2.003.852	11.271.762,80	251

Fonte: NETASA (2021). Elaborado por Leonardo Santos.

Outro elemento da territorialidade do “Quilombo Campo Grande” que gostaríamos de destacar é a existência de um viveiro de mudas. No viveiro são produzidas mudas de árvores nativas, plantas ornamentais e de café, bem como:

[...] constam ações como mutirões de trabalho realizados pelos camponeses acampados e assentados e projetos de extensão desenvolvidos por universidades do Sul/Sudoeste de Minas Gerais. Isso possibilita a produção de sementes utilizadas pelos próprios camponeses acampados e assentados em Campo do Meio em seus lotes, assim como por camponeses e instituições de outras regiões de Minas Gerais, a exemplo de ações de reflorestamento em áreas atingidas pelo rompimento da barragem de Mariana, em 2015 (COCA *et al.*, 2019, p. 180).

O viveiro foi criado em 2016 a partir de uma parceria entre o movimento e o governo do estado de Minas Gerais em ocasião do crime ambiental da mineradora Vale em Mariana-MG. O projeto do governo, intitulado “Plantando o Futuro”, alocou parte do dinheiro das indenizações para financiar uma série de viveiros em Minas Gerais como medida para mitigar o impacto ambiental causado pela Vale, a partir do plantio de árvores nativas em áreas degradadas por todo o estado. Atualmente, após o fim do projeto, o viveiro é mantido pela venda das mudas para pessoas físicas e instituições, produzindo e distribuindo gratuitamente as mudas para que os acampados e acampadas as utilizem tanto na recuperação de seus lotes, como também para a recuperação das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) que foram impactadas pela produção de cana-de-açúcar pelos antigos donos das terras, a ex- usina “Ariadnópolis”. Já as mudas de café são produzidas de acordo com as variedades mais rentáveis para a localidade e comercializadas com os acampados e acampadas a um valor inferior ao encontrado no mercado convencional. O café se configura enquanto uma das principais culturas produzidas no “Quilombo Campo Grande” em decorrência da inserção do conjunto de acampamentos em uma região voltada para a produção de café, o Sul de Minas Gerais (VALE *et al.*, 2019; COCA *etal.*, 2019).

Em seguida, abordaremos outro componente do eixo 4: a produção animal. Para isso, separamos a tabela 6. Os dados apontam para uma predominância de animais de pequeno porte (aves) em relação à animais de grande porte (equinos e gado), supomos que este quadro esteja relacionado com o fato de animais de maior porte serem mais onerosos financeiramente para as famílias, o que acarreta em um menor número destes em relação a aves e suínos.

Tabela 6 – Produção animal no conjunto de acampamentos “Quilombo Campo Grande”, em 2021

(continua)

Tipo de animal	Quantidade
Gado de corte	509 cabeças

Tabela 6 – Produção animal no conjunto de acampamentos “Quilombo CampoGrande”, em 2021

(continuação)

Tipo de animal	Quantidade
Gado leiteiro	437 cabeças; estimativa de 738 litros de leite por dia
Aves	14.559 cabeças; estimativa de 8.020 ovos por semana
Ovinos	142 cabeças
Suínos	621 cabeças
Equinos	157 cabeças
Abelhas	221 caixas

Fonte: NETASA (2021). Elaborado por José Roberto Salvaterra.

Ademais, gostaríamos de destacar a partir dos dados do eixo 4 os canais de comercialização utilizados por acampados e acampadas para a venda de seus produtos. Com relação a isso compusemos a tabela 7.

Tabela 7 – Canais de comercialização, por lote, dos produtos vendidos por acampados e acampadas do “Quilombo Campo Grande”, em 2021

(continua)

Canais de comercialização	Quantidade de lotes
Associação	5
Atravessador	77
Atravessador; Direta	34
Atravessador; Feira	11
Atravessador; Associação	7
Atravessador; Cestas	2
Atravessador; Cestas; Associação	1
Atravessador; Cooperativa	27
Atravessador; Cooperativa; Associação	3
Atravessador; Direta; Cooperativa	3
Atravessador; Direta; Feira	10

Tabela 7 – Canais de comercialização, por lote, dos produtos vendidos por acampados e acampadas do “Quilombo Campo Grande”, em 2021

(continuação)

Canais de comercialização	Quantidade de lotes
Atravessador; Direta; Feira; Cestas	1
Atravessador; Direta; Feira; Cooperativa	1
Atravessador; Direta; Cestas	1
Atravessador; Feira; Cooperativa	1
Autoconsumo	2
Cooperativa	36
Cooperativa; Associação	1
Cooperativa; Sindicato	1
Direta	84
Direta; Associação	1
Direta; Cestas; Feira	1
Direta; Cestas	1
Direta; Cooperativa	11
Direta; Cooperativa; Associação	2
Direta; Feira	23
Direta; Feira; Associação	1
Direta; Feira; Cestas; Cooperativa	1
Direta; Feira; Cooperativa; Internet	1
Feira	14
Feira; Associação	1
Feira; Cestas	3
Feira; Cestas; Cooperativa	1
Feira; Cestas; Cooperativa; Associação	1
Feira; Cooperativa	1
N.I	74
Outras	1
Total:	446

Fonte: NETASA (2021). Elaborado por Leonardo Santos.

Os dados da tabela acima indicam que ainda existe uma grande dificuldade da cooperativa CAMPONESA, formada no assentamento Primeiro do Sul, se configurar enquanto o principal canal de comercialização para os produtos do APQCG (XAVIER, 2022). Acerca dos limites que a produção cooperada possui no contexto da reforma agrária em escala nacional, destacam-se as dificuldades de gestão, a baixa quantidade de financiamentos públicos (seja de crédito ou maquinário) e os conflitos políticos internos (FERRANTE; BARONE; KURANAGA, 2006). No caso da cooperativa CAMPONESA, esta tem como centralidade a comercialização do café agroecológico Guaií, produzido nos assentamentos e acampamentos que compõe o APQCG. Além do café, a cooperativa também comercializa farinhas, açúcar, feijões, fubá, molho de tomate, pimentas, rapadura, doces e geleias.

Por meio da tabela 7 é possível verificar que os canais de comercialização dos produtos são diversos, apresentando 37 formas diferentes. Grande parte dos produtos é comercializada por mais de um canal, mas as formas com maior representatividade são aquelas em que acampados e acampadas comercializam por apenas um canal: a venda direta à consumidores (84 casos), venda por meio de atravessadores (77 casos) e venda por meio de cooperativas (36 casos).

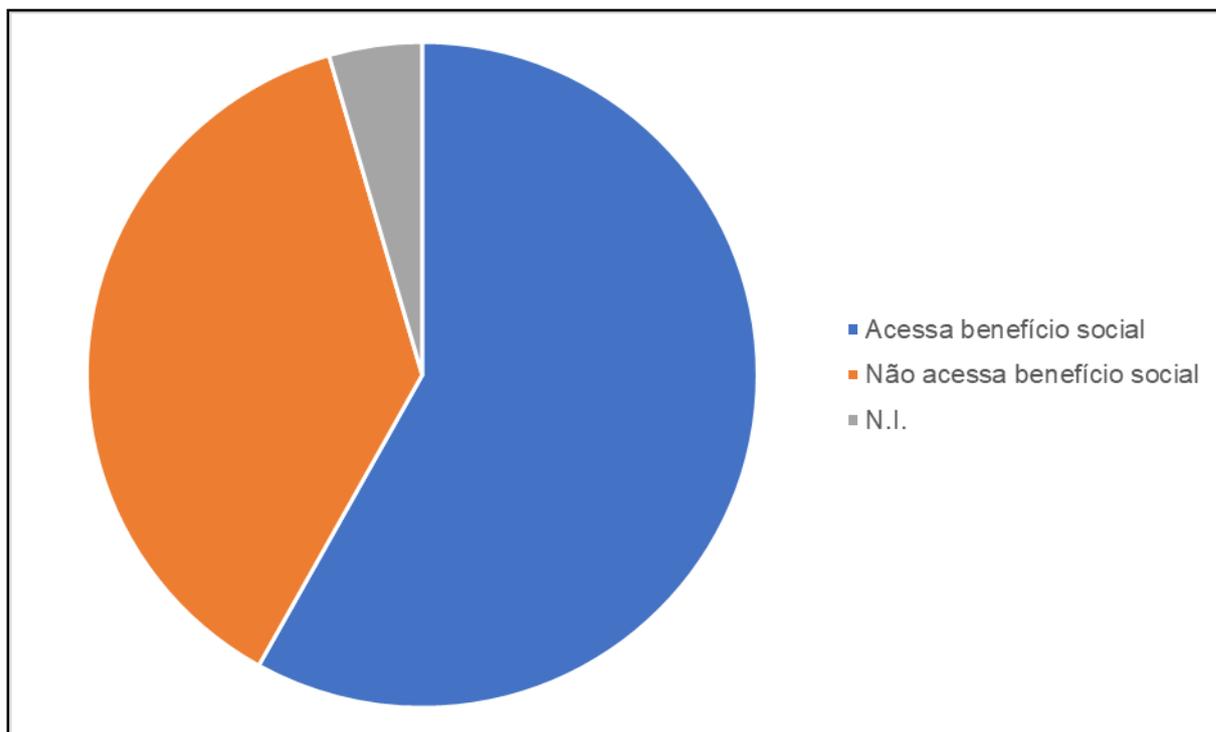
Agora passaremos ao eixo 5, referente ao acesso das famílias a políticas públicas e de saúde, iniciando as discussões desta temática a partir dos dados relacionados com o acesso à benefícios sociais por parte das famílias. Para isso compusemos o gráfico 7.

Os dados apontam que a maioria das famílias tem acesso a algum tipo de benefício social, dos quais se destacam o bolsa família, a aposentadoria e o auxílio emergencial, haja vista que a pesquisa foi aplicada durante a pandemia de COVID- 19.

O acesso a esses tipos de política pública abarca uma contradição, qual seja, de que ao mesmo tempo em que representam uma fonte de renda que permite a reprodução familiar em graus diferentes, também são indicadores de possíveis situações financeiras não muito favoráveis. Ou seja, ao mesmo tempo em que representam uma forma da família sobreviver, também são indicadores de situações econômicas pouco ou nada favoráveis.

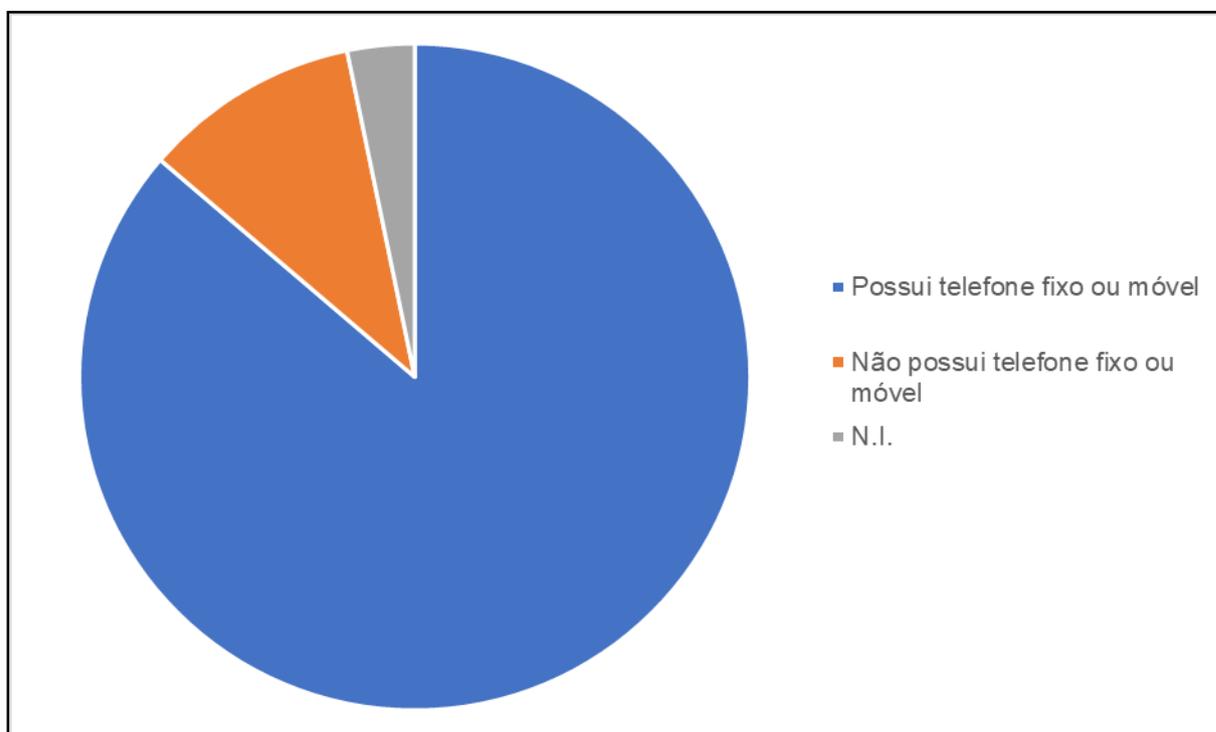
Além do acesso à benefícios sociais, outro dado importante disponível no tratamento do eixo 5 abarca o número de famílias acampadas que possuem telefone(celular ou fixo), como pode ser observado no gráfico 8.

Gráfico 7 – Porcentagem de famílias acampadas que acessam algum tipo de benefício social, em 2021



Fonte: NETASA (2021). Elaborado por Estevan Coca e Leonardo Santos.

Gráfico 8 – Porcentagem de famílias acampadas que possuem telefone fixo ou móvel



Fonte: NETASA, 2021. Elaborado por Estevan Coca e Leonardo Santos.

Por meio do gráfico 8 é possível visualizar que a grande maioria das famílias possui pelo menos um tipo de telefone em casa, quadro este que não é tão positivo se avaliarmos a quantidade de famílias que possuem acesso à internet: 53% das famílias possuem, frente à 46,3% de famílias que não possuem e dos 0,7% que acessam em outros locais que não sua casa. Mesmo que mais da metade das famílias tenham acesso, entendemos que o número de pessoas sem acesso à internet é ainda extremamente elevado, algo que pode impactar diretamente nos processos produtivos e em sua capacidade de escoar os produtos para o mercado.

Após termos discutido alguns aspectos das territorialidades, do perfil do campesinato e do APQCG, passaremos no próximo capítulo à uma discussão sobre a RAP em um sentido mais amplo. Buscaremos apresentar alguns aspectos das características políticas e territoriais deste projeto de reforma agrária, realizando uma comparação entre a teoria (o programa de RAP) e a prática (os aspectos discutidos por nós no presente capítulo sobre o APQCG).

Com isso, visamos discutir as diferenças entre as propostas de reforma agrária em seu sentido clássico e popular, como também apontar as semelhanças e diferenças entre o programa de RAP e nosso objeto de análise, o APQCG.

6 REFORMA AGRÁRIA CLÁSSICA NO BRASIL

Gostaríamos de iniciar esta discussão pontuando que existem inúmeros tipos e formas de reforma agrária ao longo da história. Via de regra os processos de reforma agrária envolvem uma ampla distribuição de terras em um curto período de tempo, por volta de 3 a 5 anos (STEDILE, 2020).

Esses processos, suas características e conceituação, são determinados por aspectos políticos, temporais e espaciais (SANTOS *et al.*, 2021). As conjunturas políticas dos países antes e durante a realização das reformas, as classes sociais envolvidas em sua reivindicação e formulação, o período histórico em que elas se dão, os espaços onde ocorrem e os territórios criados nesse processo influenciam diretamente em suas características (STEDILE, 2020; BARONE; FERRANTE; DUVAL, 2017; COCA, 2011).

As diferentes características e conceituações que a reforma agrária apresenta também são influenciadas pelo fato de que as classes sociais que pensam e/ou lutam por ela apresentam múltiplas interpretações sobre as funções que a reforma agrária deveria desempenhar (LEITE, 2013; MST, 2013). Nesse sentido, o conceito de reforma agrária pode ser entendido enquanto um território imaterial em disputa, refletindo seus condicionantes em sua territorialização e em suas territorialidades.

Dito isso, podemos pensar que não existe “A” reforma agrária, mas sim diferentes tipos “DE” reforma agrária. Em nossa perspectiva entendemos ser importante diferenciarmos dois tipos de reforma agrária a partir do contexto brasileiro: o modelo clássico e a RAP.

Como destacado por Stedile, a reforma agrária clássica pode ser entendida enquanto:

[...] aqueles programas de governo para desapropriação e distribuição massiva de terras que ocorreram durante o processo tido como “clássico” de industrialização. Esse tipo de reforma agrária foi o primeiro realizado pelo Estado burguês. Sua característica principal é o fato dessas reformas terem sido feitas com legislação aplicada por governos da burguesia industrial. O objetivo principal desses governos consistia em aplicar o direito republicano e democrático de garantir a todos os cidadãos o acesso à terra e também desenvolver o mercado interno para a indústria, com a distribuição de terras e renda aos camponeses até então desprovidos de bens (2020, p. 19).

A temporalidade dos processos clássicos envolvia uma duração curta, em média de 3 a 5 anos para sua total realização. Em relação às classes sociais que levaram esses processos adiante, a exemplo dos casos de Japão, França e Estados Unidos, este modelo representou a aliança de setores das burguesias industriais e

comerciais com o campesinato, contrários aos interesses das oligarquias rurais responsáveis por concentrar a propriedade da terra (STEDILE, 2020).

Entre as características dos processos clássicos de reforma agrária podemos destacar: a centralidade do Estado burguês enquanto agente interventor; a amplitude dessas reformas, capazes de atingir senão a totalidade, grande parte das propriedades dos países; sua curta duração temporal e; a delimitação do tamanho máximo que as propriedades poderiam ter (STEDILE; FERNANDES, 1999; SANTOS *et al.*, 2021).

Os objetivos que a realização das reformas agrárias clássicas buscava atender abarcavam o aumento do mercado interno produtor de mercadorias agrícolas e matérias-primas, bem como incrementar o mercado consumidor de produtos industrializados (STEDILE; FERNANDES, 1999). Também houveram casos de realização de reformas agrárias nos moldes clássicos como forma de conter o avanço do socialismo a partir da distribuição de terras aos camponeses (STEDILE, 2020, p. 20).

Como discutimos anteriormente, o processo de desenvolvimento histórico brasileiro não foi permeado por uma disputa pelo poder entre as frações da burguesia e das oligarquias rurais. Pelo contrário, nosso desenvolvimento se deu a partir da combinação de elementos “atrasados” e “modernos” (FERNANDES, 2005; LINHARES; SILVA, 2021).

Neste sentido, os projetos de reforma agrária nos moldes clássicos discutidos no Brasil, a despeito de suas particularidades, sempre foram alvos de enormes controvérsias (LEITE, 2013). Essas discussões se iniciam no final do século XIX com Ruy Barbosa, ampliam-se no contexto do Estado Novo e passam a repercutir ainda mais na sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1960 (SANTOS *et al.*, 2021).

Nessas discussões a realização de uma reforma agrária em seu sentido clássico seria uma questão primordial para a superação do atraso econômico brasileiro. Entre as funções que a reforma agrária clássica poderia desempenhar estaria a possibilidade de uma maior dinamização da agricultura brasileira pela modificação da estrutura fundiária. Por outro lado, isso favoreceria a industrialização pelo aumento na produção de alimentos e de matérias-primas, além do fortalecimento do mercado interno (SAMPAIO, 2013). Como discutido por nós no capítulo 4, a reforma agrária era vista enquanto forma de superação do atraso econômico a partir da potencialização do processo de industrialização.

Com o golpe empresarial-militar de 1964 coloca-se uma pedra sobre a questão a partir da repressão contra sindicatos e movimentos camponeses, da realização de políticas paliativas (projetos de colonização) e da adoção do modelo de

desenvolvimento territorial proposto pela revolução verde (LINHARES; SILVA, 2021).

Assim, a preocupação maior do novo regime não era nem econômica nem social. Do ponto de vista econômico considerava-se a entrada de capitais estrangeiros e a modernização forçada do campo (vinculação do crédito agrícola à aquisição de máquinas e implementos, em grande parte produzidos pelo capital internacional) como resposta adequada às questões referentes ao estrangulamento do processo de desenvolvimento (fornecimento de matérias-primas, alimentos etc.). Do ponto de vista social, articulava-se poderosa repressão às representações populares e à crença na articulação dos movimentos populares com uma conspiração internacional do comunismo. Dessa forma, a preocupação central do regime militar com o campo originava-se na busca da segurança e consolidação do novo modelo econômico. A visão conservadora dominante então considerava, bem ao contrário da esquerda, que a agricultura cumpria bem seu papel no desenvolvimento do país, não constituindo nenhum entrave. [...] Propunha-se, assim, uma abordagem técnica da Questão Agrária e sua despolitização, claramente explicitada na teoria do bolo, ou seja, primeiro era necessário fazer o bolo (a riqueza nacional) crescer, para então dividi-lo (LINHARES; SILVA, 2021, p. 247).

Cabe ressaltar, novamente, que este processo golpista se dá em consonância ao caráter conservador e aristocrático das burguesias nacionais, fundamentadas na concentração de poder a partir do controle de enormes extensões de terra, os latifúndios. Neste sentido, discordamos de tenha havido uma despolitização da QA, mas sim a politização desta questão a partir de um viés liberal economicamente e conservador politicamente.

A partir daí a possibilidade de realização de uma reforma agrária em moldes clássicos encontra seu fim justamente no embate com os interesses das burguesias e oligarquias nacionais. Com isso, abre-se caminho para um novo modelo de desenvolvimento territorial e econômico, baseado na internacionalização da agricultura nacional e na adoção do modelo tecnológico da revolução verde, que desembocaria na “modernização” do latifúndio e na consequente formação do agronegócio brasileiro.

O processo de modernização agrícola, ocorrido entre os anos 1960 e 1980, não “modernizou” as relações sociais e de trabalho, aprofundando ainda mais as desigualdades no campo brasileiro. Com isso, podemos caracterizá-la enquanto uma modernização conservadora (SILVA, 2003).

A compreensão do processo de modernização do campo enquanto conservador se dá pelo fato de que este, ao gerar um avanço técnico na produção agrícola, contraditoriamente resultou na ampliação da expropriação do valor produzido pelo campesinato. Além disso, esse processo se deu de maneira desigual e combinada, levando à uma maior concentração de renda, tecnologia e de terras nas mãos de poucos fazendeiros, em grande parte localizados no Sul e no Sudeste brasileiro (SILVA, 2003).

Os impactos negativos desse processo abarcaram o aumento da dependência tecnológica, o aprofundamento da degradação ambiental, a ampliação da pobreza e da dependência financeira dos agricultores e a generalização do desemprego rural (RICARDIO, 2011). Ao mesmo tempo em que ocorreu uma modernização nas técnicas, houve o aprofundamento de diversas desigualdades no campo brasileiro, processo este que vai configurando a fome, historicamente, enquanto produto das estruturas políticas, econômicas e territoriais.

Portanto, o processo de modernização agrícola no Brasil não foi capaz de tirar o país da condição de subdesenvolvimento, justamente porque essa não é uma condição meramente econômica ou produtiva, mas também política (FRANK, 1966; MARINI, 2017). As desigualdades geradas pelo modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro, a exemplo da fome, não podem ser superadas a partir de medidas conjunturais, pois a raiz desses problemas está na própria estrutura da formação espacial brasileira e no modelo de desenvolvimento territorial do latifúndio-agronegócio.

Neste sentido, como ficará mais claro ao longo deste e do próximo capítulo, o conteúdo político e geográfico (territorialidades) que tangencia o modelo de reforma agrária a ser adotado para a superação destas contradições irá ser alterado. Da necessidade de uma reforma agrária voltada para a criação de um mercado interno e para impulsionar o processo de industrialização e desenvolvimento passa-se à necessidade de uma reforma agrária que altere as estruturas territoriais de controle político e econômico e que, conseqüentemente, seja capaz de gerar um processo de desenvolvimento nacional autônomo e soberano.

Consideramos que a QA é estrutural (MARTINS, 1981; FERNANDES, 2005a), ou seja, que as desigualdades são geradas não pelas falhas do modo de produção capitalista, mas por seus êxitos. Assim, apontar as contradições geradas pelo modo de produção capitalista é fundamental. Como explicar o aumento no número de brasileiros em situação de fome e insegurança alimentar ao mesmo tempo em que o agronegócio bate recordes de produção? Como explicar que a fome e a insegurança alimentar são ainda maiores no campo? O cenário é ainda pior quando levamos em consideração o gênero e a raça dos(as) pesquisados(as); ou seja, a fome atinge mais profundamente as mulheres, os/as negros e negras e os(as) trabalhadores(as) informais desse país (XAVIER *et al.*, 2021).

Entendemos que a pandemia de COVID-19 gerou grandes impactos socioeconômicos e repercutiu diretamente na questão da segurança alimentar.

Porém, o avanço da insegurança alimentar e nutricional no contexto atual demonstra duas coisas: i) que o principal objetivo da agricultura industrial (capitalista) e do regime alimentar corporativo não é o abastecimento alimentar, mas sim o lucro das empresas transnacionais que controlam essas longas cadeias alimentares (McMICHAEL, 2016) e; ii) que as políticas públicas de redução da pobreza e de favorecimento da agricultura camponesa foram fundamentais para a superação da fome no Brasil (WITTMAN, 2015; BORGES, 2018; XAVIER et al., 2021).

Porém, essas políticas foram rapidamente desarticuladas após 2016, o que demonstra a importância não só da adoção de medidas conjunturais, mas de reformas que abram caminho para processos mais amplos de modificação da estrutura agrária e das estruturas políticas e econômicas brasileiras; a reforma agrária é um exemplo disso. Além disso, concordamos que:

[...] a enorme distorção existente no sistema agrícola e alimentar mundial está na base das desigualdades de renda e de desenvolvimento entre os países. Este quadro agrícola, por sua vez, é uma herança histórica, e é uma ilusão pensar que somente o excedente produtivo poderá resolver o problema de falta de alimentos para grande parte da população mundial. A grande maioria destes pobres, malnutridos, subalimentados e que acabam também morrendo, são pobres que vivem no meio rural e contraditoriamente poderiam produzir seus próprios alimentos (STEDILE; CARVALHO, 2010 *apud* MAZOYER, 2010).

Ou seja, no Brasil a fome pode ser considerada um produto da dependência na medida em que possui suas raízes nas dimensões espacial, política e econômica, mais do que nas condições de produção e/ou abastecimento alimentar (CASTRO, 1984; BORGES, 2018; XAVIER et al., 2021). Isso fica claro ao verificarmos que o aumento da produção agrícola nacional nos últimos anos não resultou na queda do preço dos alimentos; o processo é o oposto, a inflação que impacta diretamente na renda do povo brasileiro vem cada vez mais sendo responsável pela modificação dos hábitos alimentares da população, justamente pela elevação dos preços dos alimentos. Este processo também mostra que não é o agronegócio que alimenta o povo brasileiro. Além disso, aumento na produção sem a respectiva distribuição (de renda, de terras, de crédito, de poder) não melhora diretamente nosso quadro social e econômico (SANTOS, 2021). É por isso que compreendemos os elementos estruturais do modo de produção capitalista brasileiro como as origens da fome. O quadro histórico em que nos inserimos demonstra também a importância das políticas públicas que favorecem a agricultura camponesa, bem como o papel fundamental de mecanismos

de regulação estatal, tal como os estoques públicos de alimentos (COCA; SANTOS; SALVATERRA, 2020).

A maneira como se deu o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no Brasil e a nossa formação social foram permeadas pelo eixo terra-território-Estado; essa lógica nos fundamenta enquanto sociedade até os dias de hoje (MOREIRA, 2018). Neste sentido, as desigualdades que vemos e vivemos diariamente nesse país são reflexo do processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Sobre isso, Frank assinala que:

Em resumo, devemos concluir que o subdesenvolvimento não se deve à sobrevivência de instituições arcaicas ou existência de uma escassez de capital nas regiões que permaneceram isoladas da corrente da história mundial. Pelo contrário, o subdesenvolvimento foi e ainda é gerado pelo mesmo processo histórico que gera também o desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo (FRANK, 1966, p. 23, tradução nossa).

Ou seja, em nossa perspectiva o desenvolvimento do capitalismo e o padrão de desenvolvimento territorial adotado no país nos condicionam enquanto país dito subdesenvolvido. Os processos modernizadores ocorridos no Brasil não buscaram abarcar a superação das desigualdades sociais e econômicas; e esse nunca será o objetivo das burguesias dentro de um país inserido no modo de produção capitalista de forma dependente. Daí nossa crítica contundente ao logo de todo este trabalho acerca da conciliação de classes e do modo de produção capitalista: a alteração da formação espacial e do modelo de desenvolvimento territorial brasileiro no sentido de um processo de desenvolvimento autônomo só é possível com a superação destas estruturas.

Nossa condição enquanto país dito subdesenvolvido não é causada pelo atraso das relações produtivas, mas pela forma como a organização das relações e dos meios de produção gera, deliberadamente, acúmulo de riqueza, terras, poder, tecnologia, entre outros (FRANK, 1966). Processo este cuja tendência já era identificada por Marx e Engels nos idos do século XIX (MARX; ENGELS, 2015).

Neste sentido, as relações que estabelecemos com países desenvolvidos nos inserem em uma divisão técnica e de trabalho que reproduz nossa condição de subdesenvolvimento, da qual a fome é tributária. E o agronegócio é um grande exemplo disso. A grande questão, na qual o imperialismo representa um elemento

central, está na relação de dominação em que nos encontramos dada a forma de nossa inserção no sistema capitalista mundial (FRANK, 1966; McMICHAEL, 2016).

Em termos geográficos esse quadro de dependência só é possível de ser reproduzido através do domínio ou da subsunção do território em suas múltiplas escalas, do espaço de governança à propriedade, aos ditames do modelo de desenvolvimento territorial proposto pelo modo de produção capitalista. Se o espaço é influenciado e influencia no movimento da totalidade, se a multidimensionalidade dos territórios determina e é determinada pela totalidade, o domínio político e econômico deve necessariamente passar pelo domínio ou controle do espaço e do território. Nenhuma política e nenhum processo produtivo se faz a-espacialmente ou a-territorialmente.

É isso o que nós buscamos demonstrar ao discutirmos um tema que desperta tantos posicionamentos diversos e antagônicos como a viabilidade de uma reforma agrária: para que a dominação de uma classe sobre outra ou de uma nação sobre outra possa ocorrer é necessária uma base material, ou melhor, espacial/territorial. Nesse sentido que, ao nosso ver, se encontra a atualidade da reforma agrária: a construção de um processo de desenvolvimento autônomo no Brasil perpassa necessariamente pela superação da concentração fundiária e do modelo de desenvolvimento territorial propagado pelas burguesias nacionais e internacionais. Dada nossa formação social e nosso processo de desenvolvimento histórico a existência de territórios camponeses que questionem o modelo capitalista é inaceitável, assim como um processo de reforma agrária que altere tais estruturas de dominação.

Não é coincidência que o “Sul global” atravessa um quadro reconhecido como “corrida mundial por terras” nos últimos tempos (SAUER; BORRAS JR, 2016; PEREIRA; ORIGUÉLA, 2021). O imperialismo perpassa não só pelo domínio político e militar (LÊNIN, 2021), mas também pelo controle das formas de desenvolvimento territorial com a finalidade de manutenção dos países ditos subdesenvolvidos em trocas comerciais desfavoráveis e/ou como fontes de expansão dos investimentos enquanto forma de contornar as crises de sobreacumulação de capital (HARVEY, 2004). As territorialidades desenvolvidas no contexto da RAP buscam justamente superar tais questões, mesmo apresentando diversos limites, como discutiremos posteriormente.

Portanto, entendemos que nossa condição de subdesenvolvimento e as desigualdades resultantes desse processo são originadas pelo processo de desenvolvimento capitalista dos países dominantes. Ou seja, nossa condição de subdesenvolvimento é estrutural; logo, as soluções para esses problemas também devem ser de ordem estrutural.

A lógica organizativa e produtiva do latifúndio-agronegócio brasileiro é a de uma empresa voltada, majoritariamente, para a exportação. Neste sentido, a cotação das *commodities* agrícolas nas bolsas de valores é o que determina, via de regra, o que, onde e quanto será plantado, o que entendemos ser mais um elemento para a compreensão da fome enquanto produto político. Como o “alimento” é visto enquanto mercadoria, a única forma de acesso a eles é por meio da compra, isso, em um país onde o desemprego e os empregos informais possuem dados alarmantes, reproduz ainda mais a lógica da fome.

A fome nos parece ainda mais um produto político e econômico ao analisarmos que as mulheres, a população negra, desempregados ou trabalhadores informais, somados àqueles que residem no campo (ou seja, as classes e frações de classes historicamente mais excluídas e exploradas) são a parcela da população brasileira que mais sofre com a falta de alimentos (PENSSAN, 2022; XAVIER *et al.*, 2021). Além disso, a espacialidade é um fator fundamental: a fome se materializa de formas desiguais no espaço, seja entre campo e cidade, seja entre as regiões brasileiras – onde Norte e Nordeste apresentam dados mais alarmantes –, seja no interior de um mesmo município (XAVIER *et al.*, 2021).

Assim, o sistema agroalimentar global, monopolizado por empresas transnacionais do agronegócio, determina a localidade, o fluxo de capital, as técnicas e tecnologias necessárias para o cultivo de determinada *commodity*, implicando necessariamente em conflitualidade com o modelo de desenvolvimento territorial camponês. Além disso, determina quais serão as formas de escoamento e comercialização desses “produtos” (McMICHAEL, 2016; BORGES, 2018), fazendo com que, conseqüentemente, possuam o poder de determinar quais pessoas e lugares terão ou não acesso aos “alimentos”.

Ao lado desse processo há o enorme impacto ambiental causado por esse tipo de agricultura. Seja através do desmatamento exacerbado nas fronteiras agrícolas (mas não só nessas áreas), do uso indiscriminado de agrotóxicos, dos impactos ambientais negativos nos corpos d’água, da perda de biodiversidade, entre outros (NICHOLLS; ALTIERI, 2020; CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

Além disso tudo, o agronegócio é diretamente responsável pelo aumento do surto de epidemias e pandemias, seja através do desmatamento indiscriminado ou por meio do confinamento de animais para o abate (WALLACE, 2020).

Partindo da lógica de Moreira (2018) entendemos que o latifúndio-agronegócio ao concentrar terras acaba por acumular renda e poder. Com isso, é capaz de determinar o modelo de desenvolvimento territorial do país, controlando o território como um todo. Muitas vezes esse domínio se dá por meio da grilagem de terras devolutas (LINHARES; SILVA, 2021). Ademais, o “agro” possui grande influência no Estado, o que lhe permite determinar as políticas econômicas e cambiais que sejam de seu interesse.

A partir do princípio da multiescalaridade, esse processo que ocorre a partir do controle de territórios-propriedade se relaciona com o controle do território nacional enquanto espaço de governança; dialeticamente, este controle do Estado (e, conseqüentemente, do território enquanto espaço de governança) permite um controle quase que monopolista dos territórios-propriedade pelo capital. Com isso, impacta diretamente nos territórios camponeses e não-capitalistas por meio da conflitualidade gerada pelo modelo de desenvolvimento territorial adotado, fomentando o processo de territorialização do capital, desterritorializando os outros tipos de classes e relações sociais, que passam a se reterritorializar em outros lugares de forma precária ou acabam sendo exterminados pela violência do capital.

Exemplo desse processo é que uma parcela dos camponeses que compõe o público da RAP em Campo do Meio são, muitas das vezes, camponeses desterritorializados ou filhos e netos de camponeses que foram desterritorializados pelo avanço do capital e passaram pelo êxodo rural, se reterritorializando de forma precária nas periferias urbanas.

Temos, portanto, um latifúndio-agronegócio totalmente dependente do mercado externo, da tecnologia das grandes empresas transnacionais, das longas cadeias alimentares e dos mercados consumidores de outros países. Nesse setor, tanto a superexploração do trabalho quanto a transferência de valor (MARINI, 2017) possuem um papel central. O processo de modernização da agricultura favoreceu ainda mais a concentração de terra, renda, poder e tecnologia por parte do agronegócio e, principalmente, das empresas transnacionais do setor de sementes, maquinários, adubos e agrotóxicos.

Por outro lado, esse mesmo processo tornou esse setor cada vez mais dependente da tecnologia e do capital internacional, como demonstra Moreira (2018). Assim, vemos as imbricações que até hoje existem entre o modelo latifundiário do agronegócio, a dependência e o imperialismo.

Ou seja, o agronegócio brasileiro se insere em um sistema agroalimentar global dominado pela racionalidade neoliberal que se materializa nas empresas transnacionais, na atuação do Estado enquanto agente desregulamentador (o que implica em intervenção do Estado, reforçando e não diminuindo seu papel no neoliberalismo) e subsidiário, bem como na influência de instituições internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) (McMICHAEL, 2016).

Essa inserção faz com que a lógica produtiva do latifúndio-agronegócio esteja diretamente relacionada com as demandas do mercado externo e das bolsas de valores internacionais. Esse quadro torna o setor profundamente dependente das empresas transnacionais e das demandas de outros países (BORGES, 2018). Torna, portanto, o processo de “desenvolvimento” extremamente dependente das demandas e dos modelos tecnológicos estrangeiros.

Dito isso, pode-se considerar que o agronegócio latifundiário é causa e consequência do que Frank (1966) chama de desenvolvimento do subdesenvolvimento. O controle do eixo terra-território-Estado por parte do latifúndio-agronegócio auxilia na reprodução de nossa condição de país dito subdesenvolvido ao nos inserir no sistema capitalista mundial a partir de uma lógica neocolonial.

Esse controle do Estado pelo “agro” também faz com que a agricultura camponesa seja deixada de lado ou, no máximo, receba migalhas para seu financiamento, impedindo qualquer possibilidade de um desenvolvimento genuíno e particular. Mesmo dispondo da menor parte das terras do país, com menos recursos financeiros e menos acesso à assistência técnica e à tecnologia, o campesinato é responsável pela produção de grande parte dos alimentos que chega à mesa dos brasileiros e brasileiras (FABRINI, 2017; BORGES, 2018).

As tentativas de elaboração e aplicação de planos de reforma agrária após a queda do regime militar não levaram em consideração esses elementos do desenvolvimento histórico e de nossa formação espacial, não logrando êxito no sentido de reduzir a concentração fundiária brasileira ou de permitir um processo de desenvolvimento autônomo e soberano. Nem mesmo o fomento à industrialização, questão tão cara à reforma agrária em seu sentido clássico, é colocado em destaque.

Moreira (1986, p. 7), em ocasião da elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), destacou o caráter conservador da proposta ao passo que esta não visava uma “[...] ruptura maior da aliança cidade-campo que historicamente fez das elites rurais e urbanas uma só unidade no bloco do poder”.

Linhares e Silva também destacam esse caráter conservador ao apontarem que:

Ao mesmo tempo que a constituição de 1988 criava os mecanismos necessários para se proceder uma grande reforma agrária no país (definia claramente a desapropriação de terras por motivos sociais e o pagamento das terras com títulos da dívida pública), o próprio presidente da República capitaneava uma ampla frente conservadora, o centrão, de bloqueio a qualquer mudança estrutural da sociedade brasileira (2021, p. 258-259).

Na esteira da adoção de medidas neoliberais, durante a década de 1990, o I PNRA não é levado à frente. De fato, o que moveu os processos de desapropriação de terras ou de regularização fundiária a partir daí foi a amplitude das ocupações de terras realizadas pelos movimentos camponeses, dos quais se destacou a atuação do MST (FERNANDES, 2013; LINHARES; SILVA, 2021).

Com a vitória eleitoral de Lula em 2002, a reforma agrária novamente entra em pauta. Elabora-se o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) em meio à diversas controvérsias, da qual se destaca a mudança na proposta e a amplitude de tal programa a partir da substituição da equipe de capitaneada por Plínio de Arruda Sampaio (ALBUQUERQUE, 2006). O II PNRA, apesar das conquistas geradas, apresentou diversos limites, dos quais destacamos as formas de obtenção de terras, ocorrendo um predomínio de regularizações fundiárias em detrimento das desapropriações (FERNANDES, 2013), e a distribuição dos assentamentos criados, concentrados em quantidade e área na região Norte do país (DATA LUTA, 2020). Ou seja, o II PNRA nem ao menos buscou reduzir a concentração fundiária nas áreas onde o latifúndio-agronegócio apresentava maior dinamicidade.

Alguns estudiosos da QA tecem críticas ao II PNRA no sentido da baixa qualidade dos assentamentos implantados no que tange suas infraestruturas, destacando que, mesmo assim, esses assentamentos proporcionaram um processo de garantia de direitos às famílias assentadas (LEITE, 2013).

Outros autores apontam as contradições do plano ao ponto de tratá-lo como uma contra reforma agrária, ao passo que o governo de Lula optou por “não fazê-la nas áreas de domínio do *agribusiness* e, fazê-la apenas nas áreas onde ela possa

“ajudar” o *agribusiness*” (OLIVEIRA, 2011, p. 1).

Fato é que ambos os planos (I e II PNRA) foram incapazes de atuar sobre a concentração fundiária do país e a conseqüente democratização do acesso à terra, como demonstram os dados do índice de Gini da concentração fundiária brasileira (DATA LUTA, 2020). Acreditamos que a conciliação de classes e a recuo no embate com a burguesia e o latifúndio-agronegócio foram fatores que contribuíram para esse processo. Soma-se a isso os inúmeros projetos de reforma agrária de mercado adotados desde a “Nova República” (RAMOS FILHO, 2008).

Neste sentido, a partir dos anos 2000 novas questões passam a fazer parte do debate sobre a necessidade e/ou viabilidade de uma reforma agrária no Brasil, bem como sobre as características que esta deveria ter para a superação das contradições geradas pelo modo de produção capitalista no Brasil (CARVALHO, 2013; SAMPAIO, 2013; BARONE; FERRANTE; DUVAL, 2017).

Debatidos o caráter das discussões e os projetos de reforma agrária em moldes clássicos implementados no Brasil, passaremos para os apontamentos acerca da RAP. Para isso buscaremos recorrer ao programa de RAP do MST (2013) como forma de destacar os aspectos teóricos que avalizam tal iniciativa. Também nos utilizaremos dos dados provenientes das entrevistas realizadas por nós com camponeses e camponesas do APQCG.

Nosso objetivo é traçar um paralelo entre as leituras da realidade brasileira e as proposições do MST diante de tal conjuntura com as territorialidades camponesas no APQCG e as formas como o movimento compreende e aplica tais proposições na escala local.

6.1 A REFORMA AGRÁRIA POPULAR: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA EM CAMPO DO MEIO-MG

Na primeira década dos anos 2000 inicia-se no Brasil um novo paradigma de reforma agrária, encabeçado pela proposta de RAP produzida pelo MST (2013). A proposta se baseia na realização de uma reforma agrária pelo próprio movimento, sendo este o principal agente de sua implementação, por meio da pressão e ação popular. Perguntado sobre a diferença entre os paradigmas da reforma agrária clássica e da RAP, dois dirigentes do MST em Campo do Meio nos destacaram que:

A reforma agrária que o governo diz que é implantada se baseia na ideia de você fazer um financiamento no banco e comprar uma terra, mesmo que fique aí 100 anos pagando. A RAP é organizada pelo povo, nós mesmos nos organizamos em relação ao que a gente quer plantar, junto com a comunidade, somos nós que pensamos no que é melhor para gerar renda para as famílias. As pessoas conseguem construir as casas que elas querem, da forma que elas querem construir, produzir alimentos de forma diversificada (Entrevistada 01 – dirigente do MST – 12/11/2022).

O que nós postulamos como RAP apresenta um salto de qualidade com relação à reforma agrária clássica e não é nenhum pecado dizer que nós, enquanto MST, já defendemos a reforma agrária clássica. Faz parte de um processo histórico de construção, de um processo social, na medida em que nós fomos avançando na nossa própria concepção de questão agrária e nosso nível de consciência política e organizativa. Mas chegou um momento em que as próprias contradições colocadas e o acúmulo histórico do movimento nos permitiram dar um salto qualitativo para a formulação do programa de RAP. Nesse sentido é um avanço. Alguns poderão perguntar: então porque não chamar de outro nome esse tipo de reforma agrária. Aí nós nos referenciamos nos processos de reforma agrária ocorridos no seio de processos revolucionários. Aquilo que nós estamos postulando não está perto do que foi ou é a experiência cubana, pois nos encontramos em um outro contexto social, histórico, político e econômico no Brasil. O que chamamos de RAP é aquilo que nós conseguimos construir com as nossas próprias pernas. E ela tem um mérito: identifica que hoje a garantia, a condição fundamental para se construir a reforma agrária, é passar por outros processos de transformação social ou chegar um dia a um processo revolucionário. Aí teríamos uma reforma agrária do tipo socialista. A RAP não é isso, mas aponta nessa direção; ela tem claro que hoje pensar reforma agrária no Brasil nos coloca num enfrentamento direto com o grande capital internacional (Entrevistado 02 – dirigente do MST – 12/11/2022).

Neste sentido, a formulação do programa de RAP abarca uma mudança qualitativa devido à alteração dos “inimigos” a serem combatidos, da conjuntura política e econômica e dos atores sociais que viabilizam tal processo. Se nos anos 1980 e 1990 o antagonismo de classes se dava entre campesinato e o latifúndio “atrasado”, com o aprofundamento do neoliberalismo e a internacionalização da agricultura hoje é a aliança latifúndio-agronegócio que se coloca enquanto o entrave a ser superado na luta pela reforma agrária. Enquanto na reforma agrária clássica a proposta vinha de cima para baixo, ou melhor, do Estado para o campesinato, no caso da RAP é o campesinato que define as características do processo, como destacado pela entrevistada 01.

Em termos geográficos podemos destacar que a mudança da conjuntura política e econômica – do embate com latifundiários e frações burguesas nacionais passa-se cada vez mais ao embate com o capital financeiro internacionalizado em

aliança com o latifúndio – acarretou na alteração do modelo de desenvolvimento territorial hegemônico. Isso significa que os embates do MST não se dão exclusivamente com o clássico latifúndio improdutivo, mas também com a aliança latifúndio-agronegócio que apresenta enormes investimentos financeiros e tecnologias de ponta. Deste modo, não basta ao movimento a crítica ao latifúndio improdutivo e à função social da terra nestas propriedades, haja vista sua grande produtividade.

Torna-se fundamental, neste sentido, a proposição e elaboração de um modelo de desenvolvimento territorial que busque a superação do modelo proposto pela agricultura industrial na figura da aliança latifúndio-agronegócio. Para isso, o movimento passa a ter de reformular seu programa de reforma agrária a fim de que os territórios conquistados ou que virão ser ocupados futuramente possam desenvolver usos e formas de organização, ou seja, territorialidades, que sejam capazes de fazer uma oposição ao modelo hegemônico. Da luta pela democratização da terra passa-se à luta por um novo modelo de desenvolvimento territorial, baseado principalmente na agroecologia e na soberania alimentar:

Essa questão é muito importante quando a gente entende um pouco ou olha o que é a reforma agrária popular, no sentido de que ela supera aquela forma de compreender a reforma agrária que era bastante limitada à questão de conquistar apenas um pedaço de chão. Quando o movimento postula seu programa de RAP ele postula isso pela questão básica: o modelo de reforma agrária clássico está superado. O agronegócio ganhou essa disputa ideológica. Em segundo lugar, o inimigo, digamos assim, que estamos enfrentando, mudou. Não é mais o latifundiário “atrasado” dos anos 1980, não é mais o latifúndio improdutivo; hoje, o enfrentamento é com o capital financeiro. Não é mais uma família que trabalha no campo e que explora a força de trabalho para conseguir enriquecer, não tem isso, hoje são grandes conglomerados econômicos, empresas multinacionais e transnacionais que dominam a agricultura. E dessas, se você vai olhar, se resume a 5 empresas. Você tem 50 grandes empresas, mas se você olha, a empresa X tem como acionista principal a *Monsanto*, que hoje é *Bayern*. Vemos que *Cargill*, *Monsanto*, *Bungee*, *Dreyfus* controlam a agricultura e tem um projeto de agricultura. Mas este não é um projeto de agricultura propriamente dito, é um projeto de geração de lucro, é a consolidação daquele processo de subsunção da agricultura à lógica do capital. Em contraposição estão os movimentos sociais e movimentos camponeses, seja na escala do Brasil, como o MST, ou na escala internacional, como a Via Campesina e a Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC). Há uma disputa de projetos, uma tentativa de construir uma proposta de agricultura que gere alimentos, que traga mais vida e dignidade para as pessoas; uma proposta que, a partir desse projeto de agricultura, busque pensar a forma como nós nos organizamos socialmente e que transcenda a forma de plantar. Porque plantar pode ser um ato isolado se você quiser, mas é muito mais do que isso, se trata da forma como nós plantamos e o que nós plantamos (Entrevistado 02 – dirigente do MST – 12/11/2022).

É isso o que observamos em relação às territorialidades desenvolvidas no conjunto de acampamentos Quilombo Campo Grande. A transição agroecológica, a luta pela soberania alimentar, o coletivo de mulheres Raízes da Terra, o viveiro de mudas, entre outros elementos, representam a busca pela construção de territorialidades que sejam capazes de proporcionar maior autonomia política e econômica ao campesinato, bem como possibilitam a crítica ao modelo de desenvolvimento territorial hegemônico.

Isso não significa que a democratização do acesso à terra na RAP deixe de ser um aspecto central. Sua importância é destacada no programa do MST por meio de diversas medidas, como o estabelecimento do tamanho máximo das propriedades para cada família de agricultor, desapropriando todas as fazendas acima do teto independentemente do nível de produção e de produtividade da mesma (MST, 2013, p. 151). Aqui podemos observar como a conjuntura influenciou o programa, não basta mais a desapropriação de terras ociosas, haja vista a alta produtividade do latifúndio-agronegócio. Altera-se o modelo de desenvolvimento territorial hegemônico, o que obriga o MST a alterar seus parâmetros de crítica e contestação.

As desapropriações também são vistas enquanto necessárias nos casos de “[...] propriedades rurais de empresas estrangeiras, bancos, indústrias, comércio, empresas construtoras e igrejas, que não têm na agricultura sua atividade principal” (MST, 2013, p. 151), bem como de propriedades que não cumprem com a função social da terra.

Outro elemento importante é observado na máxima: “Expropriar, sem nenhum pagamento, todas as fazendas onde há trabalho escravo, trabalho não pago, contrabando ou cultivo de psicotrópicos” (MST, 2013, p. 151). Esse é um elemento importante para a luta pela/na terra em Campo do Meio, haja vista que todos os anos diversos casos de resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão ocorrem na região Sul de Minas Gerais, como destacamos anteriormente.

Quanto à democratização da terra, o programa ainda destaca a importância de demarcação enquanto propriedades coletivas as terras indígenas, quilombolas e de uso coletivo, seguindo as tradições de cada região. Ainda aponta a necessidade de realização da reforma agrária em terras próximas às cidades como forma de se viabilizar o abastecimento alimentar das mesmas e as infraestruturas dos assentamentos (MST, 2013, p. 151).

A relação campo-cidade é um elemento fundamental para a compreensão da RAP e também para o entendimento da dinâmica da luta pela/na terra em Campo do Meio. Destacamos no capítulo 4.1 que a resolução da QA, para alguns dos teóricos clássicos, foi vista muitas das vezes enquanto uma forma de promover a acumulação de capital capaz de favorecer o processo de industrialização nas cidades, em um processo de separação mecânica entre rural e urbano. Acerca da industrialização, o MST (2013, p.160) aponta que:

O programa de reforma agrária deverá ser um instrumento para levar a industrialização ao interior do país, promovendo um desenvolvimento equilibrado entre as regiões, gerando mais empregos no interior e criando oportunidades de trabalho e renda para a juventude e para as mulheres. O processo de desenvolvimento deve eliminar as desigualdades socioeconômicas existentes entre a vida no campo e na cidade.

Nesta perspectiva, o campo não é entendido enquanto um espaço voltado para a produção de mercadorias que proporcionem a acumulação de capitais a serem utilizados para a industrialização do espaço urbano, mas sim um espaço no qual a industrialização deve se dar a partir das agroindústrias. Ou seja, o desenvolvimento não deve ser exclusivo ao espaço urbano, mas também deve abarcar o espaço agrário brasileiro. Há um entendimento do espaço agrário que busca superar a conceituação dicotômica de urbano e rural que os compreende através de suas diferenças ou de suas funções exclusivas (geralmente atreladas à dimensão econômica) (ALENTEJANO, 2003), ao passo que visa compreendê-lo e modifica-lo a partir de suas relações dialéticas com o espaço urbano.

Contudo, para que o processo de desenvolvimento do espaço agrário proposto pelo movimento seja efetivado, demanda-se o papel do Estado enquanto agente capaz de organizar e investir em tais processos, algo muito remoto se levarmos em consideração a conjuntura política atual:

Os contextos político, econômico e social influenciam diretamente a luta por RAP, pois reforma agrária é uma questão de interesse político. Se você tem governos favoráveis e que constroem políticas que enfrentam o capital para desapropriar os latifúndios, é possível construir uma maior quantidade de acampamentos e assentamentos. A política tem total influência, até porque não se trata somente de distribuir a terra, depois de distribuída é necessário que você dê assistência para que as famílias possam se desenvolver, se manter na terra. A gente tem assentamentos nossos com mais de 15 anos e as famílias acessaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) somente uma vez, uma linha de crédito só. As vezes tem famílias nossas que chegam aqui só com uma mochila nas costas, então você imagina para eles cercarem o lote, construir sua casa, desenvolver agricultura, começar a produzir, ter transporte para poder deslocar a produção, tudo isso é política. Se a gente

não tem acesso, não é possível gerar desenvolvimento. Praticamente tudo que é feito aqui no QCG, os 2 milhões de pés de café, mais de 140 variedades de alimentos produzidos, tudo isso é feito sem nenhum apoio do governo, somente através do suor dos trabalhadores e trabalhadoras que moram e vivem aqui. Para avançar nesse sentido é fundamental um governo que enfrente o capital, sem um governo que rompa com essa lógica a gente não consegue avançar com a RAP. Nos últimos 4 anos, com o governo Bolsonaro, a gente não teve nenhuma nova ocupação, as ocupações que tivemos foram despejadas com menos de 24 horas. Sem um governo que respalde os acampamentos e assentamentos a gente não tem construção de reforma agrária (Entrevistada 03 – dirigente do MST – 12/11/2022).

Abordaremos a questão do Estado na RAP de maneira mais aprofundada logo a frente, mas aqui cabe uma pequena consideração. Por mais que a RAP tenha enquanto agente idealizador e realizador o campesinato organizado, a função do Estado ainda assim apresenta uma enorme importância.

Como destacado por Carter (2020, p. 33), por definição as reformas agrárias implicam diretamente no envolvimento do Estado, ao mesmo tempo em que sua amplitude e aplicação também são tributárias das forças sociais envolvidas em tais processos, algo que fica claro na fala da dirigente. Retornemos ao debate anterior sobre as agroindústrias e a relação campo-cidade na RAP.

Os dados do “censo sem-terra” nos apontam que nas áreas do Quilombo Campo Grande existem ao todo 7 agroindústrias de pequeno porte, das quais a maior delas tem uma área de aproximadamente 56m². São pequenas agroindústrias construídas com dinheiro e força de trabalho do próprio campesinato, sem nenhum auxílio do Estado em relação à financiamentos (linhas de crédito, por exemplo) e infraestrutura produtiva e de escoamento das mercadorias. Estas agroindústrias são utilizadas para o processamento de alimentos como leite, tomate, frutas (produção de geleias) e outros produtos de baixo valor agregado, vendidos nas feiras de municípios da região, na cesta de produtos agroecológicos e também pela cooperativa CAMPONESA. Apesar da falta de investimentos e financiamentos para a expansão de tais agroindústrias, elas se tornam elementos importantes dos territórios camponeses ao favorecerem a geração e diversificação da renda das famílias, mesmo que de forma limitada.

Ainda na questão da relação campo-cidade dentro da RAP é importante destacarmos os aspectos político e organizativo. Ou seja, como o espaço urbano é visto enquanto possibilidade para a popularização dos ideais da RAP pelo movimento, de que forma a classe trabalhadora urbana vem a se tornar parte da RAP e como a RAP se apresenta enquanto meio para a classe trabalhadora urbana e rural acessar um nível melhor de qualidade de vida e liberdade.

A relação campo-cidade é tida para o movimento enquanto fonte de avanço na questão da popularização dos ideais da RAP. Essa popularização se inicia com as territorialidades desenvolvidas no campo, como a produção de alimentos agroecológicos, em conjunto com a espacialização e as espacialidades das ações desenvolvidas pelo MST nos espaços urbanos. Daí a forma dialética de compreensão e modificação da relação campo-cidade: as espacialidades construídas e construtoras do processo de mediação dos espaços urbanos (espacialização), como no caso das feiras agroecológicas, da JURA e das ações de solidariedade ocorridas durante a pandemia de COVID-19, tem relação direta com as territorialidades desenvolvidas no campo.

A espacialização é movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território. A espacialização como movimento é circunstancial, é o presente (Santos, 1988). Ao contrário da territorialização, a espacialização não é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços. Portanto não existe a “desespacialização”. Uma vez realizada em movimento, a espacialização torna-se fato acontecido, impossível de ser destruído. Dois exemplos de espacialização são: o comércio, com a circulação de mercadorias ou as marchas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); A espacialidade é o movimento contínuo de uma ação na realidade ou o multidimensionamento de uma ação. A espacialidade carrega o significado da ação. Na espacialidade a ação não se concretiza como é o caso da espacialização. A espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva. Dois exemplos de espacialidade são as propagandas e as lembranças da memória (FERNANDES, 2005a, p. 29).

Através da espacialização destas ações, ou seja, da mediação do espaço urbano enquanto ferramenta de demonstração dos aspectos políticos do movimento, como a solidariedade para com a classe trabalhadora urbana, o MST se coloca para a classe enquanto um aliado. A partir da ação concreta, a exemplo da distribuição de alimentos, a espacialidade construída pelo MST vai no sentido de criar uma subjetivação positiva do movimento naqueles que recebem tais alimentos. Torna-se, portanto, uma forma de disputar o imaginário (imaterialidade/território imaterial) popular sobre a importância do campesinato e da RAP através de ações concretas (materialidade/tributária do modelo de desenvolvimento territorial camponês). Mais do que a disputa pelo imaginário da classe trabalhadora, essas ações representam a própria razão de ser do movimento, qual seja, a luta por melhores condições de vidas para a classe trabalhadora do campo e da cidade, que possui sua força na medida em que há o suporte material para tal, ou seja, os territórios camponeses e suas territorialidades.

Nesta ação do MST (FIGURA 15) foram doadas 4 toneladas de alimentos como arroz, feijão, mandioca, batata, abóbora, abacate, banana, café, goiabada, entre outros. Para isso, foram produzidas 200 cestas básicas distribuídas em diversos bairros do município de Campo do Meio por conta da crise econômica desencadeada pela gestão genocida da pandemia pelo governo de Jair Bolsonaro.

Figura 15 – Ação de solidariedade do MST com a doação de alimentos nas periferias de Campo do Meio em ocasião da campanha Abril Vermelho, 2021



Fonte: Cestas Quilombo Campo Grande (2021).

Acerca da importância da classe trabalhadora urbana para a construção da RAP, um dos dirigentes do MST nos destacou em entrevista que:

Hoje, no contexto atual, eu acho que a luta por uma RAP ganha maior apoio em termos de uma classe trabalhadora urbana por conta do contexto de pandemia e por tudo aquilo que o campo representou e ajudou as cidades. Aqui, quando eu digo campo entenda-se movimentos sociais e pequenos agricultores, não as empresas do agronegócio. Mas, do ponto de vista de classe social, hoje quem está na cidade entende muito mais a importância da reforma agrária, apoia e defende a luta. Isso não se conquistou na base da retórica, mas através da solidariedade, levando o alimento para a mesa das pessoas, não um alimento qualquer, mas um alimento que traz saúde, sem agrotóxico, produzido respeitando o meio ambiente. Um alimento que

foi produzido por famílias que trabalham coletivamente, de forma cooperada, um alimento que gera vida e dignidade, tanto para quem está no campo quanto para quem está nas cidades. Hoje podemos dizer que nós temos um apoio muito maior em termos da sociedade e da classe trabalhadora urbana do que em períodos anteriores (Entrevistado 02 – dirigente do MST – 12/11/2022).

A espacialização e as espacialidades construídas pelo movimento nos espaços urbanos, entre outros elementos, passam a se constituir enquanto uma forma de contato com a classe trabalhadora urbana, o que pode se refletir no ingresso de tais pessoas na luta pela terra ou mesmo na sua conscientização sobre a importância da reforma agrária e do campesinato no Brasil.

Como destacamos no capítulo 5.1, parte dos camponeses acampados no Quilombo Campo Grande ingressam na luta pela terra após terem passado um período trabalhando em cidades médias e grandes. O setor de Frente de Massas do MST busca organizar justamente esse tipo de trabalhadores através do trabalho de base nas periferias e centros urbanos (XAVIER, 2022). Via de regra, são camponeses ou filhos(as) e netos(as) de camponeses expulsos da terra durante o êxodo rural ocorrido no século XX, que buscaram nas cidades um emprego digno e a melhoria de sua qualidade de vida. Muitas das vezes as promessas de melhoria de vida no espaço urbano não se concretizam e estes(as) camponeses(as) buscam o retorno ao campo.

Eu conheci o MST quando morava em Campinas. Saí do campo para trabalhar na cidade, foi onde eu encontrei uns colegas do Paraná, por meio deles eu fiquei sabendo que um rapaz veio para Campo do Meio e conseguiu um lote para ele plantar. Nisso meus colegas decidiram vir para cá ver como funcionava. Isso faz uns 20 anos mais ou menos, eu falei que se eles conseguissem que eu também iria. Quando eles chegaram aqui em Campo do Meio encontraram com os companheiros do acampamento Tiradentes, que conseguiram arrumar um lote para eles. Nisso eu tinha voltado um tempo para o Paraná em busca de emprego, quando retornei para Campinas os colegas já tinham se arrumado em Campo do Meio e me chamaram para ir também. Foi assim que eu comecei a me envolver com o movimento (Entrevistado 04 – acampado do Quilombo Campo Grande – 12/11/2022).

O caso do entrevistado 04 ilustra bem o processo de ingresso de camponeses e trabalhadores urbanos na luta pela terra: filho de camponeses, nascido em Nova Tebas, interior do Paraná, ele parte para Campinas em busca de emprego devido à falta de oportunidades e qualidade de vida no campo de sua cidade natal. Em Campinas, passa a residir na periferia e a buscar emprego nas lavouras da região. Sem alcançar uma melhoria na sua qualidade de vida, ingressa na luta pela terra:

Eu sempre morei na roça, meus pais tinham um sítio pequeno no Paraná. Quando a gente não tem conhecimento e chega aqui acha que o movimento é só sobre a busca por terra, mas depois que passa a conhecer e fazer parte nós percebemos que não se trata só da terra. Tem cultura, ensinamento para as crianças, as escolas da cidade ensinam as crianças a ler e escrever para ter um diploma, mas elas não têm um contato com a terra, com uma formação mais ampla. Eu acho que a importância da reforma agrária para nós que não temos condição de comprar uma terra é enorme, a reforma agrária que a gente quer é que todo mundo tenha o mesmo direito, que todos tenham um pedacinho de terra para poder produzir. Por exemplo, eu tenho muitos irmãos, meus pais não conseguiram dar condições para nós estudarmos, fazermos uma faculdade, na época era muito caro. Eu tive a oportunidade de estar em uma faculdade, no Instituto Federal de Machado, fazendo um curso técnico de um ano e meio, por conta de uma parceria do movimento com o instituto. Então a importância da reforma agrária também é essa, meus filhos estando aqui eu tenho plena consciência que eles podem estar na faculdade, como eu já estive eles também podem estar, se formando para buscar dignidade para a vida deles (Entrevistado 04 – acampado do Quilombo Campo Grande – 12/11/2022).

Por meio deste trecho é possível identificarmos que a RAP pode ser capaz de gerar uma melhoria na qualidade de vida daqueles que ingressam na luta pela terra em dois sentidos. O primeiro é o acesso à terra propriamente dito, o que possibilita ao camponato um meio de produção. Em segundo lugar, a RAP produzida é produzida por territórios multidimensionais, o que significa que os territórios camponeses não se limitam ao aspecto produtivo, abarcando também aspectos culturais e educacionais, como observado na fala do acampado. Perguntada sobre o motivo de trabalhadores urbanos ingressarem na luta por reforma agrária, uma das dirigentes entrevistadas nos afirmou que:

A primeira coisa que ele vai ter é uma dignidade, viver em periferia de cidade grande é difícil, anos atrás ainda tínhamos empregos, salário, e tinha como se manter na periferia. Mas e hoje que não se tem nem emprego, como é que você vai pensar em comprar um terreno, em construir um cômodo? Você vai pensar em pagar aluguel, mas como se você não tem um salário? Pagando água, luz, vai sobrar o que para a pessoa? Então, esse tipo de público é um público que dá certinho para a reforma agrária. Por isso que se nossos governantes levarem a sério a reforma agrária conosco, trabalhadores, vamos conseguir colocar muito ser humano que está à deriva nas periferias em condição de dignidade de vida. Pessoas que não tem onde morar, que não tem trabalho (Entrevistada 05 – dirigente do MST – 12/11/2022).

A dignidade de vida, ao nosso ver, é um aspecto fundamental da luta pela RAP. Essa dignidade deriva diretamente da multidimensionalidade dos territórios e também da liberdade, mesmo que restrita, que acampados e acampadas encontram na luta pela/na terra. Passaremos a essa discussão. A importância da multidimensionalidade dos territórios de RAP se encontra justamente na potência de transformação das relações sociais e das relações de produção desenvolvidas nesses

territórios. Através de dimensões como a cultura, a agroecologia, o acesso à educação, formação profissional e política, alteram-se as relações que os sujeitos desenvolvem entre si e com a natureza. Ao mesmo tempo, essas novas relações que vão sendo construídas coletivamente, ao modificarem ou impactarem a intencionalidade dos camponeses, também se tornam elementos importantes na produção e reprodução desses territórios.

Os elementos culturais desenvolvidos no interior dos territórios camponeses influenciam diretamente em questões como a coletividade, ou seja, na importância da dimensão coletiva no trabalho produtivo, na organização política dos camponeses e no papel da mulher dentro da reforma agrária, por exemplo. Ao mesmo tempo, através dos mutirões, do coletivo de mulheres, das trocas de dias de trabalho ou na simples troca de alimentos entre as famílias fomenta-se o aspecto organizacional do movimento, o que impacta diretamente nas formas de uso, controle e gestão de seus territórios. As territorialidades e a multidimensionalidade dos territórios influenciam diretamente na intencionalidades dos camponeses, enquanto que a alteração dessas intencionalidades incide diretamente nas primeiras, algo que fica claro a partir da análise do coletivo Raízes da Terra (XAVIER, 2022).

Quanto à liberdade, acreditamos que este é um ponto fundamental da luta por reforma agrária no Brasil. Havíamos destacado no capítulo 3.1 que buscaríamos compreender se e como a proposta de RAP favorece ou limita a liberdade dos camponeses e das camponesas. Neste sentido, não buscaremos aqui dar respostas concretas e definitivas sobre esta questão, mas sim trazer elementos que nos permitam compreender de forma mais aprofundada a relação entre posse da terra, mesmo que juridicamente não definitiva, território e liberdade.

Para analisar isso, dois elementos nos parecem fundamentais: em primeiro lugar, o conceito de liberdade dentro da tradição marxista (MARX, 2015; LUKÁCS, 1978) e o entendimento sobre o conceito de desenvolvimento para Sen (2000).

Partiremos então do conceito de liberdade para a tradição marxista. No capítulo 3.1 destacamos que a liberdade dentro dessa corrente do pensamento implica necessariamente na superação das necessidades básicas de reprodução da vida. O “reino da liberdade”, neste sentido, floresce sobre o “reino da necessidade”, ou seja, sobre a capacidade de reprodução econômico-social da humanidade, sendo diretamente influenciada pelo contexto histórico (LUKÁCS, 1978) e espacial, acrescentamos.

De acordo com o contexto histórico a classe trabalhadora irá enfrentar uma série de determinações estruturais que limitam ou favorecem sua reprodução territorial. O plano espacial também se faz importante, haja vista que a temporalidade, da qual o tempo histórico é parte, materializa-se no espaço. Configura-se uma relação dialética onde o tempo histórico e a produção do espaço são interdependentes, ou seja, o processo histórico define limites e possibilidades para a produção do espaço e as formas e funções espaciais implicam em diferentes maneiras de materialização das determinações do processo histórico (SAQUET, 2015).

No momento histórico atual, como destacado por nós acerca da mudança de conteúdo do programa de reforma agrária do MST, a QA nacional é diretamente influenciada pelo imperialismo, pelo crescente processo de financeirização da agricultura e pelo aprofundamento de políticas de gestão do território enquanto espaço de governança desde uma lógica Ultraliberal (FERNANDES *et al.*, 2020; PEREIRA; ORIGUÉLA; COCA, 2021). Neste sentido, as formas de organização política e os usos dos territórios camponeses são diretamente influenciados pelo contexto histórico, o que impactou na adoção de um modelo de desenvolvimento territorial capaz de se contrapor à lógica hegemônica, a RAP. Quanto aos trabalhadores urbanos, o processo de precarização das relações trabalhistas, como a *uberização* e a *pejotização* (ANTUNES, 2020), reduz ainda mais suas possibilidades de reprodução econômico-social, empurrando os trabalhadores cada vez mais para as periferias urbanas e até mesmo para a miséria extrema.

Esses processos históricos que incidem sobre nossa formação social, materializados em nossa formação espacial (nas desigualdades intra e inter-regionais, bem como entre campo e cidade), são influenciados por nossa condição de dependência. Acerca da dependência, a superexploração do trabalho se configura enquanto um dos elementos centrais dessa condição:

Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo (MARINI, 2017, p. 333).

Dada a diferença de produtividade entre a economia nacional e internacional, um dos mecanismos utilizados pelas burguesias brasileiras para compensar a perda de competitividade (em relação aos custos de produção) é justamente a superexploração do trabalho. Isso implica na compensação das taxas de lucro através da geração de mais-valia pela intensificação da exploração do trabalho. É este o processo que vem sendo intensificado desde o golpe contra Dilma Roussef, onde observamos o Ultraliberalismo a partir do desmonte dos direitos trabalhistas e da intensificação do processo de terceirização e pejetização principalmente dos trabalhadores urbanos, mas também dos rurais.

Mas como isso se relaciona com a Geografia e a questão da liberdade na reforma agrária? Esse processo se baseia no desenvolvimento desigual e combinado do território enquanto espaço de governança, tendo relações diretas com o processo de acumulação por espoliação observado no contexto atual pela expansão da fronteira agrícola no sentido da Amazônia (FERNANDES *et al.*, 2020). O avanço do modelo de desenvolvimento territorial capitalista (com centralidade na tríade da destruição: latifúndio-agronegócio, mineração e complexos de energias “renováveis”) implica no aumento da violência contra os povos do campo e em sua desterritorialização (CPT, 2022). Quanto ao espaço urbano, observa-se que a precarização das relações trabalhistas tem atuado diretamente no aumento da fome e da miséria dos trabalhadores urbanos (PENSSAN, 2022), refletindo-se no aumento de pessoas em situação de rua (FIGURA 16), principalmente nas grandes e médias cidades, o que também se configura enquanto um processo de desterritorialização.

Tudo isso se assenta na busca pela extração de maiores taxas de lucro, ou mais-valia, seja por meio da superexploração dos trabalhadores, seja através da mais-valia obtida com a exploração dos bens da natureza (terras, água, entre outros) (ZACARIAS, 2009). Em ambos os processos, a classe trabalhadora fica cada vez mais afastada da possibilidade de alcançar a liberdade, entendida aqui enquanto sua capacidade de reprodução econômico-social.

Neste sentido, a reforma agrária se torna uma possibilidade de superação desse quadro em três sentidos. Em primeiro lugar, ao possibilitar para o campesinato o acesso ao meio de produção (terra) e sua desvinculação total ou parcial da relação capital-trabalho (PLOEG, 2008). Também é uma possibilidade ao proporcionar formas de a classe trabalhadora urbana conseguir acessar uma melhora em sua qualidade de vida, seja ao ingressar na luta pela terra, seja através do acesso a alimentos de qualidade produzidos nos territórios de reforma agrária. Além disso, a reforma agrária pode se configurar enquanto uma forma, ou ao menos uma possibilidade, de superar o

processo de urbanização descontrolado que as grandes e médias cidades brasileiras enfrentam há décadas (ALENTEJANO, 2020). Por fim, a reforma agrária em sua dimensão política se apresenta também enquanto uma forma de fomentar um desenvolvimento autônomo e soberano para o Brasil a partir da redução da desigualdade fundiária e do poder político daí decorrente (tanto das frações burguesas nacionais quanto internacionais), tributária e condicionante de todas as outras formas de desigualdades sociais presentes no país, como já discutimos anteriormente.

Figura 16 – Notícia do portal do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC retratando o aumento do número de pessoas em situação de rua no Brasil, com destaque para São Paulo, em 2023



Fonte: MABC (2023).

Que fique claro, não buscamos aqui romantizar a reforma agrária ou a RAP enquanto um processo perfeito, sem limites ou contradições; não serão todos os camponeses ou trabalhadores urbanos que irão conseguir atingir tais condições de vida ou acessar os alimentos agroecológicos. Mas, dada a realidade concreta da classe trabalhadora urbana e rural no Brasil contemporâneo, a reforma agrária é sim uma possibilidade para a melhora de sua qualidade de vida. A respeito disso, uma das dirigentes do MST e um acampado nos relataram que:

Ter acesso à terra possibilita que as pessoas possam produzir seu próprio alimento, construir sua moradia, então te abre a possibilidade de construção de dignidade enquanto ser humano. Você tem o meio de produção, que é a terra, e a força de trabalho, com isso é possível construir a sua dignidade, desenvolver a sua vida e a vida da sua família, contribuir para o município que você vive, pois pode produzir e levar esse alimento para a classe trabalhadora da cidade. Isso tem relação com uma ideia de liberdade, gosto de uma frase que diz: para quem quer alforria, a terra é libertação. Quando a classe é desconectada, deslocada, é rompido esse laço com a terra, você passa a ter de vender a sua mão-de-obra para fora, então você se torna escravo do mercado, do capital, de tudo que envolve isso. Com o acesso à terra você tem meios de ter acesso ao meio de produção e desenvolver a sua agricultura, produzir seus alimentos (Entrevistada 06 – acampada do Quilombo Campo Grande – 12/11/2022).

Ela (a reforma agrária) trouxe para mim um sonho de vida que eu tenho desde os 10 anos de idade, naquela época eu tinha liberdade: se eu quisesse ir para a cidade eu ia, se eu quisesse parar para conversar com vocês eu parava. Meu patrão sou eu mesmo, se eu quiser ir trabalhar agora eu vou, senão eu faço outra coisa. Eu tenho minha própria programação, eu quem mando no meu próprio trabalho (Entrevistado 07 – acampado do Quilombo Campo Grande – 12/11/2022).

As entrevistas conseguem nos demonstrar como a posse da terra, mesmo que não seja em caráter juridicamente definitivo, é capaz de transformar a vida do campesinato à medida em que este consegue o acesso ao meio de produção e se liberta do processo de alienação do trabalho (MARX, 2015) a partir da superação da relação capital-trabalho, garantindo-lhe uma melhora em sua qualidade de vida. Obviamente que estes territórios apresentam garantias limitadas para a reprodução do campesinato dada a insegurança jurídica que permeia a falta da posse definitiva das terras, o que também implica na falta de políticas públicas para crédito, infraestrutura e estruturação produtiva dos lotes e acampamentos.

No livro “Brava Gente” (FERNANDES; STEDILE, 1999), Fernandes aborda que a espacialização do campesinato, no caso do MST, torna-se territorialização na medida em que ocorre a criação do assentamento, ou seja, no momento em que se dá a garantia jurídica da posse da terra. A denominação de assentamento popular, ao nosso ver, nos auxilia a compreender tal processo.

Aqui no em Campo do Meio são 25 anos de acampamento, a gente já não admite ser retirado dessa terra pois ela pertence a nós. Quando o movimento escolhe colocar no nome a ideia de assentamento popular é porque juridicamente ele ainda não se configura enquanto um assentamento, mas o povo entende ele já como um assentamento. Por isso é popular, não foi uma decisão do INCRA ou de algum governo, mas do povo organizado que entende isso daqui já como um assentamento (Entrevistada 03 – dirigente do MST – 12/11/2022).

Mesmo apresentando uma soberania limitada por esse fator, a falta de garantia jurídica, entendemos que no caso do APQCG se tratam de proto-territórios (territórios em via de consolidação) ou mesmo de territórios, na medida em que o controle, as formas de gestão e de uso desses territórios (territorialidades) estão bem desenvolvidos. Apesar dos inúmeros processos de reintegração de posse na área, estes não foram capazes de desarticular a luta pela/na terra, ao nosso ver, justamente pelo grau de consolidação de tais proto-territórios/territórios, o que é visível a partir das territorialidades desenvolvidas no local (diversidade produtiva, infraestrutura construída e moradias predominantemente de alvenaria).

Também gostaríamos de destacar que a superação da relação capital- trabalho a partir da conquista do meio de produção possui implicações ontológicas, no sentido de uma maior apropriação dos frutos do próprio trabalho por parte do campesinato e pela modificação da relação sociedade-natureza ou ser humano- meio. A partir do modelo de desenvolvimento territorial da RAP, onde se destaca o papel da agroecologia, há a modificação do metabolismo (MARX, 2015) entre o ser humano e a natureza. Enquanto que para o modelo de desenvolvimento territorial do capital esse metabolismo se desconfigura a partir da busca incessante pelo aumento da produção em detrimento da qualidade ambiental, o modelo camponês se baseia na busca pelo aumento da produção a partir do equilíbrio entre produção e qualidade ambiental.

Um elemento que a RAP me trouxe de positivo é a questão do esforço pela transição agroecológica, a busca por uma outra forma de compreensão da nossa relação com a natureza, que vai muito mais além do que simplesmente plantar e pronto, a terra estando lá e nós aqui, separados. Então é uma outra compreensão de nós mesmo enquanto pessoas. Só que plantar é muito mais do que um simples ato produtivo, nesse processo nós nos relacionamos com outras pessoas e aí vemos que temos problemas que se assemelham, seja do ponto de vista do cultivo, mas também da nossa família. Nós temos crianças, elas têm que estudar, temos que ter acesso à estrada, acesso à saúde, nossos direitos tem que ser respeitados. Existem jagunços que vêm nos importunar e até mesmo a polícia, muitas vezes paga pelos jagunços e fazendeiros. Nos negam o direito de transporte ou de energia elétrica ou da própria saúde, tudo isso faz parte dessa nova concepção de reforma agrária. Enquanto projeto há uma disputa e a gente tem que fazer a luta, pois no campo desse enfrentamento que é a luta de classes não há espaço vazio, se você deixou vazio um espaço alguém vai ocupar, então está tudo em disputa (Entrevistado 08 – acampado do Quilombo Campo Grande – 12/11/2022).

A partir dessas afirmações é possível compreender novamente a importância de se compreender os territórios a partir da multidimensionalidade. A forma de produção do território não se dá apenas a partir de seu viés produtivo, no qual a agroecologia possui papel central, mas também a partir das relações sociais de camaradagem, dos aspectos culturais e da compreensão de que RAP é mais do que acesso à terra. Trata-

se também de direitos, de acesso à saúde, educação, infraestrutura, entre outros. Nesse processo de construção das territorialidades constrói-se também as intencionalidades dos sujeitos a partir do processo de mediação da natureza/do espaço; desde a produção objetiva do território, das territorialidades, modificam-se também os aspectos subjetivos dos sujeitos. A modificação de suas intencionalidades, por outro lado, também irá incidir no processo de produção e reprodução do território a partir da organização política decorrente de tal movimento (DEMATTEIS *apud* SAQUET, 2015, p. 51-52).

Esse aspecto ontológico, ou seja, de o indivíduo tornar-se um ser social através do trabalho, entendido aqui enquanto a relação entre ser humano e o espaço através da modificação da natureza, também apresenta grandes ligações com o que Sen (1993; 2000) propõe enquanto desenvolvimento. Essa perspectiva de desenvolvimento nos é cara justamente porque procura superar a vinculação do conceito unicamente com a dimensão econômica. Desde essa visão, desenvolvimento também abarca direitos sociais, diminuição da violência ou, como o autor coloca em outra obra, o desenvolvimento abarca a expansão das capacidades humanas (SEN, 1993, p. 315):

No argumento aqui desenvolvido, os elementos constitutivos da vida são vistos como combinações de várias diferentes efetivações. Isso equivale a conceber a pessoa como ativa, por assim dizer, e não passiva (embora nem os vários estados do ser e nem mesmo as atividades devam necessariamente ser "atleticas"). Pode-se listar desde efetivações elementares como evitar a morbidade ou a mortalidade precoce, alimentar-se adequadamente, realizar os movimentos usuais, etc, até muitas efetivações complexas tais como desenvolver o auto-respeito, tomar parte da vida da comunidade e apresentar-se em público sem se envergonhar (essa última efetivação foi discutida de maneira esclarecedora por Adam Smith como uma conquista valorizada em todas as sociedades, embora as mercadorias necessárias para a sua consecução variassem de uma sociedade a outra). O que se sustenta aqui é que as efetivações são constitutivas do ser de uma pessoa, e que uma avaliação do bem-estar de uma pessoa tem de tomar a forma de uma avaliação daqueles elementos constitutivos. A noção básica nesse enfoque é a de efetivações, concebidas como elementos constitutivos da vida. Uma efetivação é uma conquista de uma pessoa: é o que ela consegue fazer ou ser e qualquer dessas efetivações reflete, por assim dizer, uma parte do estado dessa pessoa. A capacidade de uma pessoa é uma noção derivada. Ela reflete as várias combinações de efetivações (atividades e modos de ser) que uma pessoa pode alcançar. Isso envolve uma certa concepção da vida como uma combinação de várias "atividades e modos de ser". A capacidade reflete a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver.

É justamente neste sentido que compreendemos o desenvolvimento representado pelo modelo de desenvolvimento territorial da RAP.

Mais do que a possibilidade de geração de renda e autonomia econômica por parte do campesinato, a RAP implica também em efetivações como tomar parte da vida em comunidade (organização política), o bem-estar e autorrespeito dos camponeses (como no caso do coletivo de mulheres), alimentação saudável e adequada (agroecologia), entre outros fatores. Desta forma, o compreendemos enquanto um processo de desenvolvimento multidimensional baseado materialmente em um modelo de desenvolvimento territorial multidimensional.

Isso somente é possível através das territorialidades, novamente em um movimento dialético entre a forma de organização e uso dos territórios com a intencionalidade dos sujeitos. O programa de RAP, ao apresentar a reforma agrária como mais do que o acesso à terra, fomenta a criação de territorialidades que busquem a superação da visão de desenvolvimento apenas enquanto um aspecto econômico. Obviamente que a reprodução econômica das famílias tem um papel central nesse processo, haja vista que o reino da liberdade se ergue sobre a superação do reino da necessidade, mas o desenvolvimento não se limita à renda.

Agroecologia é uma questão muito mais ampla, passa por entender o que o companheiro Zé Pinto, do movimento, artista, cantor, coloca em uma música: a gente cultiva a terra e ela cultiva a gente. O ato de cultivar transforma não só a terra, como também a nós mesmo enquanto seres humanos, e nisso vamos reconstituindo o processo de metabolismo social que se rompeu a partir da instauração do modo de produção capitalista. Reconstruir esse metabolismo passa pela reconstrução das relações sociais entre as pessoas, construímos humanidade ao plantar, nos relacionamos com outras pessoas, com o entorno mais próximo. Seja para produzir, para trocar produtos, para conversar. Nos relacionamos com o entorno, com o povo que está no campo, mas também com o povo que está nas cidades por meio de nossa feira, nossa cooperativa, do café Guaií, do extrato de tomate, das ervas que as mulheres produzem, dos xaropes e tinturas. E, assim, vamos construindo outras relações sociais, por isso nós dizemos que uma agricultura sustentável, com base na agroecologia, está no centro do que é a proposta da RAP (Entrevistado 02 – acampado do Quilombo Campo Grande – 12/11/2022).

A partir da realização de efetivações (SEN, 1993), que decorrem diretamente do modelo de desenvolvimento territorial da RAP, as intencionalidades se modificam, permitindo um movimento dialético entre a parte e o todo: as territorialidades proporcionam a organização política, o acesso a um grau mais elevado de bem-estar, saúde e alimentação saudável, com isso o campesinato alcança a capacidade de avaliar criticamente seu modelo de desenvolvimento e propor saídas e formas de superação para as contradições e limites apresentados durante o processo de produção do território.

As contradições e limites se dão, pois, mesmo se baseando em um modelo de

desenvolvimento territorial contra-hegemônico, que permite uma desvinculação ao menos parcial do campesinato em relação aos pacotes tecnológicos do agronegócio, a formação espacial camponesa ainda assim é hegemônica pela formação espacial capitalista. Isso significa que apesar de apresentar táticas para a superação das vinculações com o mercado capitalista, a exemplo da produção agroecológica, o campesinato se insere no modo de produção capitalista. Seja para a aquisição de maquinários e implementos, seja para a comercialização de seus produtos, ou até mesmo no sentido da manutenção da dependência de políticas de Estado que favoreçam a reforma agrária e/ou a agricultura camponesa-familiar.

Além da dimensão produtiva e das políticas públicas, as contradições que permeiam a RAP também se dão pelo fato de que camponeses e camponesas tiveram suas subjetividades (intencionalidades) formadas dentro da racionalidade do modo de produção capitalista. Ao adentrarem na luta pela terra tais intencionalidades não desaparecem, porém, a partir de sua organização política, elaboram-se formas para a superação de contradições como o machismo e o patriarcalismo.

O elemento geracional, ao nosso ver, parece explicitar como essas contradições, a exemplo do machismo e do patriarcalismo, se reproduzem dentro da RAP. Um dos acampados entrevistados (entrevistado 07), com idade na casa dos 60 anos, demonstrou que a divisão sexual do trabalho em seu lote ainda é determinada pela lógica do homem trabalhar no roçado e da mulher tomar conta dos serviços domésticos; já outra acampada (entrevistada 09), com idade na casa dos 40 anos, relatou que a divisão do trabalho no lote não é centrada no gênero, mas de acordo com as tarefas que cada um pode desempenhar em determinado momento. É importante destacar que, no caso da entrevistada 09, esta faz parte do setor de educação do movimento e, também, do coletivo de mulheres, o que lhe permitiu superar a visão patriarcal da divisão do trabalho permeada pelo capitalismo.

Cada um tem sua tarefa, minha esposa fica com as tarefas de casa, eu a ajudo com 1%. Pelo menos isso você tem que ajudar, o trabalho doméstico é ela quem domina. As outras coisas sou eu que organizo, sou eu que sei o que plantar, o que precisa comprar, contratar mão de obra para ajudar na colheita, por exemplo. As contas de casa somos nós dois quem organizamos, eu tenho um filho que mora em Campinas e também vem de vez em quando para ajudar a gente a organizar as contas (Entrevistado 07 – acampado do Quilombo Campo Grande – 12/11/2022).

A gente divide tarefas, os trabalhos são os mesmos: lavar roupa, limpar a casa, trabalhar na horta e ir para a roça fazer colheita. A gente se divide

muito bem, mas isso não foi por acaso, tanto eu como meu marido somos camponeses natos e a família dele sempre teve consciência que era importante igualar as tarefas, tanto homens quanto as mulheres devem dividir o trabalho. Já na minha família não, essa consciência veio somente depois que eu entrei para o movimento. Para o MST não existe essa diferença entre trabalho masculino e trabalho feminino, as tarefas são divididas igualmente. Tanto a mulher deve trabalhar na roça quanto o homem deve lavar a louça, então não temos essa divisão na nossa casa, os meninos tiram a roupa do varal, as meninas vão cuidar dos bichos. Eles podem até falar “hoje não é meu dia”, mas assim, eles não ficam diferenciando trabalho “de homem” e trabalho “de mulher”. Na nossa família as crianças são como se fossem estagiários, dentro do nosso lote aprendem a lidar com os animais, a limpar a casa, a saber que a gente precisa reaproveitar os alimentos, eles são os nossos auxiliares. A gente sempre fala: isso daqui é um curso que vocês vão fazer para o resto da vida, ensinamos vocês para que passem para os seus filhos (Entrevistada 09 – acampada do Quilombo Campo Grande – 12/11/2022).

Como já destacamos, os processos de desenvolvimento gerados a partir das efetivações (SEN, 1993) decorrem diretamente do modelo de desenvolvimento territorial da RAP. A partir da inserção desta camponesa no coletivo de mulheres ena direção do movimento suas intencionalidades se modificam, permitindo um movimento dialético entre a parte e o todo: ela passa a compreender o patriarcalismo enquanto um elemento limitante através de sua organização política, ou seja, através das territorialidades da RAP, ao mesmo tempo em que essa tomada de consciência passa a influenciar a forma de organização e gestão de seu território. Ainda sobre a capacidade do modelo de desenvolvimento territorial da RAP proporcionar efetivações, ou melhor, desenvolvimento, gostaríamos de destacar novamente a importância do coletivo de mulheres nesse processo:

Eu cheguei no coletivo de mulheres Raízes da Terra em 2020, tem dois anos que estou envolvida, eu já conhecia antes, mas só fui me envolver mesmo, fazer parte, há dois anos. Antes de fazer parte eu passava na horta das mulheres e via, conversava, mas não tinha uma ideia sobre o que era, achava que era um grupo de mulheres que trabalhava ali, ganhava seu dinheiro. A partir do momento que eu comecei a me envolver nas reuniões, uma vez por semana no período da manhã, eu passei a ver que não era o que eu pensava. A gente não estava ali só pela renda, temos uma renda, mas vamos mais por que nós gostamos de aprender sobre as ervas, eu não sabia para que servia um chá de menta, um mil-ramas. O trabalho na horta e no coletivo é como se fosse uma família, a gente chega de manhã, tomamos nosso café, conversamos sobre a vida, perguntamos se as companheiras estão bem. Nos dias em que não estou bem eu exponho e as companheiras me dão conselhos, me dão um abraço, então é uma família. As vezes a gente também almoça junto e vamos cultivando nossos afetos, é um lugar de cuidado (Entrevistada 10 – acampada do Quilombo Campo Grande – 12/11/2022).

Nossa organização em um coletivo vem agregando valores para a mulher, e agregando esses valores as companheiras vão tendo uma visão, uma posse da sua cidadania. Vendo sua importância na luta ela vai cada vez mais se inserindo nos espaços de organização. São coisas que há um tempo atrás não eram assim, as mulheres nem iam com seus companheiros para as ocupações, ela ficava mais com a função mesmo de cuidar dos filhos e da casa, cuidando do quintal, fazendo diversas coisas, mas nem apareciam nos espaços políticos. Hoje não, hoje as mulheres aqui falam: eu plantei mais de 1000 pés de café, mesmo ela tendo um companheiro. Esse café é feminino, ela não admite mais que o companheiro diga: esse é meu milho, a roça é minha. Não, é a nossa roça, as mulheres já tem essa capacidade de poder falar, elas estão conseguindo entender que têm vez e voz (Entrevistada 05 – dirigente do MST – 12/11/2022).

A partir dos trechos acima fica claro a relação dialética entre objetividade e subjetividade destaca que o território é construído social e politicamente (DEMATTEIS, 1964 *apud* SAQUET, 2015, p. 50-51). Indica, portanto, uma realidade material resultante tanto das relações sociais quanto das relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza. dentro do modelo de desenvolvimento territorial da RAP. Ao adentrar no movimento, muitas das mulheres não tinham uma consciência política sobre o papel que desempenham na sociedade e como o modo de produção capitalista impacta diretamente na construção dessas intencionalidades através do patriarcalismo e do machismo. Através da importância do feminismo camponês popular (CALAÇA; CONTE; CINELLI, 2018) para esse modelo de desenvolvimento, desenvolvem-se territorialidades baseadas na busca pela emancipação política e econômica das camponesas. Essa emancipação proporciona uma efetivação do desenvolvimento (SEN, 1993) no sentido de favorecer a qualidade de vida e a tomada de consciência do papel da mulher no processo de reforma agrária. Dialeticamente, tais intencionalidades irão influenciar na organização política do movimento, bem como nas territorialidades desenvolvidas tanto no conjunto do Quilombo Campo Grande, quanto nos territórios das famílias, em seus lotes.

Outra parte da multidimensionalidade dos territórios camponeses que acreditamos ser importante para a consolidação do modelo de desenvolvimento territorial da RAP é a educação, mais especificamente a Educação do Campo. A Educação do Campo pode ser compreendida enquanto uma educação territorial (CAMACHO, 2014), haja vista que é formada a partir da conquista do território pelo campesinato, se baseia nos modos de vida e nas intencionalidades dessa classe social e também se configura enquanto uma territorialidade geradora de territorialidades (SANTOS; COCA, 2022).

Apesar de a Escola Popular Eduardo Galeano ter sido demolida durante o

processo de despejo realizado no Quilombo Campo Grande em 2020, a sua reconstrução demonstra a centralidade de tal dimensão para a reprodução do território camponês. Perguntada sobre a importância da existência de uma escola dentro do território, uma das responsáveis pelo setor de educação nos relatou que:

Hoje temos uma juventude bem dispersa, sofremos com dois anos de pandemia e com quatro anos de um governo que não deu nenhuma condição para mantermos essa juventude no campo. Mas nós estamos fazendo um trabalho de mobilização, inserindo os jovens nas tarefas cotidianas dos setores, hoje temos alguns jovens que contribuem no setor de educação, as crianças das cirandas também estão sempre no meio de nós. É sempre importante as crianças estarem no meio da gente para poderem ir ouvindo, aprendendo com as nossas discussões. A reconstrução da nossa escola vai trazer muitas condições para as crianças, jovens e adultos se manterem no campo, isso por meio da alfabetização, dos cursos de capacitação, dos espaços de formação política. A ideia é que a gente faça daquele espaço, desde a construção até a finalização, um lugar de formação para que as pessoas valorizem tudo aquilo que elas têm, para que a gente possa de fato não ser uma escola tradicional. Nós não queremos criar mão-de-obra, nós não queremos criar máquinas, queremos criar pessoas que pensam, que sabem escolher o que é melhor para elas respeitando o ser humano e a natureza. Nós estamos começando a construção meio que de trás para a frente, o certo seria construir a escola e montar a ciranda. Mas optamos por construir primeiro o alojamento, estamos conseguindo construir a escola com a ajuda de muitas mãos, de ajuda internacional e nacional, que são os amigos do MST. A gente está terminando de construir o alojamento, que é para receber as pessoas que vão nos ajudar a construir a escola, assim a gente consegue dar condições para essas pessoas nos ajudarem. Agora estamos começando a abrir um poço artesianos para o abastecimento de água no local, pois no espaço temos pouca água, e estamos nos alicerces da ciranda, uma vez que as crianças são nossa prioridade. E também para que quando fizermos os mutirões de construção da escola as crianças já estejam em processo de formação, para aprender desde a hora de construir a escola, que elas coloquem a “mão na massa”, fazer o trabalho prático mesmo, terem a infância se sentindo parte da construção disso tudo. Para que, quando elas crescerem, forem para a faculdade ou começarem a trabalhar, tenham muito para ensinar e ajudar na construção da sociedade (Entrevistada 01 – dirigente do MST – 12/11/2022).

A educação é um entrave muito grande que nós temos nas áreas de reforma agrária. Se nossas crianças vão se distanciando uma boa parte do dia do seu meio rural, as ideias delas também vão se distanciando. Os jovens começam a comparar, pois infelizmente a sociedade acha que tudo que é de ruim está na roça. Que nem hoje: a terra está seca então as roupas ficam empoeiradas, o cabelo também. Se está chovendo é o pé cheio de lama, a roupa cheia de lama, morando na cidade não tem nada disso, já começa aí. Sem contar a internet, a meninada está vivendo com o celular na mão, tenho meus pontos favoráveis e contrários ao celular, mas as crianças chegam na roça e não tem uma internet. Coisa que nós deveríamos ter para tantas coisas boas que ela pode nos proporcionar, mas não é o nosso caso. A criança também vai ficando distante do nosso cotidiano, do nosso modo de vida, então a escola dentro do nosso território é muito importante, da mesma forma que a criança vai sair de casa com o pé sujo de barro e não vai ter problema para entrar assim na escola, justamente porque a escola está na roça, no meio do barro ou da poeira.

Sem contar que os nossos princípios são colocados dentro da escola, isso eu estou falando das crianças menores, mas também tem os adultos e idosos que conseguem, com a escola aqui, tomar posse do conhecimento. Tomando posse desse conhecimento, mesmo que seja com 40, 50, 60 anos, vai dar uma outra visão de vida, de entendimento do que é o próprio movimento, que muitas vezes essa pessoa não tem. A educação é um fator fundamental para isso, por isso que nossa escola se resume às séries, aos anos escolares, não. Todo e qualquer curso que nós pudermos dar para a formação do indivíduo, do ser humano que está dentro do movimento é muito válido. É uma troca de experiência, você aprende muito com aquele educando que está ali, formação nunca é demais (Entrevistada 05 – dirigente do MST – 12/11/2022).

A escola é um dos elementos do território camponês e do modelo de desenvolvimento territorial da RAP, se configurando enquanto “[...] condição necessária para a reforma agrária e para a democratização de nossa sociedade” (MST, 2013, p. 158). A própria reconstrução da escola, como colocado pela entrevistada 01, demonstra que o processo educacional desenvolvido nas áreas de RAP vai além do aspecto da aprendizagem de conteúdos. Neste sentido, em seu programa de RAP, o movimento destaca que: “A educação que queremos vai além da escola e está vinculada a um novo projeto de desenvolvimento econômico, social e ecológico para o campo, tendo como sujeitos as próprias pessoas que vivem nas comunidades” (MST, 2013, p. 158).

Para a Educação do Campo, a partir da pedagogia do movimento (CALDART, 2000), o próprio processo de trabalho é um elemento de aprendizagem, seja no sentido de valores, como a coletividade, seja pelo próprio aspecto ontológico: ao modificar a natureza e o espaço, as pessoas modificam a si próprias. A educação é uma das dimensões do território camponês que consegue, ao mesmo tempo, demonstrar a potência do modelo de desenvolvimento territorial da RAP, como destacado acima, e os limites que este apresenta.

Estes limites concernem principalmente às demandas que o movimento apresenta em relação ao Estado, qual seja, a oferta de educação pública e gratuita, a construção de escolas nas comunidades, a ampliação da oferta de cursos técnicos e de ensino superior para jovens e adultos das áreas reformadas, bem como a formação de docentes para o trato com a realidade do campo e a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos voltados para essa realidade (MST, 2013, p. 159). Por si só, essas demandas não deveriam implicar em limites para o modelo de desenvolvimento territorial da RAP. Mas, como a conjuntura política e econômica

não se mostra favorável à criação de políticas públicas capazes de tratar dessas questões – em realidade, houve subfinanciamento e destruição das políticas existentes (MARTINS *et al.*, 2021) –, ao menos no período de 2016 a 2022, tais elementos se transformaram em limites à Educação do Campo.

Associado à democratização da educação está outro aspecto fundamental do programa, qual seja, a adoção de um novo modelo tecnológico e científico:

A reorganização da produção agrícola brasileira deve vir acompanhada por um novo sistema de planejamento e tecnologias orientadas pelo enfoque ecológico e participativo, adequando-se à reforma agrária, às unidades camponesas de produção, buscando aumento da produtividade em equilíbrio com o meio ambiente. [...] A pesquisa agrícola, os serviços de assessoria tecnológica e de educação do campo deverão ser públicos, gratuitos, garantidos pelo Estado a todos os agricultores e agricultoras. Deverão estar voltados às prioridades da reforma agrária, da soberania alimentar e para a implementação desse novo modelo agroecológico. As universidades públicas devem adequar suas pesquisas a essa integração com as necessidades dos agricultores e agricultoras (MST, 2013, p. 154-156).

Dentro do modo de produção capitalista, as tecnologias e a ciência são produzidas com a finalidade de atender à reprodução do capital (ROMERO, 2005). Estas, portanto, não são neutras e apresentam um papel político e econômico fundamental para o modo de produção capitalista. Dentro dessa perspectiva, o trabalho é separado do conhecimento, haja vista que:

[...] não é possível estabelecer uma teoria geral da tecnologia desvinculando-a das condições históricas que lhes criaram, acrescida de um outro aspecto fundamental: no capitalismo a ciência e a tecnologia foram desenvolvidas para a extração de mais-valia relativa, privando o trabalhador do controle sobre o processo de trabalho e se impondo como uma forma de dominação (MARTINS, 2019, p. 176).

Torna-se fundamental para o modelo de desenvolvimento territorial da RAP uma ruptura com as forças produtivas do capital, como os insumos, tecnologias, sementes transgênicas, entre outros. Apesar de isso ser claro para o MST, sua aplicação requer um processo de transformação das relações sociais de produção (adoção da agroecologia, por exemplo) e das forças produtivas que só pode ocorrer a longo prazo. O campesinato organizado em Campo do Meio busca a superação da separação entre trabalho e tecnologia através, entre outros fatores, da organização de redes de apoio.

Como a própria definição de território implica a existência de redes

(DEMATTEIS, 1964 *apud* SAQUET, 2015), esta também é uma questão cara à RAP: a importância da criação de redes de apoio. Estas redes podem ser formadas com o objetivo de barrar processos políticos, como ocorrido com a tentativa de reintegração de posse de parte das áreas do Quilombo Campo Grande em 2018, como destacado por nós anteriormente. Ademais, as redes também se configuram a partir da necessidade de transformação das relações sociais de produção, da necessidade de criação de mercados alternativos para os produtos da RAP, bem como para o desenvolvimento das técnicas utilizadas na produção de mercadorias. Tratem-se de alguns exemplos.

Acerca da necessidade de transformação das relações sociais de produção e para o desenvolvimento das técnicas a agroecologia possui uma enorme centralidade para o movimento na criação de redes de apoio em Campo do Meio. Como exemplo, temos as ações desenvolvidas pelo NETASA, em parceria com a UNIFAL-MG e o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, *campus* Machado. Uma das ações desenvolvidas por essa parceria foi o “censo sem-terra”, a partir dos dados levantados nessa pesquisa o movimento torna-se capaz de elaborar políticas internas e formas de organização de seu território para aprimorar a produção ou a transição agroecológica, bem como o escoamento de sua produção.

A criação do circuito curto de comercialização dos produtos agroecológicos, chamado de “Cestas agroecológicas Quilombo Campo Grande” se deu em parceria com as instituições e o núcleo de pesquisa e extensão supracitados. A partir da demanda do campesinato para estas instituições e núcleo de pesquisa, campesinato e discentes/pesquisadores passaram a formular um circuito curto de comercialização virtual para os produtos agroecológicos em razão da pandemia de COVID-19 (XAVIER, 2022). Isso se deu pois, antes da pandemia, o NETASA havia desenvolvido, em parceria com o MST, um projeto de extensão que criou uma feira de produtos agroecológicos dentro do *campus* sede da UNIFAL-MG.

Através dessa rede de apoio foi possível a criação das cestas agroecológicas, ou seja, de um mercado virtual para o escoamento dos produtos da RAP. Criou-se um formulário *online* onde os camponeses, semanalmente, publicavam uma lista com os produtos disponíveis; os consumidores selecionavam tais produtos e os retiravam em um ponto fixo em Alfenas, uma vez por semana. Também havia a possibilidade de entrega dos produtos à domicílio a partir do acréscimo de uma taxa de entrega.

Mesmo que incapaz de abarcar a totalidade da produção nos acampamentos, a cesta foi uma alternativa encontrada para que o campesinato conseguisse comercializar seus produtos em um momento de crise econômica e sanitária.

Xavier (2022, p. 114-115) aponta outra ação desenvolvida pelo movimento em parceria com a UNIFAL e o NETASA através do programa de extensão “Semeando a terra: ações de fortalecimento da cadeia agroecológica e da soberania alimentar no sul de Minas Gerais”:

O escoamento dos produtos principalmente fitoterápicos, vem caminhando para a profissionalização e padronização. Em parceria com a UNIFAL-MG e da emenda parlamentar que foi gerida pelo Programa de Extensão, “Semeando a terra” os professores e bolsistas do curso de Farmácia, realizaram cursos teóricos e práticos para as mulheres entre 2020 e 2021, dos quais alguns módulos foram adiados, até conseguirem de fato, finalizarem o curso. A construção dos módulos dos cursos em que tinha responsáveis os professores e graduandos do curso de Farmácia da UNIFAL-MG, foi também horizontal. No primeiro módulo do curso, os professores e graduandos conheceram a horta das mulheres, as plantas medicinais que obtinham, ouviram seus anseios e desejos e a partir disso, delimitaram alguns produtos mais rentáveis para incluir no curso, com as plantas medicinais que já eram produzidas no ecossistema presente, e que poderiam beneficia-las. O curso foi finalizado em novembro de 2021, com 4 módulos presenciais, onde 2 deles foram no QCG e 2 na UNIFAL-MG, campus sede de Alfenas- MG. A comercialização dos produtos do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra ocorre pelas Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande e também em feiras livres locais.

Por meio dessa parceria, as mulheres do coletivo Raízes da Terra puderam aprimorar as técnicas utilizadas para a produção dos produtos fitoterápicos, cujas matérias-primas são extraídas da horta que o coletivo gere. Assim, a rede se fez de grande importância para o coletivo na medida em que proporcionou um processo de profissionalização e padronização da produção dos fitoterápicos por parte das mulheres do movimento.

Além dessas ações, a partir da parceria com a UNIFAL-MG e o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais o projeto de lei (Lei nº 23939/2021) de Beatriz Cerqueira (PT), responsável por instituir o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região Sul e Sudoeste de Minas. Seu objetivo é a promoção e o fomento da agroecologia e da produção orgânica na região, abrangendo cerca de 153 municípios.

Em seu artigo terceiro, a Lei nº 23939/2021 institui que:

As ações governamentais relacionadas ao polo de que trata esta lei observarão as seguintes diretrizes: I - fomento à produção agroecológica e orgânica; II - promoção da agrobiodiversidade; III - transversalidade das políticas públicas de agroecologia e produção orgânica; IV - promoção da utilização sustentável dos recursos naturais nas unidades produtivas; V - fortalecimento de processos participativos de garantia da qualidade dos produtos agroecológicos e orgânicos; VI - assistência técnica e extensão rural em agroecologia; VII - estímulo ao consumo de alimentos agroecológicos e orgânicos; VIII - reconhecimento dos serviços ambientais prestados pelos sistemas agroecológicos e orgânicos de produção; IX - fortalecimento do associativismo e do cooperativismo entre produtores agroecológicos e orgânicos; X - fomento das iniciativas de emancipação e autonomia das mulheres agricultoras; XI - apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação com foco na produção e no processamento de produtos agroecológicos e orgânicos; XII - fomento à agroindustrialização e ao turismo rural; XIII - apoio à comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos em mercados institucionais e privados; XIV - incentivo à sucessão rural por meio da promoção de acesso às políticas públicas a jovens e mulheres rurais; XV - apoio à geração e utilização de energias renováveis; XVI - reconhecimento da importância dos movimentos sociais na promoção da segurança alimentar (MINAS GERAIS, 2021, não-paginado).

A elaboração de tal projeto de lei, que beneficia diretamente a RAP em Campo do Meio, somente foi possível através das redes de apoio que o movimento tem articulado, seja com instituições de ensino superior, seja com os partidos políticos, a exemplo do PT, que apoiou tal iniciativa.

A respeito da importância das redes para o movimento, uma dirigente do Quilombo Campo Grande nos ressaltou que:

As redes tem importância fundamental, no sentido de que sozinhos é muito difícil que a gente consiga construir algo e consolidar, conseguir escala, quando se trata da produção de alimentos. Então, as redes entram no sentido da construção de podermos socializar a nossa produção, consolidar e acessar mais mercados, construir políticas públicas, pressionar o governo. A gente tem o exemplo da rede criada pelo Polo de Agroecologia, essa rede pressiona a rede regional de prefeituras para que a gente possa avançar em questões como as políticas públicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Também temos as redes com as universidades, a gente demanda muitos estudos sobre muitas das práticas que a gente constrói, então é também uma trincheira a ser ocupada. A universidade não pode fazer pesquisas descoladas da realidade, por isso também precisamos dessa rede. Quando construímos um grupo de consumo estamos criando uma rede de comercialização através da qual a gente amplia a produção e também amplia o mercado e a quantidade de pessoas que acessam esses alimentos. O movimento é uma prova da importância das redes, se houvesse somente uma pessoa aqui para ocupar essas terras a polícia viria, retiraria essas pessoas com violência e acabou. Como nós somos um grupo maior de pessoas temos a possibilidade de construir processos maiores, mais consolidados e mais duradouros (Entrevistada 03 – dirigente do MST – 12/11/2022).

Dematteis (1964 *apud* SAQUET, 2015, p. 51) destaca que a própria definição de

território implica em uma trama de relações sociais e redes, em articulações territoriais multiescalares. Portanto, as redes são um elemento fundamental para a caracterização dos territórios e, conseqüentemente, do modelo de desenvolvimento territorial da RAP. Por meio delas as demandas e lutas do movimento tomam proporções que, sem a ajuda de seus parceiros, seriam difíceis de serem alcançadas. A respeito disso, Carter e Carvalho (2010, p. 319) apontam que a construção de parcerias e alianças políticas (redes de apoio) é um dos elementos internos de organização do MST enquanto movimento, fato este que pode ser observado no que discutimos até o momento.

Para que todos esses preceitos discutidos até aqui possam ser levados adiante ou ganhem escala, o movimento coloca duas questões fundamentais: mobilização popular e ação do Estado democrático e popular (MST, 2013, p. 164- 165). A mobilização popular abarca a ideia de que as mudanças destacadas no programa somente poderão ocorrer a partir da pressão popular. Apontam a necessidade de “[...] organizar, massificar e ampliar a participação popular nas lutas e mobilizações de forma permanente” (MST, 2013, p. 164). Já a ação do Estado democrático e popular é vista enquanto a necessidade de que o Estado e todos os poderes (executivo, legislativo e judiciário) sejam responsáveis por executar tais medidas.

Neste sentido, gostaríamos de fazer alguns apontamentos. Em primeiro lugar, acreditamos que as propostas trazidas no programa de RAP representam um enorme avanço nas discussões já realizadas sobre a reforma agrária no Brasil, apresentando uma característica multidimensional ao compreender as imbricações entre reforma agrária e educação, sistema alimentar, ciência/tecnologia e política.

Por outro lado, dada a conjuntura política atual e a correlação de forças que tendem ao aprofundamento do neoliberalismo e da exploração da classe trabalhadora, nos parece um pouco remota a viabilidade da aplicação de tais propostas pelo Estado brasileiro no presente contexto. Desconsidera-se, inclusive, o próprio caráter do Estado brasileiro e das burguesias nacionais e internacionais, como já discutido por nós neste trabalho.

Concordamos que a aplicabilidade de tais propostas depende diretamente da capacidade de mobilização das massas e que sem esta seria impossível qualquer avanço no tema da reforma agrária no contexto atual. Porém, como entendemos que a QA é estrutural ao capitalismo e que a formação social brasileira, nos marcos da

dependência, é em grande parte determinada pelo monopólio fundiário, acreditamos que a viabilidade da RAP depende diretamente do embate com as burguesias nacionais nos marcos de um processo de reformas que abra caminho para uma revolução socialista.

Dialeticamente, pensamos que tal revolução socialista, ou revolução brasileira, depende diretamente de uma ampla mobilização popular por meio de propostas reformistas, tal qual a reforma agrária. Ou seja, a luta por uma RAP deve estar contida no marco de superação do capitalismo, sendo utilizada enquanto bandeira de luta capaz de mobilizar as massas no campo e na cidade no sentido de uma revolução socialista.

Com isso pretendemos apontar que o programa do MST é extremamente elaborado e apresenta diversas soluções para os problemas gerados pelo modo de produção capitalista no Brasil. Mas, para que tal reforma possa ser efetivada, é necessário compreender que o Estado brasileiro é determinado em grande parte pelos ditames do latifúndio-agronegócio e suas relações com o imperialismo e o sistema financeiro. Portanto, qualquer proposta que tenha em vista sua realização a partir da conciliação de classes poderá estar fadada ao fracasso, como ocorreu com todas as tentativas de se fomentar uma reforma agrária ampla e massiva no Brasil a partir da união com a burguesia e o latifúndio-agronegócio. Fato é que nenhuma proposta de reforma agrária pode ganhar aplicabilidade na prática sem a presença do Estado, mesmo que seu papel seja apenas o de viabilizar juridicamente os processos sociais reformistas. Tanto a amplitude quanto a aplicação de tais reformas também dependem diretamente das forças sociais envolvidas nesses processos. Via de regra, as reformas agrárias são influenciadas por dois tipos de forças, as vindas da própria sociedade, e as provenientes do Estado:

Por definição, reformas agrárias implicam o envolvimento do Estado na reestruturação de relações de direito de propriedade ou, no mínimo, na regulamentação dos termos de posse no campo, em favor dos trabalhadores rurais. Na ausência do Estado, alterações como essa somente poderiam ocorrer por meio de guerras, apropriações de terras e outras expressões de força bruta. O Estado pode, em última instância, legitimar os resultados dessas lutas. No entanto, isso corroboraria o ponto central desta discussão: no final, toda reforma agrária deve ser sancionada pelo Estado. Em contrapartida, nenhuma reforma agrária poderia surgir em uma sociedade que não tivesse expectativas e demandas por ela (Carter, 2020, p. 33).

A partir disso podemos considerar que a RAP se configura enquanto um processo que possui enquanto força propulsora aquelas vindas “de baixo”, sendo o campesinato organizado em movimento socioterritoriais, no caso o MST, enquanto agente principal. Isso não significa que o Estado não tenha importância, muito pelo contrário, como temos discutido no presente capítulo grande parte dos limites que esta proposta apresenta se encontram justamente no abandono das pautas erguidas pelo campesinato em relação às políticas agrárias.

Por outro lado, falar de reforma agrária no Brasil implica necessariamente em se considerar que o campesinato sempre foi o agente que obrigou o Estado brasileiro e seus governos a tomarem atitudes e construírem políticas de assentamento, mesmo que não se configurem enquanto uma reforma agrária.

A potência da RAP se encontra, entre outros fatores, na centralidade que o campesinato possui na formulação de suas diretrizes e formas de ação. Isso permite que o programa de RAP apresente uma construção territorial multidimensional, entendendo o espaço agrário brasileiro a partir de suas contradições e propondo um modelo de desenvolvimento territorial que busca a superação dessas condições limitantes. Sobre o estágio atual da RAP, um dos dirigentes entrevistados nos relatou que:

Após formulamos nosso programa de RAP, internamente nós fizemos um outro processo de debate. A construção de um programa de RAP possui basicamente 3 momentos: i) o debate prévio sobre propostas, ideias, etc.; ii) a formulação do programa em si e sua aprovação pelo conjunto da organização no VI Congresso Nacional do MST, em 2014; iii) materializar tudo isso, de modo que as conclusões não virem “letra morta”. Nos encontramos justamente neste terceiro momento, dando materialidade àquilo que foi caracterizado no programa. No movimento temos diversos setores, particularmente participo do setor de produção, cooperação e meio-ambiente, que, ao meu ver, deveria se chamar setor de produção, cooperação e agroecologia. Nós pegamos, no interior do setor de produção, o programa da RAP e discutimos os desafios que este programa coloca para nós enquanto setor de produção, isso em nível nacional. A partir daí entendemos que possuímos 3 grandes desafios: i) produzir alimentos saudáveis para as famílias acampadas, assentadas e que chegue para toda a sociedade brasileira; ii) cuidar dos bens da natureza; iii) como resultado desses dois desafios, desponta a necessidade de dialogar com a sociedade (Entrevistado 02 – dirigente do MST – 12/11/2022).

Constatamos, portanto, que o modelo de desenvolvimento territorial da RAP, no caso de Campo do Meio, encontra-se em um momento de consolidação. Acreditamos que longo de nossa discussão neste trabalho pudemos explicitar como o movimento tem buscado dialogar com os três grandes desafios colocados pelo

dirigente no trecho acima.

A produção de alimentos agroecológicos por parte do campesinato em Campo do Meio é uma realidade, ainda assim, é necessário que os processos de transição agroecológica que estão sendo desenvolvidos consigam atingir seu objetivo. Apesar de não serem todos os acampados e acampadas que produzem com bases agroecológicas ou que se encontram no processo de transição, boa parte do campesinato já se encontra nesse processo. Com relação à agroecologia, algumas questões ainda se apresentam enquanto limitantes: i) a necessidade de este modelo de desenvolvimento aumentar sua escala de produção e se tornar capaz, em um futuro ideal, de alimentar toda a população brasileira; ii) os mercados para esse tipo de produtos ainda são pouco desenvolvidos, carecendo de políticas públicas que favoreçam seu crescimento; iii) a concorrência com os alimentos produzidos de forma convencional é difícil, haja vista que este tipo de produção encontra diversas formas de apoio estatal, seja através das empresas de melhoramento (como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA), seja através de linhas de crédito, o que leva os alimentos agroecológicos a terem preços menos competitivos nos mercados.

Após termos destacados alguns dos aspectos que apresentam centralidade para o programa de RAP na teoria e na prática, traremos um quadro comparativo entre os modelos de reforma agrária clássica e de RAP (QUADRO 2).

Este quadro apresenta alguns dos elementos das discussões realizadas por nós ao longo do presente trabalho. Buscaremos então analisar seu conteúdo como forma de sintetizar as diferenças entre os modelos de reforma agrária em seu sentido clássico e em seu sentido popular.

Um primeiro elemento básico de diferenciação entre as propostas acima se encontra justamente em seu agente propositor: no caso da reforma agrária clássica é o Estado burguês quem elabora o conteúdo e as formas de aplicação da reforma, enquanto que no caso da RAP é o campesinato quem detém esse papel, por isso se apresentam políticas “de baixo” para “cima”. Apesar de, no caso da reforma agrária clássica, ser o Estado seu agente propositor, isso não significa que as forças sociais vindas “de baixo” não possuam sua importância nesse processo. Como destacado por Carter (2020), nenhum processo de reforma agrária pode vir a se tornar realidade sem que haja uma demanda efetiva por tais mudanças. O caso brasileiro é bem emblemático acerca dessa questão, haja vista que mesmo nos casos do PNRA

I e II o campesinato organizado em movimentos socioterritoriais e a pressão da sociedade civil influenciaram diretamente na aplicação de tais políticas.

Quadro 2 – Quadro comparativo acerca das características dos modelos de reforma agrária clássica e popular

Categorias	Reforma agrária clássica	Reforma agrária popular
Agente propositor	Estado	Campeinato
Padrão tecnológico	Convencional	Baseado na agroecologia
Modelo de desenvolvimento territorial	Unidimensional	Multidimensional
Forças propulsoras da reforma	Políticas de "cima" para "baixo"	Políticas de "baixo" para "cima"
Papel da ciência e da tecnologia para o modelo de desenvolvimento	Separação entre conhecimento e trabalho	Procura integrar os conhecimentos dos trabalhadores no processo produtivo
Relação campo-cidade	Espaços dicotômicos	Espaços dialéticos
Finalidade	Democratização do acesso à terra	Superação das desigualdades sociais a partir da diminuição da concentração fundiária

Fonte: Produzido pelo autor (2023).

Por outro lado, como é o Estado burguês que possui a centralidade na produção das normas, preceitos e formas de aplicação de tais políticas, a capacidade de transformação da realidade e de alcance de seu objetivo principal, a democratização do acesso à terra, torna-se limitada. Essa limitação, como já discutimos, tem relação direta com as características da democracia burguesa (LÊNIN, 2021) e do processo de desenvolvimento histórico e territorial brasileiro (MOREIRA, 2018; LINHARES; SILVA, 2021).

Quanto ao padrão tecnológico adotado para cada um dos projetos de reforma, este apresenta relações diretas com o modelo de desenvolvimento territorial proposto em cada um dos casos. A reforma agrária clássica buscava a democratização da terra e a inserção do campesinato no mercado sem a sua desvinculação do padrão tecnológico convencional (CARVALHO, 2013). Porém, como esse processo também foi disputado pelos movimentos socioterritoriais camponeses e indígenas, dentro do paradigma da reforma agrária clássica no Brasil também tivemos experiências que buscaram outros modelos de desenvolvimento territorial, a exemplo Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs) (COCA, 2011; BARONE; FERRANTE; DUVAL, 2017).

Em relação ao padrão tecnológico idealizado e que vem sendo implementado gradualmente pela RAP, a agroecologia apresenta um papel central. Como destacado pelo entrevistado 02 “[...] não é nenhum pecado dizer que nós, enquanto MST, já defendemos a reforma agrária clássica”, mas é fato que o modelo de desenvolvimento territorial da RAP se apresenta enquanto um salto qualitativo em relação ao paradigma clássico justamente pela busca da adoção da transição agroecológica enquanto elemento de seu programa. Analisando o caso do MST na produção de arroz agroecológico no Rio Grande do Sul, Martins destaca que:

Este modelo de produção (alimentos saudáveis) e este modelo tecnológico (agroecologia), com uma gestão democrática, cooperada, popular e dirigida por uma organização política (MST) nega o agronegócio, mas, sobretudo, afirma caminhos para a edificação de um projeto societário emancipador ao plasmar materialmente caminhos sociotécnico-produtivos distintos da agricultura capitalista. [...] Ao criar condições políticas e materiais para que no ato de trabalho singular de cada família assentada, em seu processo de objetivação, a alternativa da produção de alimentos de base agroecológica, com trabalho familiar cooperado, com gestão democrática, seja uma possibilidade real, afirmam-se valores de resistência, de contraposição ao agronegócio, indicando que estas famílias estão cumprindo com sua função social delegada pela sociedade (2019, p. 182-183).

Portanto, através da adoção da agroecologia enquanto modelo tecnológico o movimento tem buscado se emancipar do modelo convencional ao se desvencilhar de seu pacote tecnológico e das cadeias de distribuição e venda. Através da agroecologia o campesinato esclarece para a sociedade sua função social, seja por meio das territorialidades ou das espacialidades geradas pela adoção desse modelo, como discutido por nós.

Como destacamos no quadro, o modelo de desenvolvimento territorial do paradigma clássico da reforma agrária é unidimensional. Isso não significa que os

territórios camponeses conquistados dentro desse paradigma sejam unidimensionais, mas que o modelo de desenvolvimento territorial proposto tem como centralidade a dimensão produtiva/econômica. Novamente, como as políticas de assentamento, por exemplo, foram disputadas pelos movimentos socioterritoriais, diversos avanços no sentido do desenvolvimento dos territórios em uma perspectiva multidimensional foram alcançadas: o PRONERA e as licenciaturas em Educação do Campo são um belo exemplo (CAMACHO, 2014).

Por outro lado, o programa de RAP já nasce tendo como perspectiva uma visão multidimensional dos territórios camponeses, haja vista que o agente formulador de tal proposta é justamente o campesinato organizado em movimentos socioterritoriais. É neste sentido que a luta pela democratização de direitos como o acesso à saúde, educação e cultura, bem como a importância da preservação dos bens da natureza são elementos fundamentais do programa. O território, para o campesinato, é multidimensional, pois não se trata apenas de um espaço voltado para a produção de mercadorias, mas também para a realização de seus modos de vida, sua cultura e de relações sociais e com a natureza que transcendem o aspecto meramente produtivo, apesar de sua centralidade.

Quanto ao papel desempenhado pela ciência e pela tecnologia para esses modelos de desenvolvimento, destacamos que esse aspecto é um dos que apresenta maior diferença entre os casos. Enquanto que para o modelo territorial da reforma agrária clássica o desenvolvimento da ciência e a tecnologia são apartados do processo de trabalho, dentro do paradigma da RAP tem-se a busca pela superação desse processo (MARTINS, 2019). Isso perpassa pela compreensão crítica do movimento em relação às funções que a ciência e a tecnologia representam para o modo de produção capitalista, qual seja, de reprodução do capital (MOURA; 2014; OLIVEIRA, 2014).

Não significa, porém, uma crítica à tecnologia em si, haja vista que a transformação das forças produtivas através da incorporação de tecnologias mais avançadas pode significar uma melhora na qualidade de vida do campesinato na medida em que diminui o tempo que seria empregado na produção e o trabalho braçal a ser dispendido. A crítica concerne ao aspecto estrutural das tecnologias e da ciência dentro do modo de produção capitalista, ou seja, do papel que estas representam para a subsunção do trabalho (MARX, 2015) e do modelo de desenvolvimento territorial camponês aos ditames das empresas transnacionais que

controlam a pesquisa e o desenvolvimento de tais tecnologias.

Para o modelo de desenvolvimento territorial da RAP o controle sobre a produção de conhecimento científico e de tecnologias deve atender às relações sociais de produção camponesas, partindo destas e servindo a estas, não sendo apartadas do próprio processo de trabalho (CALDART, 2014). Essa questão, inclusive, abarca a busca por um modelo de desenvolvimento territorial nacional autônomo e soberano, haja vista que as empresas transnacionais controladoras de tais tecnologias e conhecimentos científicos influenciam diretamente na dimensão política do território nacional, como discutimos no capítulo 4.

Passaremos então a discutir um pouco mais as diferenças entre a concepção da reforma agrária clássica e da RAP quanto à relação campo-cidade. É importante destacar que a visão destas relações se baseia também na forma como o espaço urbano e o espaço rural foram caracterizadas dentro das ciências, incluso a Geografia. Como apontamos no capítulo 4.1, a superação da QA foi teorizada por alguns dos pensadores clássicos enquanto uma forma de geração de desenvolvimento a partir da industrialização do espaço urbano. Aqui já existia uma visão dicotômica acerca de urbano e rural em tais proposições; o mesmo ocorreu nas ciências que buscavam compreender e explicar tais espaços:

Considera-se fundamental demonstrar que, apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do fenômeno urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado. Assim, não se trata de ver o rural como sinônimo de atraso, de agrícola, de natural, enfim de vê-lo como o oposto de uma visão estereotipada do urbano que o coloca como o *locus* por excelência do progresso, da modernização, da indústria e da técnica. Tais visões estereotipadas, típicas de interpretações dualistas e dicotômicas, precisam efetivamente ser superadas, mas não às custas da negação de um dos polos, o que só faria reforçar o caráter dual da abordagem, como ressalta corretamente Martins (1986). [...] A primeira tarefa neste sentido é a de desmistificar as associações tradicionalmente feitas entre rural e agrícola, natural e atrasado e urbano como sinônimo de moderno, industrial e artificial (ALENTEJANO, 2003, p. 310-311).

As proposições de Alentejano nos permitem discutir de forma mais aprofundada as relações campo-cidade para o modelo de desenvolvimento territorial da RAP justamente por pautarem uma relação dialética entre esses espaços. A busca pela superação da visão dicotômica entre urbano e rural possibilita a compreensão de que tanto as dinâmicas do espaço urbano incidem sobre o espaço rural, quanto as dinâmicas do espaço rural incidem sobre o espaço urbano.

Neste sentido, para o programa da RAP o espaço rural não é somente um provedor de matérias-primas e força de trabalho para a industrialização, a ser realizada no espaço urbano. Por outro lado, o espaço urbano não é entendido somente enquanto o local de comercialização dos produtos da RAP, mas também enquanto espaço político, de conflitos e de solidariedade. A separação dicotômica não é reproduzida na esfera das desigualdades sociais: para a RAP os processos políticos e econômicos ocorridos no espaço urbano incidem diretamente na QA, ao mesmo tempo em que as dinâmicas da QA impactam na qualidade de vida da classe trabalhadora urbana. Esse conjunto forma uma unidade de ação, qual seja, de que o público integrante da RAP se configura, ao menos em Campo do Meio, a partir da união entre trabalhadores rurais sem-terra e trabalhadores urbanos precarizados.

Ao passo que tal definição mecânica e dicotômica dos espaços urbano e rural não são capazes de conceituar significativamente suas dinâmicas, a proposta de Alentejano para a definição do rural abarca:

[...] as dimensões econômica, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra. Tem-se então uma nova dicotomia, dirão alguns, mas não se trata disto. Não se está dizendo aqui que há uma forma específica de relação com a terra que caracteriza o rural em oposição ao urbano, mas sim que, enquanto a dinâmica urbana pouco depende de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico, como social e espacial, o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas. As relações econômicas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão. As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infraestrutura e das moradias. Assim, independente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, tem-se a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida. (2003, p. 114).

São as relações com a terra que, ao nosso ver, apresentam um dos grandes saltos de qualidade da RAP em relação à reforma agrária em seu sentido clássico. As relações econômicas na RAP, em Campo do Meio, apresentam grandes vinculações com o modelo tecnológico da agroecologia, representando a busca pela autonomia do campesinato em relação aos pacotes tecnológicos da agricultura industrial.

As relações sociais incluem também a dimensão econômica, haja vista que a partir da mudança de modelo tecnológico alteram-se as territorialidades e os processos simbólicos, afetivos e culturais do campesinato, como discutimos no presente capítulo. Por fim, as relações espaciais da RAP em Campo do Meio abarcam a organização dos acampamentos através da agroecologia, produzindo territorialidades que, dialeticamente, incidem diretamente nas outras dimensões de seu território e, também, na organização das infraestruturas e das moradias.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democratização do acesso à terra, no paradigma da RAP, torna-se não uma finalidade ou um fim em si mesmo, mas o princípio capaz de atuar no sentido da superação das desigualdades sociais que abarcam o conjunto da sociedade brasileira, seja no campo, seja na cidade. A busca pela superação do modelo de desenvolvimento territorial capitalista, a centralidade do campesinato enquanto agente formulador das propostas, a compreensão dos territórios em uma perspectiva multidimensional, o entendimento da necessidade de se alcançar o equilíbrio metabólico entre sociedade e natureza e a análise da relação campo-cidade de forma dialética caminham justamente neste sentido.

Portanto, o debate sobre a necessidade e/ou viabilidade da reforma agrária no contexto atual, a partir de nossas exposições e das formulações do MST, abarca a superação da concentração fundiária e vai além dessa questão ao lhe conferir um caráter político. Esse caráter deriva diretamente das proposições do movimento e das territorialidades desenvolvidas nas áreas de RAP: a garantia de acesso aos direitos sociais para a população do campo, inclusive previstos na Constituição Federal de 1988, como saúde e educação, perpassam pela superação do modelo de desenvolvimento territorial do latifúndio-agronegócio.

Essa superação é necessária justamente pelo caráter do processo de desenvolvimento territorial, histórico e econômico excludente que configura nossa formação espacial. O acesso a tais direitos pode até ser alcançado dentro do capitalismo dependente brasileiro a partir de uma conjuntura política favorável, a exemplo das conquistas obtidas pelo campesinato nos governos do PT. Porém, a manutenção de tais conquistas a longo prazo e a capacidade de nosso país gerar um processo de desenvolvimento autônomo e soberano esbarra nas estruturas que condicionam nossa condição enquanto país subdesenvolvido, das quais destacamos ao longo de todo nosso trabalho a estrutura fundiária.

Neste sentido, a organização do campesinato em um movimento socioterritorial em todo o território nacional, capaz de propor e colocar em prática um conjunto de políticas reformistas com tal magnitude, é por si só um exemplo claro de como a reforma agrária segue na pauta do dia. Se configura, também, enquanto possibilidade para a organização da classe trabalhadora, seja no campo ou na cidade, no sentido da construção de alternativas realmente populares capazes de atuar para a transformação de nossa formação espacial (e, conseqüentemente, social).

Como as estruturas do modo de produção capitalista dependente brasileiro condicionam tais questões, somente sua superação pode ser capaz de tal tarefa; e a RAP possui uma grande importância neste sentido.

Da reforma agrária enquanto fator para a democratização do acesso à terra e para impulsionar a modernização do campo chegamos à reforma agrária enquanto condição para um projeto de nação autônoma e soberana através de um modelo de desenvolvimento territorial baseado na agroecologia e na soberania alimentar.

REFERÊNCIAS

- ADOUE, Sílvia Beatriz. O “*alien*” dentro da Universidade pública. In: CALDART, Roseli Salette; ALENTEJANO, Paulo Roberto (Orgs.). **MST, universidade e pesquisa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 61-75, 2014.
- ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Reforma agrária no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária**. 2006. 143 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2006.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revistade Políticas Públicas**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 303-325, 2003.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, ano 16, n.1, p. 32-38, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50242>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- AMARAL, Jéssica Danielle Ferreira do. **As relações de gênero nos acampamentos e assentamentos do município de Campo do Meio-MG**. 150 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas. 2019.
- ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.
- Autoridades defendem a permanência das famílias do acampamento Quilombo Campo Grande. **MST**, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/12/01/suspenso-o-despejo-do-acampamento-quilombo-campo-grande/>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira Bagatin. *Snowball* (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. X **Congresso Nacional de Educação – EDUCRE/I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE**. Curitiba, PR, 7^a 10 de novembro, 2011. Anais, p.329-41.
- BARONE, Luís Antonio.; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona. A reforma agrária que temos: revisitando uma polêmica acesa. **Política & Trabalho**, [s. l.], v.1, n. 45, 2017.
- BARTHOL, Timo. **Por uma Geografia em movimento**. A ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- BORGES, Bárbara Loureiro. **Reforma Agrária e abastecimento alimentar: a agricultura camponesa do distrito federal construindo a segurança e soberania alimentar**. 170 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) –Universidade Federal de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. 2018.
- Brasil é notificado pela Corte Interamericana sobre violações no despejo do Acampamento Quilombo Campo Grande. **MST**, 2 dez. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/12/02/brasil-e-notificado-pela-corte-interamericana-sobre-violacoes-no-despejo-do-acampamento-quilombo-campo-grande/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 474–489, 18 ago. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115609>. Acesso em 20 jan. 2023.

CALAÇA, Michela Katiúscia Alves dos Santos; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 1156–1183, 2018. DOI: 10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1156. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/4993>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/livro-pedagogia-da-terra-mst.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CALDART, Roseli Salete. RAPE pesquisa: desafios de conteúdo e forma da produção científica. In: CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo (Orgs.). **MST, universidade e pesquisa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 137-169, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental: um caminho para compreender a realidade em que se vive. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v.2, n.3, p. 3-35, jul./dez. 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2014.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: TOMMASINO, Humberto; HEGEDUS, Pedro. (org.). **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. UFSM / Universidad de La República, 2006.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 287-330.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (Org.) **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 29-40.

CARVALHO, Horácio Martins de. Uma resignificação para a reforma agrária no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org). ESTEVAM, D. (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil**: o debate da década de 2000. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 127-140.

CASTANHO, David Gomes. A Questão Agrária nos Livros Didáticos de Geografia. **Questio-Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, v. 11, n. 2, p. 195-200, 2009.

CASTRO, Josué De. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVALCANTE, Leandro Vieira; LIMA, Luiz Cruz. Epistemologia da Geografia e espaço geográfico: a contribuição teórica de Milton Santos. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 61-75. 2018.

CHAYANOV, Alexander. **The theory of peasant economy** (editado por D. Thorner *et al.*). Manchester: Manchester University Press, 1966. Disponível em: https://vertov14.files.wordpress.com/2016/08/alexander_chayanov_the_theory_of_peasant_economy.pdf. Acesso em 6 jun. 2022.

Cidades do Sul de Minas estão entre as que mais tiveram registros de trabalho análogo à escravidão; veja quais são. **G1**, 27 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2022/07/27/cidades-do-sul-de-minas-estao-entre-as-que-mais-tiveram-registros-de-trabalho-analogo-a-escravidao-veja-quais-sao.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2022.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária**: análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná. 231 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, [s. l.], v. 19, n. 32, p. 14-33, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas *et al.* Agroecologia e territorialidades camponesas em Campo do Meio – MG. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 14, n. 34 dez., 2019. DOI: 10.14393/RCT143407. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/50740>. Acesso em: 28 jun. 2022.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos; SALVATERRA, José Roberto. Alguns apontamentos para pensar a agricultura e a alimentação no contexto pós-COVID-19. **Revista NEADS**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2020.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas *et al.* Geografia agrária crítica e pesquisa militante: apontamentos teórico-metodológicos *In*: ENANPEGE - ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 14., 2021, Campina Grande. **Anais eletrônicos** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78085>>. Acesso em: 01 jan. 2023.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 143-160, 1998.

Com 25% das pessoas em situação de rua no país, cidade de São Paulo bate recorde: 48 mil sem-teto. **MABC**, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://smabc.org.br/com-25-das-pessoas-em-situacao-de-rua-no-pais-cidade-de-sao-paulo-bate-recorde-48-mil-sem-teto/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Centro de documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2022. 269 p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasilpublicacao/14271-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 14 jul. 2022.

COSME, Claudemir Martin. Os governos do PT e os descaminhos com a questão agrária no Brasil: contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível à classe trabalhadora. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [s. l.], v. 17, n. 1, 2016. DOI: 10.33026/peg.v17i1.4467. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4467>. Acesso em: 19 jan. 2023.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana de Barros (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

DE OLHO NOS RURALISTAS. **Os financiadores da boiada**: como as multinacionais do agronegócio sustentam a bancada ruralista e patrocinam o desmonte ambiental. 2022. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/07/18/de-olho-nos-ruralistas-lanca-dossie-sobre-financiamento-da-bancada-ruralista/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

Despejo no Quilombo Campo Grande: confira imagens do despejo no acampamento Quilombo Campo Grande, em Minas Gerais. **MST**, 19 ago. 2020b. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/19/despejo-no-quilombo-campo-grande/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

EDELMAN, Marc. Food sovereignty: Forgotten genealogies and future regulatory challenges. **Journal of Peasant Studies**, [s. l.], v. 41, n. 6, p. 959-978, 2014.

ELDEN, Stuart. Land, terrain, territory. **Progress in Human Geography**, Manchester, v. 34, n. 6, p. 799–817, 2010. Disponível em: https://blogs.ubc.ca/politicalgeography/files/2015/09/elden_land_terrain_territory.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

ELDEN, Stuart. Territory/Territoriality. In: ORUM, ANTHONY (Org.). **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Urban and Regional Studies**. Hoboken: John Wiley & Sons Ltd. Published, 2019. p. 1–11.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 3. Ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESPÓSITO, Mauricio. Desindustrialização no Brasil: uma Análise a partir da Perspectiva da Formação Nacional. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n.46, p. 120-146, 2017.

FABRINI, João. Os movimentos camponeses e a soberania alimentar nacional. **GEOgraphia**, [s. l.], v. 19, n. 39, p. 54-69, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra—MST**: 1979–1999. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação de terra no Brasil: uma página virada na história? Lisboa: **Resistir.info**, 2001. Disponível em: http://resistir.info/brasil/conflictos_2001.html. Acesso em: 18 jan. 2023.

FERNANDES, Bernardo Maçano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (orgs.). **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, p. 32-53, 2004.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, [s. l.], ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. 2005a.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, Antonio M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 173-230, 2005b.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Entrando nos territórios do Território. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, p. 273-302, 2008.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Sobre a tipologia de territórios. *In*: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-216, 2009.

FERNANDES, Bernardo Maçano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. *In*: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 191-205.

FERNANDES, Bernardo Maçano *et al.* A Questão Agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 333-362, dez, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 4. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luís Antonio; KURANAGA, Alcir Antonio. Reforma Agrária e “Desenvolvimento como Liberdade”: Uma Nova Visão sobre os Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, [s. l.], v. 9, n.1, p. 19-43, 2006. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2006.v9i1.28. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/28>. Acesso em: 1 jan. 2023.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 17-27, jan, 2008.

FRANK, André Gunder. The Development of Underdevelopment. **Monthly Review**, New York, v. 18, n. 4, p. 17-31, 1966.

GOLDFARB, Yamila. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. **Revista NERA**, [s. l.], n. 28, p. 32-67, 2015.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 1 ed. - São Paulo: Loyola, 2004.

IASI, Mauro Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/bwh6wBvg87WnLx35Z8wPVvr/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2023

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Orgs.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Justiça nega reintegração de posse do acampamento Quilombo Campo Grande: Tribunal considerou que empresa que reivindicava o terreno já havia desistido da posse em reunião de conciliação. **MST**, 12 jul. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/07/12/justica-nega-reintegracao-de-posse-do-acampamento-quilombo-campo-grande/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LA VIA CAMPESINA. **Tlaxcala: Declaração da Via Campesina**. Tlaxcala Via Campesina, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Tradução (translated): Donald N. Smith. Blackwell Publishing (USA), 1991.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro (org). ESTEVAM, D. (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: o debate da década de 2000**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.p. 103-126.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. Trad. Edições Avante!. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

LINHARES, Maria Yedda.; SILVA, Franciso Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

LOPES, Diva. **Poema “Ao Quilombo Campo Grande”**. Disponível em: <https://gilvander.org.br/site/%EF%BB%BFpoema-ao-quilombo-campo-grande-de-diva-lopes-do-mst-ma/>. Acesso em: 01 jan. 2023.

LUCAS, Kelson Serafim; VALE, Ana Rute do. Assentamento Primeiro do Sul: passado de luta, presente de resistência e futuro de incertezas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [s. l.], v.18, n. 1, p. 7-22, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7417>. Acessado em: 25 mai. 2018.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de ciências humanas**, [s. l.], v. 4, p. 1-18, 1978. Disponível em: <http://beneweb.com.br/resources/As%20bases%20ontol%C3%B3gicas%20do%20pensamento%20e%20da%20atividade%20do%20homem.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022. LUXEMBURGO,

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partido e sindicatos. *In*: LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa**. São Paulo: Expressão Popular, p. 77-99. 2018.

MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, [s. l.], v. 18, n. 38, p. 71-98, 8 fev. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13774>. Acesso em: 17 jan. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A produção ecológica de arroz e a reforma agrária popular**. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida *et al.* As conquistas da Educação do Campo e o avanço da extrema-direita: desafios e perspectivas. **Caderno de Geografia**, [s. l.], v. 31, n.2, p. 70-92, 2021.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

McMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Porto Alegre/São Paulo: URGRS/EdUnesp, 2016.

MELO, Thiago Silva. Perspectivas para a abordagem da Geografia Agrária no Ensino Médio. **Revista Espaço Acadêmico**, [s. l.], v. 16, n. 181, p. 82-90, 2016.

MELLO, Juliana Cristina de; SILVA, Paulo Henrique Campos da. Questão agrária brasileira e o lugar da juventude sem-terra. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em educação**, [s. l.], v. 2, n.2, p. 283-297, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/ReDiPE/article/view/1494/605>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MILLER, Byron. **Geography and social movements**. Minneapolis: Minnesota University Press, 2000.

MINAS GERAIS. Lei nº 23939, de 23 de setembro de 2021. **Institui o Polo Agroecológico de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais**. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-23939-2021-minas-gerais-institui-o-polo-agroecologico-e-de-producao-organica-do-sul-e-sudoeste-de-minas-gerais>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. **Friedrich-Ebert-Stiftung** – Agronegócio: um negócio global, São Paulo, 2021. Mudança climática, energia e meio ambiente. Electronic ed.: São Paulo: FES, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211011.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2003.

MOREIRA, Ruy. O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão. **Terra Livre**, [s.l.], ano 1, n. 1. São Paulo: AGB, 1986, p. 6-19. Disponível em: https://www.agb.org.br/wpcontent/uploads/2018/03/TL_N01.pdf#page=4. Acesso em: 03 jul. 2022.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In: STEDILE, João Pedro (org). ESTEVAM, Douglas. (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: o debate da década de 2000**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 149-165.

MOYO, Sam; JHA, Praveen; YEROS, Paris. The classical agrarian question: Myth, reality and relevance today. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 93-119, 2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NICHOLLS, Clara Inés.; ALTIERI, Miguel. **A agroecologia em tempos de covid-19**. Brasil de Fato, 4 jan. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/01/artigo-aagroecologia-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 4 jul. 2022.

OJEDA, Igor. Reforma agrária perde fôlego na agenda nacional. **Revista desafios do desenvolvimento**, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ano 9, Edição 75, dez. 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2866:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 19 jan. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH/ Labur edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Não reforma agrária e contra-reforma agrária no Brasil do governo Lula. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 13., 2011, Costa Rica. Anais eletrônicos [...]. Costa Rica: UFFF, 2011. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2009.

PEREIRA, Lorena Izá. **O Processo de estrangeirização da terra no Brasil**: estudo de caso da empresa Umoe Bioenergy no município de Sandovalina (SP). 174 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2015.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. As fronteiras da acumulação do capital no Sul global. **Revista NERA**, [s. l.], n. 60, p. 08-22, 2021.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; PICCIN, Marcos Botton. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Extensão Rural**, [s. l.], n. 16, p. 5-36, 2008.

Quilombo Campo Grande promete resistir à ação de despejo. **Sul21**, 9 nov. 2018. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2018/11/quilombo-campo-grande-promete-resistir-a-acao-de-despejo/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Mariana Franco. Deputados ruralistas defendem o terror em Brasília ou o minimizam. **De olho nos ruralistas**, 08 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/01/08/deputados-ruralistas-defendem-o-terror-em-brasil-ou-o-minimizam/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma de Mercado (2003-2006). 428 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2008.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR – PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]**. II VIGISAN: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br>. Acesso em: 29 jun. 2022.

REDE DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil - 2019**. Presidente Prudente, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1KBdl2bgwMHwenGWI8ZWDW93foDbTVT9A>. Acesso em: 5 jul. 2022.

RICARDIO, Luciano de Santana Souza. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, [s. l.], v. 8, n. 67, p. 231-249, 2011.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica – um estudo dos manuscritos de 1861-1863**. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROSSET, Peter; BARBOSA, Lia. Territorialização da Agroecologia na Via Campesina. **Edição Especial do Boletim da ECOECO**, [s. l.], nº 39, 2019.

SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Fabiano Antonio dos. **Trabalho e educação do campo**: a evasão da juventude nos assentamentos de reforma agrária-o caso do assentamento José Dias. 2006. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2006. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37138>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos. **Territórios camponeses e o fechamento das escolas do campo**: uma análise sobre a escola popular Eduardo Galeano, em Campo do Meio-MG. 86p. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Instituto de Ciências da Natureza. 2020.

SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos *et al.* Descaminhos da reforma agrária no governo bolsonaro. *In*: ENANPEGE - ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 14., 2021, Campina Grande. **Anais eletrônicos** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2021.
Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78191>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Territórios Camponeses e o Fechamento das Escolas do Campo: uma análise sobre a escola popular Eduardo Galeano, em Campo do Meio –MG. **Geografia**, Londrina, v. 31. n. 1. p. 297-317, janeiro/2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2009.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, [s. l.], n. 54, p. 81-100, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>. Acesso em: 17 jan. 2023.

SANTOS, Theotônio dos. **Evolução histórica do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. *In*: STEDILE, João Pedro (org). ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil**: o debate da década de 2000. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.p. 85-102.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por una geografía de las territorialidades y las temporalidades**: una concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial. 2015 (Biblioteca Humanidades, 36). Ensenada, Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UNLP - FaHCE). Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-460050>. Acesso em 23 nov. 2022.

SAUER, Sérgio.; BORRAS JR, Saturnino (Jun). ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016. DOI: 10.14393/RCT112301.
Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35799>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SCHIAVONI, Christina et al. The global struggle for food sovereignty: from Nyéléni to New York. **Journal of Peasant Studies**, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 682-689, 2009.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, p. 313-334, 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia & agricultura familiar**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SILVA, Maria Aline; OLIVEIRA, Alexandra Maria. Dialogando com o livro didático de geografia: análise do discurso sobre questão agrária em obras do Ensino Médio. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 91-106, 2013.

SHANIN, Teodor. A última fase do desenvolvimento do pensamento de Marx. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [s. l.], n. 8, p. 7-48, 1991.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania Alimentar: Uma Necessidade dos Povos. *In*: Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma história Brasileira**. Brasília, DF, Assessoria Fome Zero, 3 vol., vol.3. p. 144-156. 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 10. Jun. 2022.

STEDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas. Introdução. *In*: STEDILE, João Pedro (org). ESTEVAM, Douglas. (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: o debate da década de 2000**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 13-18.

STEDILE, João Pedro (Org.) **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

STRAUSS, Daniel. O problema da dependência econômica e a desindustrialização no Brasil a partir do Neoliberalismo. **Espacio Abierto**, [s. l.], v. 27, n. 3, 2018, Julho-Setembro, p. 145-164. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/122/12260700010/12260700010.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

TAVARES, Maria da Conceição. **A Questão Agrária e as relações de poder no país**. Folha de São Paulo, 5 mai. 1996, p. 5, 2º caderno. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/05/dinheiro/12.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Um ano da resistência do acampamento Quilombo Campo Grande. **MST**, 14 ago. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/08/14/um-ano-da-resistencia-do-acampamento-quilombo-campo-grande/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

VALE, Ana Rute do *et al.* Reprodução social e agroecologia nos Assentamentos Primeiro do Sul e Nova Conquista II de Campo do Meio – MG. **Revista Retratos de Assentamentos**, [s.l.], v. 22, n.2, p. 215-240, 2019.

Van der PLOEG, Jan Dowe. **Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Van der PLOEG, Jan Dowe. **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo/Porto Alegre: EdUNESP/Editora da UFRGS, 2016.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Território (i)material e geografia agrária: paradigmas em questão. **Revista NERA**, [s. l.], n. 23, p. 27–42, 2014. DOI: 10.47946/rnera.v0i23.2636. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2636>. Acesso em: 16 jun. 2022.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, [s. l.], v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Editora Elefante, 2020.

WEISHEIMER, Nilson; ARAÚJO, Michelle Sena Rosa de; LEHER, Roberto. Questão agrária, formação social brasileira e dependência. **Princípios**, [s. l.], v. 41, n. 163, p. 240-265, 2022.

WEZEL, Alexander *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

WITTMAN, Hannah. From protest to policy: The challenges of institutionalizing food sovereignty. **Canadian Food Studies/La Revue canadienne des études sur l'alimentation**, [s. l.], v. 2, n.2, p. 174-182, 2015.

XAVIER, Gabriela Taíse Poiati *et al.* Dissecando a fome no Brasil durante a pandemia da COVID-19. **Caderno de Geografia**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 103-120, 2021.

XAVIER, Gabriela Taíse Poiati. **Mulheres na questão agrária**: um estudo sobre o coletivo “Raízes da Terra”, do Acampamento Quilombo Campo Grande, Campo do Meio-MG. 2022. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências da Natureza. 2022.

ZACARIAS, Rachel. A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, v. 19 nº 2, p. 65-72. Jul-Dez2009.